

JOÃO DE DEUS LEITE

DICURSIVIZAÇÕES SOBRE AYRTON SENNA E
CERTA REPRESENTAÇÃO DE BRASILIDADE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU

UBERLÂNDIA – JUNHO DE 2010

JOÃO DE DEUS LEITE

DICURSIVIZAÇÕES SOBRE AYRTON SENNA E
CERTA REPRESENTAÇÃO DE BRASILIDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – Curso de Mestrado em Estudos Linguísticos – do Instituto de Letras e Linguística, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Área de Concentração:

Estudos em Linguística e Linguística Aplicada.

Linha de Pesquisa:

Linguagem, Texto e Discurso.

Tema para orientação:

Discurso, Identidade/Identificação, Sujeito.

Orientador:

Prof. Dr. Ernesto Sérgio Bertoldo.

UBERLÂNDIA

JUNHO DE 2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

L533d Leite, João de Deus, 1985-
 Discursivizações sobre Ayrton Senna e certa representação de
 brasilidade [manuscrito] / João de Deus Leite. - Uberlândia, 2010.
 171 f. : il.

Orientador: Ernesto Sérgio Bertoldo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos.

1. Análise do discurso - Teses. 2. Discursos brasileiros - Estudo e
ensino - Teses. 3. Pilotos de corridas de automóveis – Brasil - Análise do
discurso. 4. Senna, Ayrton, 1960-1994 – Teses. I. Bertoldo, Ernesto Sérgio.
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em
Estudos Lingüísticos. III. Título.

CDU: 801

JOÃO DE DEUS LEITE

DICURSIVIZAÇÕES SOBRE AYRTON SENNA E CERTA REPRESENTAÇÃO DE BRASILIDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos / Curso de Mestrado em Estudos Linguísticos – Área de concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada; Linha de Pesquisa: Linguagem, Texto e Discurso – do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Estudos Linguísticos.

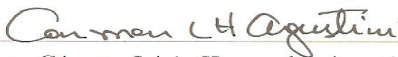
Dissertação defendida e aprovada em **30 de julho de 2010**, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:



Prof. Dr. Ernesto Sérgio Bertoldo
Orientador



Profa. Dra. Claudete Moreno Ghiraldelo – ITA



Profa. Dra. Carmen Lúcia Hernandes Agustini – UFU

UBERLÂNDIA (MG)

*A consistência, para o falasser, para o ser
falante, é o que se fabrica e que se inventa.*

(Jacques Lacan, Seminário de 17 de fevereiro de 1974)

Agradeço ...

a Deus, pelo *ponto de ancoragem* de minha vida e pela fortaleza cotidiana no cumprimento desta empreitada acadêmica, que também foi de vida.

aos meus pais: Maria Dalva e Claudionor (*in memoriam*), pelos ensinamentos e pelas cobranças de vida.

aos meus irmãos: Cláudia Márcia, Marcos Esdras e Marcelo (*in memoriam*), pela cumplicidade de nossa trajetória de vida. A conquista de um é a do outro. Eis, aí, nosso lema. Aqui, registro meu agradecimento a meus sobrinhos: Matheus Felipe e Esdras Marcos, por nos possibilitar tantas traquinagens.

ao Prof. Rosivaldo Antonio Gonçalves, pela formatação deste trabalho no Editor de texto LaTeX; obrigado pela paciência e pela valiosa interlocução sobre esse editor de texto.

às famílias Leite, Gonçalves, Borba, Maia e Alferes, pela presença constante em minha vida. Sou grato a Deus por vocês existirem em minha vida.

às minhas colegas de Pós-graduação: Sirlene Alferes (parceira de trabalho e de Estágio de Docência na Graduação I), Jaciane Ferreira (minha Shossa), Cida Conti, Luciene Braga ...

à Profa. Cláudia Rosa Riolfi, pelas discussões estabelecidas no VI Seminário de Pesquisa em Linguística e Linguística Aplicada - SEPELLA, as quais foram relevantes para o (re)aparecimento deste trabalho sob outra forma.

ao Prof. Cleudemar Fernandes, pela amizade e pelas contribuições no Exame de Qualificação deste trabalho.

à Profa. Claudete Moreno Ghiraldelo, por aceitar o convite para a banca de defesa deste trabalho.

à Profa. Cármem Agustini, pela amizade e pelas riquíssimas contribuições teórico-analíticas no Exame de Qualificação deste trabalho. Ainda agradeço a Profa. Cármem Agustini pelos momentos de aprendizagem, quando do desenvolvimento das atividades do Estágio de Docência na Graduação I.

ao querido Prof. Ernesto Sérgio Bertoldo, por apostar neste trabalho desde de sua fase embrionária, e sobretudo, por me oportunizar condições para uma escuta especializada. Agradeço-o, de coração, por me apontar (des)caminhos nesse processo de formação acadêmica, bem como no processo de feitura deste trabalho. Deus lhe abençoe muito!

à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro concedido a esta pesquisa.

Dedico este trabalho...

à Maria Dalva, minha mãe, pela radicalidade
no seu projeto de *Ser*, de fato, *Mãe*.

a Marcelo Leite (*in memoriam*), meu irmão,
por nos ensinar que o amor não tem dimensão.

Resumo

A partir deste trabalho, filiar-nos-emos ao quadro teórico da Análise de Discurso francesa de orientação peuceuxtiana para analisar certos dizeres midiáticos produzidos sobre Ayrton Senna – piloto brasileiro de *Fórmula 1*, que conquistou três *títulos automobilísticos*, a saber: em 1988, o de campeão; em 1990, o de bicampeão e, em 1991, o de tricampeão. A nossa inquietação frente a esses dizeres – para dizer dos que aqui serão analisados –, se abre, a nosso ver, em duas questões: a primeira diz respeito ao fato de notarmos que Senna era representado como o “brasileiro modelo”, como o “piloto que era imbatível”, como o “herói genuinamente brasileiro”; a segunda se refere ao fato de percebermos que as considerações jornalísticas sobre Senna se respaldavam em uma perspectiva categórica de atributo e de característica como supostamente suficientes para marcar uma “unidade” sobre a *questão da nação brasileira*. Trata-se de dizeres midiáticos fortemente ancorados em uma modalidade de escrita jornalística diferente da escrita caracterizada como canônica – a que procura construir um efeito de exatidão dos fatos –, e em uma prevalência do Imaginário. No caso deste estudo, embasar-nos-emos em textos que foram selecionados, em sua maioria, da Revista *Veja* (de 1988, 1990 e 1991, discursivizações que se referem ao acontecimento das três vitórias mundiais de Senna) e no material assinado pela jornalista Marleine Cohen, no ano de 2006, cuja publicação foi editada pela Editora Globo (discursivizações, com fortes traços biográficos, que dizem respeito ao acontecimento da morte de Senna). Sendo assim, orientar-nos-emos pelo seguinte questionamento de pesquisa: Dada a forma de *estruturação outra* para os textos jornalísticos aqui particularizados, como a representação subjetiva sobre Ayrton Senna é produzida? Com base nos textos que mobilizamos para análise, aventamos a hipótese de que a atividade jornalística que diz respeito a Ayrton Senna promove um efeito de homogeneização sobre a representação subjetiva de Senna, acirrando, neste caso específico, certo ideal de ego nacional, construído pela imagem de “piloto invencível”. Dessa forma, a partir de sequências discursivas, pretendemos mostrar que determinadas *relações de adjetivações* e de *adverbializações*, bem como determinados *blocos imagéticos*, constituídos culturalmente, deixam entrever uma *construção metafórica* (inclusive, *espetacularizada*) de Senna, como “piloto invencível”. Uma construção que aponta para o processo da expansão da *imagem modelar* de Senna: *modelo de piloto* para *modelo de brasileiro*. Por fim, cabe ressaltar que a reflexão estabelecida por Bhabha (1990) acerca da perspectiva de *nação como narração* é bastante relevante para a proposta deste trabalho, pois, para ele, o *texto nacional* é marcado pela articulação entre certos *princípios narrativos* e certa diferença (im)posta pelas posições narrativas das nações.

Palavras-chave: Discursivização, Narrativização, Imaginário, Representação de Brasilidade, Acontecimento Discursivo.

Abstract

The goal of this work is to analyze certain sayings produced media about Ayrton Senna – Formula 1 Brazilian driver, who won three titles of Formula One World: 1988 had Senna winning his first Formula One World Championship; 1990 once again had Senna becoming World Champion and in 1991, he became the World Driving Champion for the third and last time of his career. To do this we will take into account the analysis of discourse in French perspective driven by Michael Pêcheux. We are interested in two questions, namely, the first of which is that Senna was represented as certain discourses of media, such as the Brazilian model, as the pilot who could not be defeated, as the genuine Brazilian hero, the second question has to do with the fact we find that the considerations about Senna were based on a categorical approach to attribute and feature as if they were enough of one for establishing a unit with regard to the Brazilian nation. It is media saying, which are tightly bound in a mode of writing, which is different from the canonical writing – one that seeks to build an effect of accuracy of the facts – and a prevalence of the Imaginary. In this case study we will embody the following research question: Given the way of structuring one for journalistic texts as the subjective representation of Ayrton Senna is produced? Based on the texts which we take as support we assume the hypothesis that the journalistic activity related to Ayrton Senna promotes a homogenizing effect on the subjective representation of Senna, sharpening, a certain ideal of national ego, which is constructed through the image of invincible pilot . Thus, from discursive sequences, we intend to show that some associations of adjectives and of adverbs, and also certain culturally block constituted imaginative glimpses a metaphorical construction of Ayrton as a pilot invincible. Such construction points to a picture of him as a model: model of pilot towards model of Brazilian man. Finally it is worth noting that the reflection made by Bhabha (1990) about the prospect of nation as narration is very relevant to this study, since for him the national text is marked by the articulation of certain principles and certain narrative difference imposed by the positions narratives nations.

Key-words: Discussing, Narrativization, Imaginary, representation of Brazilianess, Spetacularization, Discourse process, Discourse analysis, Speech.

Sumário

Apresentação	17
Introdução	21
1 A (re)invenção de brasilidade	33
1.1 Considerações Iniciais	33
1.2 (Re)leituras sobre brasilidade	35
1.3 Uma visada discursiva acerca de brasilidade	48
2 Perspectiva do recorte teórico	73
2.1 Considerações Iniciais	73
2.2 Pelos caminhos da Análise de Discurso: noções que não se mantiveram inalteradas	75
2.3 As ideias lacanianas sobre o Imaginário – elaboração de 1949	100
2.4 As Heterogeneidades Enunciativas e a AD3	105
3 A construção do recorte metodológico	113
3.1 Considerações iniciais	113
3.2 Circunstanciamento histórico do material de análise	115
3.3 Composição temática do material de análise	117
3.4 Seleção e recorte das sequências discursivas do <i>corpus</i>	123
4 Ayrton Senna: a construção de um mito da invencibilidade brasileira	129
4.1 Considerações iniciais	129

4.2	Tempo 1: Discursivizações sobre o título <i>Campeão Mundial de F1</i>	130
4.3	Tempo 2: Discursivizações sobre o título <i>Bicampeão Mundial de F1</i>	140
4.4	Tempo 3: Discursivizações sobre o título: <i>Tricampeão Mundial de F1</i>	148
4.5	Tempo 4: Discursivizações sobre a morte de Ayrton Senna	154
Considerações Finais		161
Referências bibliográficas		165

Apresentação

As reflexões que apresentaremos neste texto se referem aos apontamentos teórico-analíticos que construímos para nossa dissertação de mestrado, a partir da filiação teórica ao campo da Análise de Discurso francesa (de orientação pecheuxtiana). Tratou-se de um percurso acadêmico orientado pelo interesse em compreender o *funcionamento discursivo* que ancora certos dizeres jornalísticos textualizados sobre Ayrton Senna – piloto brasileiro de *Fórmula 1*, que conquistou três *títulos automobilísticos*, quais sejam: em 1988, o de campeão; em 1990, o de bicampeão e, em 1991, o de tricampeão.

Sendo assim, versaremos, ao longo do texto, sobre questões discursivas que apontam para a consistência e para a estabilização de sentidos sobre o tema da *representação de brasilidade*. No caso deste trabalho, levando em conta a especificidade da *materialidade discursiva* por nós recortada, poderemos observar a constituição de uma *instância de discursivização* que deixa entrever, via *relações de adjetivações* e de *adverbializações*, a construção metafórica acerca da *invencibilidade de Senna* nas corridas automobilísticas. Essas relações, por sua vez, estão fortemente vinculadas à (re)organização de memórias discursivas, cujo funcionamento produz uma imagem idealizada de *brasileiro* sobre Senna, a partir daquilo que, culturalmente, em nossa sociedade, é concebido como “bom”.

Esta dissertação se constituirá de quatro capítulos, além da introdução e das

considerações finais.

No primeiro capítulo, mostraremos determinadas considerações provenientes do nosso diálogo teórico com as obras: *Casa-grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (escrita em 1933), e *O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil*, de Darcy Ribeiro (concluída em 1995); aqui, esse debate se revelou muito importante, tendo em vista o propósito do capítulo, qual seja: problematizar a noção de *identidade nacional*, de modo a (re)pensá-la a partir de uma visada discursiva. Os estudos heideggerianos se mostraram bastante pertinentes nessa problematização, pois, a partir deles, procuramos mostrar o estatuto filosófico da questão da *identidade* para (re)abri-lo em outros termos, a saber: *identidade* não como *dado intrínseco* do ser, segundo estudo de Heidegger em 1968, mas, sim, como resultado de uma *(re)elaboração histórica*. Daí nossa compreensão sobre o fato de que a *(re)invenção de brasilidade* se ancora na construção metafórica da existência das *redes de sentidos*.

No segundo capítulo, delimitaremos possíveis especificidades e limites das fronteiras teóricas que aporta nossa investigação: apresentação de alguns conceitos-chave desenvolvidos a partir da terceira fase da Análise de Discurso francesa, cujos pressupostos são fortemente vinculados ao atravessamento pela Psicanálise freudo-lacaniana, bem como aos mecanismos sintáticos e aos processos de enunciação relativos à língua, teorizados por Jacqueline Authier-Revuz (1999 e 2004). Este capítulo possibilitar-nos-á apresentar o recorte conceitual que tomaremos por base para pensar e para analisar as discursivizações produzidas sobre Ayrton Senna nos textos eleitos como material de análise.

No terceiro capítulo, descreveremos as *condições de emergência* e a *composição temática* do material eleito para análise; descreveremos também o modo como construiremos os recortes do *corpus* de nosso trabalho de pesquisa, vislumbrando com mais ênfase as questões relativas à narrativização sobre Ayrton Senna. Esses *processos de narrativização* deflagram certo efeito de homogeneização sobre a representação subjetiva de Senna, tematizando (de modo acirrado) o traço identificatório de “piloto invencível”.

No quarto capítulo, realizaremos a análise do *corpus* a partir de *sequências discursivas*, de modo a evidenciar os possíveis indícios que acreditamos sustentar nossa hipótese de trabalho. Para tanto, nosso foco recairá sobre o funcionamento linguístico das relações de adjetivações e de adverbializações e sobre certos aspectos da (re)organização de memórias, naquilo que a *trajetória dos dizeres* se inscreve como vestígios na materialidade discursiva.

Dessa forma, procuramos abordar o *desenho da pesquisa* em forma de capítulos, com o intuito de mostrar um *batimento* entre o recorte conceitual (aspectos teóricos), o recorte metodológico (aspectos envolvendo o percurso operacional) e o recorte analítico (aspectos sobre o *funcionamento discursivo*).

Provocado por essas questões, escrevemos o texto que aqui se apresenta.

Introdução

O nosso contato com determinados dizeres midiáticos¹ que fazem referência a Ayrton Senna sempre foi marcado por bastante inquietação. Isso porque, com certa frequência, percebíamos o forte vínculo que esses dizeres mantinham com as questões produzidas sobre o sentimento de *brasilidade*. Assim, em diversos textos jornalísticos que líamos – para dizer dos textos que são objeto de estudo deste trabalho –, Senna era representado como o “brasileiro modelo”, como o “brasileiro que era imbatível”, como o “herói genuinamente brasileiro”. Em Senna, a nosso ver, havia a projeção de características que supostamente era “peculiar” a todo brasileiro ou que, baseado nessas características, qualquer brasileiro se reconheceria a partir delas.

Ao que parece, as considerações jornalísticas sobre Senna se respaldavam em uma perspectiva categórica de atributo e de característica como suficientes para marcar uma “unidade” sobre a *questão da nação brasileira*. A partir dos dizeres que eram (re)formulados sobre ele, a “ideia nacional” ganhava cada vez mais textualização a ponto de termos acesso a versões sobre a “nossa” nacionalidade por meio de manifestações discursivas produzidas sobre ele.

Notávamos a mobilização de muitos brasileiros, nas manhãs de Domingo, em virtude das disputas automobilísticas que eram transmitidas pela televisão, sendo Ayrton Senna um dos brasileiros protagonista das disputas – no caso específico de Senna, havia

¹Trabalhamos com uma noção abrangente de *dizeres midiáticos*. Desse modo, entendemos que os dizeres podem ser veiculados (ou difundidos) a partir de diferentes suportes de *difusão* (orais ou escritos). Em decorrência disso, a nosso ver, as práticas jornalísticas estão aí contempladas.

certa ênfase ao se referirem a sua atuação nas pistas automobilísticas; era uma disputa que cada brasileiro, influenciado pelo sentimento de *brasilidade*, tomava para si o mérito da competição, por mais que aí o coletivo estivesse implicado.

A nosso ver, as instâncias do individual e do coletivo, a partir da perspectiva da competição, se chocavam e se entrelaçavam deflagrando o desdobramento da questão da “ideia do nacional”. Nessa medida, conferindo um lugar prioritário à dimensão do nacional, os dizeres construídos sobre Ayrton Senna, na época e também depois de sua morte, encontravam especificação com base na textualidade daquilo que em nossa cultura² estava relacionado com a *imagem modelar* de brasileiro.

Por assim dizer, levando em conta a nossa inscrição no campo teórico da Análise de Discurso francesa (de orientação pecheuxtiana) fazemos, hoje, uma (re)leitura sobre as (re)formulações linguageiras de natureza jornalística que dizem respeito a Ayrton Senna. Trata-se de um campo teórico que se consolidou, na França, na década de 60, a partir de trabalhos propostos por Michel Pêcheux e por colaboradores como Françoise Gadet, Francine Mazière, Michel Plon, Jean-Jacques Courtine, dentre outros. E, no Brasil, esse campo teórico foi divulgado e desenvolvido a partir de estudos encabeçados por pesquisadoras como Eni Pulcinelli Orlandi, Maria do Rosário Gregolin, para citar alguns nomes.

Esse retorno analítico de (re)leitura sobre as (re)formulações jornalísticas relativas a Ayrton Senna reclamou, de nossa parte, certa consideração sobre a especificidade da escrita que estruturava os textos que líamos. São textos jornalísticos sustentados por uma escrita muito diferente daquela prescrita pelos manuais de redação e de estilo jornalísticos; os textos pareciam esboçar um rompimento com a rigidez da notícia e restringir

²A noção de *cultura* como *discurso*, apresentada por Jacques Lacan ([1954-1955]1985) no *Seminário 2* – o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise, nos interessa bastante neste trabalho. Corroboramos a perspectiva de que as variadas modalidades de (re)formulação cultural produzidas pelos diferentes povos se estabelecem por meio de palavras, de significantes e/ou de cadeias de significantes. Dessa forma, compreendemos que se trata de variadas modalidades (orais e/ou escritas) discursivamente constituídas em dado recorte temporal; segundo Lacan ([1954-1955]1985, p. 168), “é o discurso concreto, não só na medida em que domina o homem e faz surgir fulgurâncias de todos os tipos [...] mas na medida em que fornece ao homem seu mundo próprio, que denominamos, de maneira mais ou menos exata, cultural”.

a proeminência simbólica da palavra em proveito da mediação por blocos imagéticos constituídos culturalmente.

Com base no trabalho de Cláudia Rosa Riolfi e Suelen Gregatti da Ingreja, datado de 2007, encontramos a possibilidade de entender que os referidos textos (abrigados sob a expressão de *discurso jornalístico*, na falta de um termo mais apropriado) se embasam em uma mediação radical pela *imagem*³ (Cf. RIOLFI e INGREJA, 2007). Sendo assim, observamos que essa mediação produziu uma *representação de escrever* muito discrepante da modalidade de escrita tida como canônica – aquela apoiada nos manuais de redação jornalísticos.

No caso deste trabalho, os textos jornalísticos aqui especificados estão ancorados em uma prevalência de funcionamento do *Imaginário*⁴. E, por isso, ao aludirmos aqui à escrita que os estruturam, orientar-nos-emos ora pelo emprego da expressão *estruturação outra* (tomando como parâmetro a escrita tida como canônica) ora pelo emprego da expressão *mediação pela imagem*.

Em decorrência dessas considerações, propor-nos-emos o seguinte questionamento de pesquisa: *Dada a forma de estruturação outra para os textos jornalísticos, como a representação⁵ subjetiva sobre Ayrton Senna é produzida?*

³Ao longo deste trabalho, a noção de imagem será melhor discutida. Por ora, destacamos que a nossa compreensão sobre tal noção se pauta no entendimento de que há implicado aí um mecanismo de *construção psíquica*, que suscita a formatação de nossas experiências subjetivas, de modo a engendrar, a partir delas, certa representação. No caso particular do *ato de escrever*, observamos que esse mecanismo corresponde ao domínio fundante de todo endereçamento. Portanto, é possível dizer que todo *processo de escrita* se desenrola a partir da construção de uma imagem suposta de *leitor*; isto é, por um *jogo de imagens* entre *aquele que escreve*, *aquele que lê* e *aquilo do que se fala*, conforme explicitaremos no *Capítulo 3* deste trabalho.

⁴Fazemos menção aqui à categoria lacaniana de Imaginário. A fim de entender a natureza e o funcionamento da constituição psíquica do sujeito, Lacan estabeleceu uma analogia dessa com três registros, quais sejam: Real, Simbólico e Imaginário. De modo articulado, esses registros só funcionam em interação uns com os outros. Assim, Lacan destacou que se tratava de um funcionamento ancorado na nodulação borromeana. Isto é, um funcionamento em que um registro (ou anel) só se mantém a partir desses três registros e que, ao soltar um dos três, os outros também se desfazem. Na seção (2.3) deste trabalho, teceremos mais considerações sobre a natureza e sobre o funcionamento do Imaginário.

⁵Neste trabalho, o conceito de *representação* se mostra bastante relevante e, sobretudo, produtivo. Por isso, é um ponto teórico que, como notaremos, retornará em nossas discussões. Neste momento, portanto,

Esse questionamento se desdobrou, por sua vez, na construção da nossa hipótese de trabalho, que está estruturada desta maneira: *com base nos textos que mobilizamos para análise, aventamos a hipótese de que a atividade jornalística que diz respeito a Ayrton Senna promove um efeito de homogeneização identitária sobre a representação subjetiva dele, acirrando, neste caso específico, certo ideal de ego nacional, construído pela imagem de “piloto invencível”*. Isso porque os dizeres produzidos sobre Senna discursivizam aspectos que estão supostos no ideal de piloto: êxitos constantes, atuação exemplar levada ao extremo (no caso de Senna, identificada inclusive pela morte), virtuosidades incontestáveis, cumprimento do dever, exemplo de dignidade e de honestidade; portanto, são dizeres que fazem um percurso em direção ao sentido, ao Todo, ao que é de mais “substancial”, criando uma ilusão de unidade.

No caso deste estudo, embasar-nos-emos em textos que foram selecionados, em sua maioria, da Revista Veja (de 1988, 1990 e 1991, discursivizações⁶ que se referem ao acontecimento das três vitórias mundiais de Ayrton Senna) e no material assinado pela jornalista Marleine Cohen, no ano de 2006, cuja publicação foi editada pela Editora Globo (discursivizações, com fortes traços biográficos, que dizem respeito ao acontecimento da morte de Senna).

A partir de tais textos, teremos como finalidade: *problematizar* os possíveis aspectos do efeito de homogeneização identitária sobre a representação da subjetividade de Ayrton Senna, construídas pelo *jogo de imagens* de que se constituem os textos em questão; *analisar* os modos de manifestação e de organização dos dispositivos linguístico-discursivos apreendidos pela *possibilidade outra* do ato de escrever gerado pela mídia escrita; *compreender* como se constitui a manifestação do *jogo de imagens* sobre Senna, vislumbrando

cabe-nos assinalar que a pertinência desse conceito se justifica pelo fato de o tomarmos aqui como um dispositivo do Imaginário responsável pela produção de *certo efeito de unidade*. Assim, observamos que tal dispositivo assegura a permanência estrutural dos sentidos, sem, contudo, extirpar a possibilidade da diferença conjuntural.

⁶Trabalhamos com uma noção de *discursivização* estritamente articulada com a noção de *narrativização*, como explicitaremos no *Capítulo 1* deste trabalho.

elementos que nos remetem ao acirramento de certa representação de *brasilidade* – aqui, as possíveis representações de leitor ser-nos-ão relevantes para pensar em que isso afeta a produção do acirramento; *realizar* um estudo, em quatro tempos, a fim de compreender e de explicitar a relação entres as representações construídas sobre Senna, tendo em vista o efeito de homogeneização identitária; por fim, *identificar* os possíveis modos de manifestação de aspectos da consistência imaginária que envolve Ayrton Senna em uma grande narrativa heróica que já obteve ampla circulação cultural por meio da *espetacularização midiática*.

Como é possível perceber, no bojo teórico das postulações de Pêcheux ([1983]2002), essa espetacularização midiática deve ser pensada como uma construção desenvolvida a partir do efeito que o discurso provoca, conforme ele ilustrou na análise do enunciado *on a gagné*. Eis, textualmente, as observações de Pêcheux:

A materialidade discursiva desse enunciado coletivo é absolutamente particular: ela não tem nem o conteúdo nem a forma nem a estrutura enunciativa de uma palavra de ordem de uma manifestação ou de um comício político. “On a gagné” [Ganhamos], cantado com um ritmo e uma melodia determinantes (on-a-gagné/dó-dó-sol-dó) constitui a retomada direta, no espaço do acontecimento político, do grito coletivo dos torcedores de uma partida esportiva cuja equipe acaba de ganhar. Este grito marca o momento em que a participação passiva do espectador-torcedor se converte em atividade coletiva gestual e vocal, materializando a festa da vitória da equipe, tanto mais intensamente quanto ela era mais improvável (PÊCHEUX, [1983]2002, p. 21).

Em outras palavras, trata-se da articulação que é feita da significação (esportiva, jornalística, religiosa, política) de um termo com a “conotação do espetáculo induzida pelo uso anglo-americano do termo ‘performance’ ” (PÊCHEUX, [1983]2002, p. 60). Esse mecanismo de funcionamento das discursividades que ele define a partir da análise do jogo metafórico do enunciado *on a gagné*, dito pela massa popular no dia da vitória do presidente francês François Mitterand, manifesta-se nos textos que constam do *material de análise* desta pesquisa.

Nessa medida, notamos que tais textos possibilitarão a reflexão acerca de

possíveis mecanismos de funcionamento da língua (instância simbólica), da história (via efeitos do interdiscurso – instância imaginária) e, conseqüentemente, do disfuncionamento (afetamento pelo Real) de incidência da história sobre o funcionamento da língua. Contudo, destacamos que nossa orientação teórico-metodológica permeará a perspectiva de que não há, nos textos em análise, uma relação de *equivalência* entre essas instâncias, e, sim, uma *prevalência* das propriedades do Imaginário. Portanto, um ato *de escrever* que textualiza aspectos construídos por traços culturais sobre a noção de representação da *subjetividade brasileira*, de modo a contribuir para a estabilização de um suposto perfil identitário de brasileiro.

Uma das vias possíveis de abordar o material de análise deste trabalho é pensar que sua constituição é marcada por um *processo*. Isto é, os textos nos permitem empreender um *gesto de leitura* que leva em conta o modo como eles produzem sentido; o modo (im)possível de eles funcionarem como *discursividades*. Sendo assim, a instância de constituição histórica, que incide sobre a instância de constituição linguística, possibilita uma “amarração” (ou não) entre o histórico e o linguístico, o que traz como consequência a noção de que o texto é uma *materialidade histórica*. Tais observações, nas palavras de Pêcheux, são concebidas como a possibilidade de “inscrição de efeitos do linguístico na história” (PÊCHEUX, [1982]1994, p. 63). Assim, construiremos nossas análises a partir de recortes de sequências discursivas em que a questão do *acontecimento de linguagem* (Cf. PÊCHEUX, [1983]2002) e a (re)organização de memórias discursivas sejam percebidas materialmente a partir de traços recortados da materialidade linguística.

Sob o enfoque do prisma teórico assumido neste trabalho, compreendemos que os fenômenos que concernem à *dimensão do nacional* se embasam em uma perspectiva que nos possibilita pensar em *efeito*. Na realidade, em termos empíricos, não é possível haver uma unidade, uma totalidade homogênea sobre a nação brasileira. Nessa medida, a “plenitude” de traços e de aspectos culturais sobre a “ideia nacional” são investimentos que se fazem no espaço simbólico com fortes implicações de prevalência do Imaginário, dentre

eles o de permitir uma *construção incessante de sentido* de modo a estabelecer explicações para os diversos fenômenos humanos; inclusive, explicações referentes às questões de cunho coletivo.

Cumpramos ressaltar, desde já, que a natureza e que o funcionamento do Imaginário não se prendem a uma tapeação. Ao contrário, o estatuto do Imaginário nos possibilita pensar que as formulações linguageiras são constituídas não apenas por uma suposição⁷ Real e Simbólica, mas também por uma suposição Imaginária. E essa suposição Imaginária permite que os povos se interpretem, se constituam como *culturas*, como *nação*, a partir do estabelecimento de “fatos humanos”, de “fatos intelectuais”, de “fatos religiosos”, de “fatos econômicos”, de “fatos artísticos”, de “fatos sociais”, de “fatos políticos”, etc.

Portanto, notamos que o registro do Imaginário – alojando a produção de sentido(s) – se caracteriza pela instância de formulação, no sentido de dar forma e de criar modelo, responsável pela “fabricação” de nossas experiências individuais e coletivas. Ancorados nesse registro, modelamos assim as experiências subjetivas a partir da construção, via fatos⁸, de um acervo cultural (com)partilhado.

Dessa forma, este trabalho se baseará em uma série de noções e de conceitos desenvolvidos a partir da terceira fase dos estudos da Análise de Discurso de orientação pecheuxtiana. No caso particular dessa fase, percebemos que os pressupostos da Análise de Discurso são fortemente vinculados ao atravessamento da Psicanálise freudo-lacaniana, bem como aos mecanismos sintáticos e aos processos de enunciação relativos à língua, teorizados por Authier-Revuz. Em tal configuração teórica, será sensível a presença conceitual da elaboração lacaniana acerca da natureza e do funcionamento do Imaginário que foi registrada, em 1949, no texto “*O estádio do espelho como formador da função do eu*”,

⁷Essas suposições serão especificadas, no *Capítulo 2*, quando do momento de nossa discussão sobre a tendência psicanalítica e discursiva de abordagem das categorias Real, Simbólico e Imaginário.

⁸Os apontamentos teóricos assinalados por Paul Henry (2001) sobre a noção de *fato* nos permitem entender a implicação dessa suposição imaginária na vida psíquica do sujeito. Desse modo, é possível destacar que todo *fato* é resultante do investimento imaginário que se faz no universo simbólico. Como veremos, essa discussão retornará neste trabalho, mais notadamente nos *Capítulos 1 e 2*.

o que nos permitirá pensar no *investimento narcísico*⁹ que é feito sobre Ayrton Senna.

Em Pêcheux, buscaremos os procedimentos de análise dos fenômenos discursivos, tendo em vista o modo como esses fenômenos se constituem, no fio do dizer, na condição de efeito de sentido. E, nessa análise, serão incorporados os aspectos relativos: à língua, sob o enfoque de uma *estrutura* portadora de equívocos que lhe são constitutivos, os quais se inscrevem no *fio intradiscursivo* (isto é, no próprio fio do dizer); à história, sob a óptica do acontecimento que nos permitirá abordar a atualidade (o *dito* nos textos jornalísticos sobre Ayrton Senna), imbricado aí com uma memória (o já-dito culturalmente antes do ato enunciativo dos textos jornalísticos e que atravessa o intradiscurso, sob forma de uma memória discursiva, efeito do *interdiscurso*); e ao efeito-sujeito que é determinado *na* e *pela* linguagem, “para quem não existe – fora da ilusão e do fantasma – posição de exterioridade em relação à linguagem, nem centro em que emanariam, particularmente, a fala e o sentido” (FLORES e TEIXEIRA, 2005, p. 75). Assim, as palavras e os sentidos produzidos por esse sujeito serão sempre parciais e marcados pelo *não-todo*, de modo que a produção das discursividades não cessa de se dinamizar, metamorfoseando o sentido em equívoco na via de seu próprio acontecimento e este, por sua vez, desempenhando o papel de proliferar novos sentidos.

Por isso, Pêcheux ponderou que as práticas languageiras poderiam adquirir feições determinadas pelo papel dinâmico atribuível às diferentes práticas discursivas. Primeiro, porque a sequência verbal emitida por um destinador (A) em direção a um destinatário (B) não opera de forma espontânea, mas no seio de marcos regulatórios específicos da língua (*ordem própria da língua*¹⁰). Segundo, porque as tendências da “troca verbal bem-sucedida”, desencadeadas pela perspectiva da transmissão de informação entre A e B representam uma imagem ideal sobre o contato estabelecido entre ambos. A respeito

⁹Entendemos por *investimento narcísico* a tendência de se conceder atenção especial à *dimensão egóica* do sujeito. Uma tendência, portanto, ligada aos fenômenos relativos ao campo do registro do Imaginário, tais como: efeito de ilusão subjetiva indiciada pela via de *imagens*, conforme já destacamos neste trabalho. Por isso, no caso de Ayrton Senna, as imagens construídas sobre ele parecem denotar um *sentido* como *evidente* e *homogêneo*.

disso, eis a pertinência das observações de Pêcheux ([1969]1990, p. 82):

Observemos que, a propósito de “D” [a seqüência verbal emitida por A em direção a B], a teoria da informação, (...), leva a falar de *mensagem* como transmissão de informação: o que dissemos precedentemente nos faz preferir aqui o termo *discurso*, que implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um “efeito de sentidos” entre os pontos A e B.¹¹

Afinal, para Pêcheux ([1969]1990), nos processos discursivos há a incidência de diferentes elementos estruturais que se integram às condições de produção do discurso¹². É o caso, por exemplo, das formações imaginárias, a partir das quais “se institui tudo o que constitui laço: é o imaginário ou I” (MILNER, 2006, p. 7), cuja concepção leva consigo a noção de *representação*, que designa “o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, [1969]1990, p. 82); desprovida, é claro, de alicerces que se baseiam na presença física de organismos humanos individuais, isto é, desprovida de um respaldo empírico.

Dessa forma, a abordagem analítica, que será feita neste trabalho, dos textos jornalísticos concernentes a Ayrton Senna levará em conta o funcionamento das formações imaginárias (dispositivo analítico). Para isso, reportar-nos-emos ao esboço das formações imaginárias cunhadas por Pêcheux, a fim de compreender a dinâmica do jogo de imagens

¹⁰Cumpre ressaltar que essa *ordem própria da língua*, conforme teorizações constantes do Curso de Linguística Geral – CLG –, de Ferdinand Saussure, está balizada por mecanismos básicos de funcionamento, sendo-os reconhecidos diante dos fenômenos da *relação associativa* e da *relação sintagmática*. Notamos que o primeiro fenômeno está assentado na possibilidade de substituição (via “oposição mental dupla”, SAUSSURE, 1916, p. 152) dos elementos da cadeia significante, enquanto o segundo fenômeno está embasado na dependência que as unidades de língua mantêm com outras unidades que as rodeiam “na cadeia falada, seja das partes sucessivas de que elas próprias se compõem” (SAUSSURE, 1916, p. 148). Esses fenômenos mantêm entre si uma relação muito íntima. O CLG foi editado, em 1916, por Charles Bally e Albert Sechehaye, com base nas anotações de *Cursos* ministrados por Ferdinand Saussure nos anos de 1907 (1º Curso de Linguística Geral), de 1908-1909 (2º Curso de Linguística Geral) e de 1910-1911 (3º Curso de Linguística Geral).

¹¹Os grifos são do autor.

¹²É oportuno desde já advertir que não há aqui qualquer tentativa de reduzir a complexidade dos outros elementos estruturais que compõem as condições de produção do discurso, tais como Formações sociais, Formações ideológicas, Formações discursivas, etc.. Entretanto, o potencial de inclusão das referidas formações escapa aos limites deste trabalho, embora seja possível a irrupção de traços dessas formações, mas não um exame pormenorizado nas páginas que se seguem.

que intervém no *modo de escrita* relativizado pela representação de escrever instalada na materialidade dos textos jornalísticos. Como será explorado no *Capítulo 2*, as leis do Imaginário registradas por Lacan, em 1949, constituem peça-chave para se entender a configuração e os mecanismos de funcionamento das formações imaginárias.

Em nossa pesquisa, também fundamentar-nos-emos nas noções de heterogeneidade enunciativa (mostrada e constitutiva), de Jacqueline Authier-Revuz (1999 e 2004), com o objetivo de analisar os processos de inscrição de marcas linguísticas que irrompem na estrutura do dizer constantes dos textos jornalísticos que ora mobilizamos. Assim, o sentido supostamente “contido” pelos limites formais de tais dizeres – por se tratar de textos escritos, conforme orientação prescrita pelo código linguístico padrão do Português brasileiro – se metamorfoseia em equívoco, engendrando um sentido outro. Esse sentido, por sua vez, possui uma estrutura autonímica opacificante, isto é, “um sentido que não veio para ficar igual a ele mesmo” (TEIXEIRA, 2005, p. 201). Para isso, as marcas do *não-um*, expressas por meio de comentários, de ressalvas, de explicações laterais e de atenuações, permitirão o desenvolvimento de análises capazes de indicar as possíveis manifestações do *outro*, tanto na compreensão dialógica quanto do Outro na compreensão psicanalítica, pois “o lugar ‘do outro discurso’ não é *ao lado*, mas *no* discurso. Isso posto como lei constitutiva do tecido de todo discurso (...)”¹³ (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 37).

Notamos que esses elementos indicativos de pontos de *não-um* se manifestam na própria língua, ocasionando pontos de sutura entre o *um* com o *não-um*. Isso, para Teixeira, figura como princípio de que “a língua é o lugar em que a exterioridade deixa seu traço” (TEIXEIRA, 2005, p. 20); para Agustini, como o momento em que se efetiva as *dobraduras do dizer* no intradiscurso, sendo a noção de dobradura do dizer um “mecanismo de sutura discursiva do não-um do sentido e do sujeito” (AGUSTINI, 2007, p. 303).

Tendo em vista o exposto, seguindo a orientação teórico-metodológica da abordagem discursiva, tomaremos como base os efeitos de sentido inscritos na materialidade

¹³Os grifos foram referendados pela autora.

linguística dos textos jornalísticos que compõem o *material eleito* da pesquisa.

Capítulo 1

A (re)invenção de brasilidade

1.1 Considerações Iniciais

Neste capítulo, faremos um breve percurso sobre o tema da *identidade nacional* e, conseqüentemente, acerca das possíveis implicações dessa temática para a questão da (re)invenção de uma *cultura nacional*, a qual respalda, por sua vez, o forjamento da ideia de *nação*. Ao fazê-lo, apresentaremos a problematização produzida por nós em torno do entendimento de que a *identidade* não é um dado intrínseco ao ser, conforme mostraremos posteriormente a partir dos estudos heideggerianos, e sim uma (re)elaboração histórica; a orientação inscrita nessa problematização se estende, a nosso ver, às questões relativas ao horizonte fundante da *identidade nacional*. Por isso, corroboramos o viés de que a busca constante por uma cultura “autenticamente nacional” delineia (e, sobretudo, dota de certa consistência) a tendência de se (re)construir aspectos legitimadores de uma suposta “unidade nacional”.

Desse modo, entendemos que determinadas manifestações culturais são (re)construções discursivas em franco diálogo com (re)formulações sobre a própria questão nacional. Trata-se, portanto, da (re)construção de dizeres que apontam para a estabilização de “traços identificatórios de um ideal de ego nacional” (Cf. SOUZA, 1994). No

caso do Brasil, notamos que esses traços se basearam na (re)formulação de características psicológicas ou físicas sobre o brasileiro, segundo os efeitos da orientação histórica.

A nossa leitura em relação ao delineamento dessas características permeará a reflexão de que se trata de um investimento imaginário contínuo no universo simbólico (Cf. LACAN, 1985). É o caso, por exemplo, das obras: *Casa-grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (escrita em 1933), e *O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil*, de Darcy Ribeiro (concluída em 1995). Elas, ancoradas na óptica do *pensamento nacionalista brasileiro*¹⁴, recortam e textualizam aspectos que supostamente delimitam algo “tipicamente brasileiro”. Contemplamos trechos dessas obras, neste trabalho, com o intuito de revisitar interpretações que foram feitas acerca de “nossa” *brasilidade*; o que não rompe com o propósito do trabalho, mas acaba por nos possibilitar o entendimento de que os dizeres midiáticos (re)construídos sobre Ayrton Senna produzem uma *modalidade de representação estereotipada de homem* (isto é, um *tipo de brasileiro*) vinculado a essa tendência de brasilidade.

Sendo assim, vejamos, na seção (1.2), o caminho por nós percorrido ao refletirmos sobre certos aspectos engendrados pelo processo de tessitura da “nossa” suposta brasilidade. São aspectos cristalizados a partir da produção de uma matriz imaginária brasileira e que tendem a ser tomados, por certos estudos filiados aos campos disciplinares da Antropologia e da Sociologia, pela via de uma *essência do nacional*. Isto é, elementos produzidos pelo movimento de (re)elaboração de uma cultura nacional brasileira são focalizados por meio da ilusão referencial da *rede de sentido*.

E vejamos também, na seção (1.3), as decorrências especificadas por este trabalho para a questão do processo de tessitura da “nossa” suposta brasilidade. Aqui, orientar-nos-emos por meio da seguinte pergunta: *O que o campo teórico da Análise de Discurso francesa nos permite entender acerca da questão da brasilidade, dado o seu a-*

¹⁴A partir de nossa perspectiva teórica, entendemos por *pensamento nacionalista* o processo histórico brasileiro de (re)elaboração de uma cultura nacional em que a problemática da *brasilidade* (seja para exaltá-la ou para negá-la) estivesse acentuada.

travessamento pelo campo da Psicanálise freudo-lacaniana? Desse modo, com base nos desdobramentos conceituais do campo do registro do Imaginário psicanalítico, abordaremos a questão da *brasilidade* pelo enfoque de que se trata de uma tendência metafórica com lugar proeminente para o *efeito de unidade*. Ademais, compreendemos que, por conta dessa questão, muitos aspectos ainda são passíveis de serem (re)inventados na cultura brasileira seja para acentuá-la seja atenuá-la, a despeito de se tratar de um ou de outro recorte temporal.

1.2 (Re)leituras sobre brasilidade

É comum percebermos, dadas as especificidades de constituição das diferentes culturas, a (re)formulação de n-dizeres em que aspectos atinentes à questão nacional estão frequentemente discursivizados. Desse modo, cada povo constrói (apoiado em diversas formas de linguagem e orientado historicamente) uma rede de sentidos que direciona a formação de características culturais que os poderiam representar. Mais precisamente, notamos, por exemplo, a produção de objetos simbólicos (livros, escritos, filmes, arquiteturas, personagens, etc.) que presentificam os diferentes modos de os povos se interpretarem, ou seja, as diferentes maneiras de eles se subjetivarem. Não por acaso, observamos a prevalente preocupação de diferentes povos em construir um dispositivo jurídico-administrativo sobre uma base social, com a finalidade de desencadear certa sensação de *pertencimento*. Por isso, dada a contingência histórica, notamos a tendência de (re)construção de traços culturais como legitimadores de reclamos identitários e como identificadores de certa integração social. Ou seja: desse processo de interpretação e de subjetivação estabelecido pelos diversos povos decorreria certa “unidade nacional” imaginária – efeito de unidade sobre as questões da nacionalidade –, que os permitiriam se identificar e se configurar como grupo (nos termos deste trabalho, como *nação*).

Um aspecto definitório dessas elaborações simbólicas é o investimento em res-

postas para as questões relativas ao *quem* e ao *como* somos, tanto do ponto de vista da história pessoal quanto da história coletiva. E, ao que parece, a manifestação de possíveis respostas a tais questões apóia-se em uma perspectiva imaginária de que existe um “núcleo essencial” para a existência humana, em face do qual a indicação de qualidades e de atributos se justificaria. Assim, essa manifestação promove uma essencialização sobre as referidas questões, uma vez que a modalidade de elaboração de respostas – no sentido de dar forma e de criar modelos – nos remete a um conteúdo a ser atribuído às questões, isto é, à ideia de predicativo estável, fazendo pensar que é possível estabelecer uma conexão imediata *entre o que é dito sobre as questões e o que de fato elas são*.

Nesse sentido, essas elaborações simbólicas fundam e sustentam o ideário da noção de *identidade nacional*, a qual encontra especificação por meio da (re)construção de características com demarcação coletiva. Impõem-se nesse ponto duas observações relevantes quanto ao termo *identidade*, de modo que a problematização constante da primeira observação permitirá a apresentação de implicações para a perspectiva inscrita na segunda. A elaboração dessas duas observações nos possibilitará destacar o enfoque de abordagem e de problematização acerca de aspectos que configuram o processo brasileiro de fundação e de constituição de dizeres sobre o sentimento de *brasilidade*. E as discussões apontadas nas observações nos permitirão também estabelecer a tendência de nossas reflexões sobre as discursivizações produzidas em relação a Ayrton Senna.

A primeira observação consiste no princípio metafísico de questionamento sobre a co-pertinência entre o pensamento e o ser (unificação sintética numa identidade, conforme abordagem, por exemplo, dos estudos filosóficos heideggerianos – elaboração de 1968).

A expressão *identidade* foi usada, pela filosofia moderna, para se referir à aparência de unidade e de estabilidade sob a qual se apresentaria a realidade ontológica do ser (percepção íntima de se constituir sujeito por si mesmo, postulando a exterioridade e a preexistência em relação à linguagem) ou sob a qual se atribuiria um conjunto de predicativos a alguém.

Heidegger, em seu trabalho intitulado *O princípio da identidade*, a partir da fórmula “A é A”, ponderou a diferença do *princípio da identidade* do *princípio da igualdade*, estabelecendo que, para o esboço do primeiro princípio, era necessário apenas um elemento, enquanto, para o esboço do segundo princípio, seriam necessários dois elementos. Assim, esse filósofo destacou a abordagem da identidade pelo caráter intrínseco de mesmidade: “todo A é ele mesmo o mesmo com ele mesmo” (HEIDEGGER, *apud* SOUZA, 1994, p. 3).

Heidegger, ainda no trabalho sobredito, com base na seguinte formulação de Parmênides “o mesmo, com efeito, é tanto perceber (pensar), quanto ser”, substituiu em tal formulação *pensar* por *homem*. Octavio Souza (1994, p. 3) destacou que “Heidegger inverte a concepção da identidade enquanto propriedade do ser e passa a conceber identidade como pertinência mútua entre o homem (pensamento) e o ser”. Portanto, o princípio de identidade caracterizado por “A é A”, após a inversão postulada por Heidegger, cedeu lugar para a abordagem da identidade à luz da co-pertinência entre o homem (pensar) e o ser, e essa co-pertinência pode ser ilustrada nos termos da lógica, por meio de duas formas distintas de *o mesmo* se manifestar, a saber: se formulamos que *o mesmo* é X, como também é Y, resulta que X é igual a Y, já que são dois termos diferentes subordinados à igualdade pela expressão *o mesmo*. Mas se é assim, X é o mesmo que Y, e, portanto, X que também é Y é, por transitividade da igualdade, o mesmo que X, donde X é X (ou Y é Y). Nesse caso, o princípio da igualdade também é princípio de identidade, no sentido Heideggeriano. Heidegger (1973 *apud* KAHLMEYER-MERTENS, 2008, p. 19) afirmou que

Interpretamos a mesmidade como comum-pertencer (co-pertinência). Facilmente se representa este comum-pertencer no sentido da identidade, pensada mais tarde e universalmente conhecida (...) *o ser é determinado a partir de uma identidade, como traço dessa identidade* (...) A mesmidade do pensar e ser, que fala na proposição de Parmênides, vem mais longe que a identidade metafísica, que *emerge do ser e é determinada como traço dele*.¹⁵

¹⁵Grifos destacados por nós.

Os traços de aceção assumidos pelo termo identidade no âmbito dos estudos filosóficos, tomando como referência o enfoque teórico proposto por Heidegger, são articulados a uma concepção de subjetividade que se constitui a partir da independência da linguagem. Dito de outra maneira, esse viés de abordagem teórico concebe uma autonomia ao sujeito em relação à linguagem, no sentido de propor uma relação interior/exterior entre aquele e esta. Nessa medida, nasce-se sujeito ou se aprende a ser sujeito e, a partir de conteúdos disponíveis para a consciência, haveria o acesso aos processos de constituição subjetiva. Assim sendo, a linguagem possibilitaria ao sujeito a percepção de uma unificação sintética em uma identidade.

A segunda observação concerne aos diferentes modos de constituição de subjetividades que as culturas (re)produzem, conforme a (im)possibilidade da tessitura da linguagem. Portanto, trata-se de uma noção de subjetividade baseada na referência ao dizer, com implicações estabelecidas pela formulação histórica, e não na referência ao ser (Cf. SOUZA, 1994). Aqui, o termo identidade remete a uma ilusão necessária de subjetividade, sendo essa ilusão tomada como condição de emergência de traços ou de aspectos deflagradores do sujeito ou do sentido. Por isso, a dispersão constitutiva ao sujeito e ao sentido assume um determinado papel em que o funcionamento da ilusão de unidade se sobrepõe a ela, de modo a encobri-la via manifestação de um *efeito* sem respaldo empírico. A partir da perspectiva de que a linguagem não pode significar-se a si mesmo (isto é, A não pode ser igual a A), notamos que a linguagem em vez de produzir uma unidade produz, na verdade, possíveis facetas referentes ao sujeito e ao sentido.

Levando em conta as referidas observações, percebemos que os critérios delineadores da noção de identidade nacional, em vez de apontarem fundamentalmente para uma palavra final sobre a questão nacional, são sempre construídos com base na textualização de traços de um determinado perfil identitário. Isso é verdade, sobretudo, se pensarmos nas diversas manifestações de respostas, de acordo com o circunstanciamento histórico da produção dos dizeres, para as questões *quem* e como *somos*. Octavio Souza (1994), ao

estudar a questão da identidade nacional como uma elaboração histórica alcançada nas relações entre as diferenças, ressaltou que

Quando for o caso de nos determos no aspecto coletivo da questão da identidade nacional, o termo “identidade” poderá vir a sofrer, a despeito da insistência sintomática da tradição, uma certa refração, passando a significar, quando em seu aspecto radical, antes o traço identificatório de um ideal do ego nacional (...) (SOUZA, 1994, p. 13).

Nessa medida, a (im)possibilidade da demarcação de um aspecto coletivo que cesse a demanda sobre o suposto delineamento de uma identidade nacional assegura a contínua (re)construção de explicações sobre o ideal identitário. Essas explicações momentâneas, por sua vez, se tornam *grandes narrativas* partilhadas e partilháveis sob a forma de mitos. Conforme Marilena Chaui (2001, p. 9), a (re)construção de explicações momentâneas estabelecem

Um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. Nesse sentido, falamos em mito na acepção psicanalítica, ou seja, como impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela.

Essa concepção de mito destacada por Chaui (2001) nos possibilita pensar em um passado que escapa ao domínio do sujeito, cuja consequência é a manifestação de possíveis versões sobre a busca pela origem. Não por acaso, o mito representaria uma forma de expressão de feitos lendários de um povo, a partir do qual a rede de sentidos ganharia cada vez mais estabilização na cultura e, desse modo, os sujeitos (des)identificariam com aspectos de tal rede, a ponto de desencadear involuntariamente os processos de subjetivação. Carmem Backes (2000, p. 21) sintetizou a concepção de mito da seguinte maneira:

Mito como idéia de narrativa e que exprime, portanto, de forma imaginária, as relações básicas que caracterizam o modo de ser humano em determinado momento histórico. O mito trata de uma questão em andamento para o sujeito que vai ser retecida por ele numa construção própria, a partir de elementos fornecidos pela cultura e por sua história.

Ainda para ela, tal concepção diz respeito a uma narrativa pessoal impregnada por elementos que nos remetem à construção do *mito de origem*; elementos que são passíveis de serem captados somente a partir do domínio específico das formulações linguageiras. Essa noção de mito proposta por Backes (2000) nos interessa bastante na orientação teórica deste trabalho, pois está estreitamente relacionada ao enfoque da questão da identidade nacional, mais especificamente com a questão sobre *o que é ser brasileiro?*. No caso, trata-se do mito do descobrimento do Brasil, sendo-o “padrão para pensar o efeito imaginário que a cena do descobrimento traz e que é sempre reiterado; ou seja, a cena originária sempre retorna como imagem paradigmática” (BACKES, 2000, p. 21).

Assim, dada a (im)potência do efeito de unidade em extirpar o diverso, percebemos que o processo de construção (inclusive o de atualização) de narrativas míticas é marcado pela tensão advinda da heterogeneidade de “traços identificatórios de um ideal do ego nacional” (SOUZA, 1994, p. 13). Contudo, cumpre destacar, uma vez mais, que tal processo é afetado fortemente por um *efeito* que nos permite pensar na sensação de uma unidade ou de uma identidade. Isto é, a partir da prevalência desse *efeito* em tal processo, notamos a extração de um determinado traço da série de tantos outros para promover presumivelmente uma representação homogênea; uma explicação que supostamente projetaria a opinião de todos.

A partir dessas breves considerações acerca da noção de identidade nacional, é possível notar que, quanto ao caso do Brasil, a (re)formulação dos critérios sobre a questão da identidade nacional circunscreveu uma vertente de elaboração marcada pela (re)construção de características psicológicas ou físicas sobre o brasileiro, conforme os efeitos da orientação histórica. Desse modo, a constante (re)construção de especificidades sobre o “caráter nacional” brasileiro adquiriu feições sob o termo *brasilidade*. Mais: a (re)invenção da *nação brasileira* (e de tantas outras nações) se mostrou fundamentada em fortes traços culturais referentes à língua, às crenças religiosas, ao território, às etnias, entre outros; aspectos desencadeadores de um pertencimento nacional em proveito dos

aspectos estrangeiros. Se consultarmos, por exemplo, a periodização ponderada por Eric Hobsbawm (1990 *apud* CHAUI, 2001, p. 16), veremos a classificação de alguns desdobramentos da (re)invenção da nação (não especificamente brasileira), segundo o circunstanciamento histórico de construção dos aspectos a pouco mencionados. Vejamos textualmente a periodização:

Podemos datar o aparecimento de “nação” no vocabulário político na altura de 1830, e seguir suas mudanças em três etapas: de 1830 a 1880, fala-se em “princípio da nacionalidade”; de 1880 a 1918, fala-se em “ideia nacional”; e de 1918 aos anos de 1950-60, fala-se em “questão nacional”. Nessa periodização, a primeira etapa vincula nação e território, a segunda a articula à língua, à religião e à raça, e a terceira enfatiza a consciência nacional, definida por um conjunto de lealdades políticas.

De acordo com Chaui (2001, p. 21), a (re)invenção da nação brasileira se firmou a partir da transição histórica da ideia de “caráter nacional” para a de “identidade nacional”, sendo que a primeira corresponderia, *grosso modo*, ao período de vigência do “princípio da nacionalidade” (1830-1880) e da “ideia nacional” (1880-1918) e a segunda se aplicaria, *grosso modo*, ao período da “questão nacional” (1918-1960). Cabe aqui assinalar que, nesta discussão, não apresentaremos implicações dessa passagem de ideias. Sem dúvida, de um lado, não corroboramos as noções de “caráter nacional” e de “identidade nacional” mencionadas por Chaui. Para ela, a noção de “caráter nacional” se prende a uma “totalidade de traços coerente, fechada e sem lacunas porque constitui uma ‘natureza humana’ determinada” (CHAUI, 2001, p. 21) e a noção de “identidade nacional” se relaciona a um “núcleo essencial” coletivo estabelecido a partir da relação interno (nacional)/externo (estrangeiro). Ao que parece, essas noções são concebidas, por ela, como propriedades intrínsecas e naturais à ordem humana; como se essas propriedades não estivessem implicadas ao humano, via construções discursivas. E, de outro lado, quanto à tendência a (re)construir elementos que compõem as questões nacionalistas pertinentes à cultura brasileira, cabe ressaltar que compreendemos essa tendência como manifestação resultante do investimento imaginário que é feito no universo simbólico para a materialização de sen-

tidos e de subjetividades – que se traduzem na tessitura de vínculos de coesão nacionais; assim, interessa-nos bastante pensar aqui a *(re)invenção da nação* e, conseqüentemente, a *questão da identidade nacional* como construções simbólicas com forte prevalência do Imaginário.

Trata-se, portanto, de uma periodização configurada com base na função e no valor simbólico atribuídos a aspectos recortados da disposição natural (condições ecológicas, geográficas, etc.) de um povo, conforme as contingências históricas; são, por isso, construções simbólicas produzidas a partir da *materialidade repetível*, cuja especificidade sucede das condições de emergência da rede de sentido. Isto é, a noção de *nação* é pensada, por nós, como um elemento simbólico que proporciona (ou que fomenta) variados meios para a construção de subjetividades. Em consonância com Lacan (1985, p. 56), notamos que a experiência humana é marcada pela discrepância entre a ordem imaginária e o conjunto da natureza. Eis a citação que suscitou as referidas observações:

Indiquei também que temos, bem entendido, de levar em conta o lado formal da natureza, no sentido em que eu o qualificava de assimetria pseudo-significativa, porque é disto que o homem se apossa para fabricar seus símbolos fundamentais. O importante é aquilo que confere às formas que estão na natureza valor e função simbólicos, o que faz com que funcionem umas em relação às outras. É o homem quem introduziu a noção de assimetria. A assimetria na natureza, não é nem simétrica, nem assimétrica – ela é o que ela é. (...) O eu, função imaginária, só intervém na vida psíquica como símbolo.

Nessa medida, a elaboração de escritos científicos ou não – com incursões em diferentes campos teóricos (Literatura, Antropologia, Sociologia, História, entre outros) – sempre buscou esboçar um *universo cultural brasileiro* seja em sua dimensão positiva seja em sua perspectiva negativa. Assim, o *pensamento nacionalista* permitiu a manifestação de diferentes versões sobre a projeção da imagem do Brasil: 1) imagem positiva do Brasil e dos Brasileiros (1822-1880), estabelecida sob o prisma da construção intelectual do pensamento romântico; 2) imagem pessimista do brasileiro (1880-1950), pautada nas leituras propostas pelos estudos da área das Ciências Sociais; 3) reiteração da imagem positiva do Brasil

e dos Brasileiros (1950-1960), dadas as consolidações do desenvolvimento econômico (Cf. LEITE, 1983, *apud* CHAUI, 2001). Vejamos dois exemplos destacados por Leite (1983) sobre tais versões: do pólo da imagem pessimista do Brasil e do brasileiro, há Silvio Romero (1851-1914) e, do pólo da imagem positiva do Brasil e do brasileiro, há Cassiano Ricardo (1895-1974), a saber:

Silvio Romero (1851-1914) – Características psicológicas do brasileiro: 1. apático, 2. sem iniciativa, 3. desanimado, 4. imitação do estrangeiro (na vida intelectual), 5. abatimento intelectual, 6. irritabilidade, 7. nervosismo, 8. hepatismo, 9. talentos precoces e rápida extenuação, 10. facilidade para aprender, 11. superficialidade das faculdades inventivas, 12. desequilibrado, 13. mais apto para queixar-se que para inventar, 14. mais contemplativo que pensador, 15. mais lirista, mais amigo de sonhos e palavras retumbantes que de ideias científicas e demonstradas. Qualidades da vida intelectual brasileira: 1. sem filosofia, sem ciência, sem poesia impessoal, 2. palavreado da carolice, 3. mística ridícula do bactério enfermo e fanático, 4. devaneios fúteis da impiedade, impertinente e fútil. Cassiano Ricardo (1895-1974) – 1. mais emotivo, 2. mais coração que cabeça, 3. mais propenso a ideologia que ideias, 4. detesta a violência, 5. menos cruel, 6. menos odioso, 7. bondade, 8. individualismo (LEITE, 1983, s/p. *apud* CHAUI, 2001, p. 22-26).

Esses exemplos mobilizados por Leite (1983) nos permitem pensar em uma perspectiva de brasilidade delimitada a partir de qualidades psicológicas e intelectuais. Isto é, uma brasilidade abordada à luz de qualidades e de atributos, com fortes pretensões em apontar para o “Um” nacional. Uma busca do *quem somos* apoiada em demasia na tendência de leituras racialistas; uma busca que (re)constrói uma imagem que, por sua vez, engendraria uma identidade, visto que a (des)identificação por parte dos brasileiros com aquela (imagem) supostamente indicaria o delineamento desta(identidade). Interessa-nos enfocar nesta discussão esse mecanismo de funcionamento da construção da identidade, o qual perpassa a constituição de uma imagem. Portanto, há a *produção de uma imagem especular*, com a *(im)possibilidade de (des)identificação*, em face da qual haveria a *formação de uma identidade imaginária*. Sendo assim, observemos as considerações de Backes (2000, p. 142) sobre esse funcionamento no caso brasileiro:

O brasileiro, muitas vezes, é definido por imagens paradigmáticas que acabam conferindo-lhe uma certa identidade frente ao outro. São pregnantas e indicam uma identidade na medida em que congelam um sentido. O futebol e o carnaval são exemplares: ser brasileiro é ser bom jogador de futebol ou bom de samba. Ainda poderiam ser incluídos aspectos relativos à originalidade, ao exotismo, entre outros.

Também de forma consoante com a leitura racialista cunhada por Silvio Romero (1851-1914) e Cassiano Ricardo (1885-1974) sobre o Brasil e sobre os brasileiros, conforme destacamos anteriormente, podemos citar Gilberto Freyre, com a obra *Casa-grande e Senzala* (escrita em 1933) e Darcy Ribeiro, com a obra *O Povo Brasileiro – A formação e o sentido do Brasil* (obra concluída em 1995). A apresentação de breves recortes dessas obras nos possibilitará destacar outras tendências de construção discursiva sobre o *pensamento nacionalista brasileiro*.

Para Gilberto Freyre, um dos fatos que marcou profundamente a constituição de aspectos da cultura brasileira foi a configuração sócio-histórica da escravidão. Em uma perspectiva antropológica, Freyre produziu uma leitura sobre a *miscigenação* (definida pela mistura étnica do índio, do negro e do branco), sobre o *latifúndio* e sobre a *escravidão*, pautada em traços que, presumivelmente, marcaria a “essência” da nacionalidade brasileira.

A partir da (re)formulação de Freyre, é possível notar a tendência de (re)construção de uma imagem positiva sobre o Brasil e sobre os brasileiros, pois a formação histórica do país suscitava certo efeito pessimista. Um dos primeiros sintomas dessa tendência pode ser identificado em alguns trechos da obra sobredita, quando ele privilegia possíveis traços característicos do pluralismo étnico e cultural da sociedade da época, definindo-os como aplicáveis à totalidade do povo brasileiro. Assim, a “unidade do povo” seria representada a partir do entrelaçamento complexo de elementos culturais que nos remeteriam a possíveis aspectos da definição da nacionalidade. Vejamos, no trecho recortado abaixo, como Freyre relaciona o elemento *casa-grande* (elemento cultural produzido durante o período da escravidão) a uma possibilidade de marca definidora da formação das características do povo brasileiro. Eis o trecho:

(...) *Nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro; a nossa continuidade social.* No estudo da sua história íntima despreza-se tudo o que a história política e militar nos oferece de empolgante por uma quase rotina de vida: mas dentro dessa rotina é que melhor se sente o *caráter de um povo*. Estudando a vida doméstica dos antepassados sentimo-nos aos poucos nos completar: é outro meio de procurar-se o “tempo perdido” (...). (FREYRE, 1933, p. Ixxv. Prefácio à 1ª ed.).¹⁶

Freyre prossegue:

(...) A história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro: de sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo; da sua vida de menino; do seu cristianismo reduzido à religião de família e influenciado pelas credices da senzala (...) (FREYRE, 1933, p. Ixxv. Prefácio à 1ª ed.).

Os referidos trechos e tantos outros da obra em tela nos permitem perceber o forte empenho de Freyre em definir categoricamente aspectos que produzem uma *(re)invenção sobre a nacionalidade brasileira*. Portanto, há um investimento em símbolos e em elementos que supostamente conservariam e assegurariam a sensação de “comunhão” e de “unidade” do povo brasileiro.

Em Darcy Ribeiro (1995), observamos a teoria que explica a formação e o *sentido* sobre o *povo brasileiro*. Segundo ele, todo povo tem no seu movimento de evolução um *sentido* que se ancora na sua formação histórica. Trata-se de uma evolução baseada na “incorporação ou atualização histórica, que supõe a perda da autonomia étnica dos grupos engajados” (RIBEIRO, 1995, p. 74). No caso do Brasil, o suposto *sentido* se prenderia à mistura étnica de três matrizes culturais: a européia, a indígena e a negra. Mais precisamente, a formação do povo brasileiro se constituiu principalmente por meio da prática social do *cunhadismo* entre os indígenas e os europeus. Essa prática consistia no oferecimento de uma moça indígena como esposa aos recém-chegados. Desse modo, o *cunhadismo*, conforme Ribeiro (1995), figurou como uma relevante *instituição social* na construção de *um Brasil*. Tomemo-nos a descrição destacada por ele:

¹⁶Os grifos foram assinalados por nós.

Com base no cunhadismo se estabelecem criatórios de gente mestiça nos focos onde náufragos e degredados se assentaram. Primeiro, junto com os índios nas aldeias, quando adotam seus costumes, vivendo como eles, furando os beijos e as orelhas e até participando dos cerimoniais antropofágicos, comendo gente. Então aprendem língua e se familiarizam com a cultura indígena. Muitos gostaram tanto que deixaram-se ficar na boa vida de índios, amistosos e úteis. Outros formaram unidades apartadas das aldeias, compostas por eles, suas múltiplas mulheres índias, seus numerosos filhos, sempre em contato com a incontável parentela delas. A sobrevivência era garantida pelos índios, de forma quase idêntica à deles mesmos. Viabilizara-se, porém, uma atividade altamente nociva, a economia mercantil, capaz de operar como agência civilizatória pela intermediação do escambo, trocando artigos europeus pelas mercadorias da terra (...) (RIBEIRO, 1995, p. 83).

A *mestiçagem*, para ele, permitiu a formação de uma porção numerosa de pessoas mestiças que, de fato, ocupou o país. Esse contato étnico proporcionou o *fazimento* do povo brasileiro na sua maneira de ser e de agir. Sendo assim, Ribeiro promoveu uma interface entre os campos da Antropologia e da História para explicar que a mistura de raças não se estabeleceu de maneira harmônica, mas sim em um processo tensivo. Uma tensão que marca a ausência identitária, na qual emerge o mestiço. Vejamos os dizeres de Ribeiro (1995, p. 131):

(...) Seu filho, crioulo, nascido na terra nova, racialmente puro ou mestiçado, este sim, sabendo-se não-africano como os negros boçais que via chegando, nem branco, nem índio e seus mestiços, se sentia desafiado a sair da ninguenidade, construindo sua identidade. Seria, assim, ele também, um protobrasileiro por carência (...) o brasilíndio como o afro-brasileiro existiam numa terra de ninguém, etnicamente falando, e é a partir dessa carência essencial, para livrar-se da ninguenidade de não-índios, não-europeus e não-negros, que eles se vêem forçados a criar a sua própria identidade étnica: a brasileira.

Sob a perspectiva do “vazio identitário” ponderada por Ribeiro, observamos que ele nos propõe o *mameluco* como solução histórica e antropológica para o impasse da identidade étnica; inclusive como a possibilidade da afirmação e da garantia da “essência brasileira”. Portanto, em conformidade com Ribeiro, as respostas às questões *quem* e *como* somos deveriam ser buscadas na nossa matriz étnica de constituição, qual seja: um *protobrasileiro por carência*.

Cumpramos explicitar que fizemos uma leitura muito parcial e particular sobre as obras *Casa-grande e Senzala* e *O Povo Brasileiro – A formação e o sentido do Brasil*, escritas respectivamente por Gilberto Freyre e por Darcy Ribeiro, visto que enfocamos, mais especificamente, traços estabelecidos por esses autores na interpretação sobre o Brasil e sobre a constituição cultural do brasileiro. Isto é, tais obras expõem aspectos sobre a nossa presumível *brasilidade*, de modo a sugerir o nosso (re)conhecimento nos aspectos mobilizados. São dizeres que, afetados historicamente, buscam estabilizar uma “representação consensual de Brasil”. Portanto, são construções simbólicas com fortes implicações de prevalência do imaginário.

Compreendemos, neste trabalho, que a perspectiva inscrita nessas obras estabelece certo papel fundamental no processo brasileiro de (re)elaboração de uma cultura nacional. Desse modo, dada a preocupação em explicar algumas manifestações da cultura brasileira a partir de aspectos da história, notamos que as obras sobreditas (re)organizam determinados sentidos em relação ao sentimento de *brasilidade*, de modo a produzir a ilusão referencial da rede de sentidos que a partir delas é engendrada. Por isso, a (re)construção de sentidos fundadores de *brasilidade*, (re)elaborados com base na experiência e na produção de sentido humanas segundo estabelecem as obras em tela, aponta para o enfoque de que os sentidos produzidos acerca da constituição da nacionalidade brasileira teriam uma autenticidade contida em sua origem.

Assim, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, ao procurar legitimar um espaço específico para a ordem de sentido sobre a *brasilidade*, constroem uma *essência do nacional*. Primeiro, porque certos aspectos do cotidiano da vida social e cultural da história brasileira são abordados como desencadeadores (e, sobretudo, legitimadores) de vínculos de coesão nacional. Segundo, porque a inscrição material de explicações que nutre a rede de sentidos sobre as questões da nacionalidade são baseadas em respostas definitivas esboçadas a partir da ideia da *territorialização do sentido* (como se o sentido pudesse ser descrito de modo categórico em suas dimensões de origem e de fim).

Até aqui procuramos analisar brevemente a tendência que se acentua com as obras de Gilberto Freyre e de Darcy Ribeiro sobre o processo brasileiro de constituição de uma cultura nacional, com o intuito de (re)pensá-la em outros termos. Trata-se de uma tendência antropológica, cuja orientação é *examinar a problemática da identidade nacional brasileira sob o teor cientificista e revolucionário*. Nesse caso, de nossa parte, cabe-nos (re)colocar o tema da *brasilidade* sob uma visada discursiva, recorrendo às contribuições teórico-analíticas delineadas a partir do âmbito da Análise de Discurso francesa ou do âmbito dos campos disciplinares que a atravessam.

Nessa medida, interessa-nos estabelecer neste momento da discussão, embora de forma pontual, um percurso relativo à *questão do sentido* segundo a abordagem da Análise de Discurso francesa e, mais precisamente, um panorama concernente às implicações dessa questão para certos processos discursivos que sustentam variados sentidos em relação à *identidade nacional brasileira*. Para tanto, orientar-nos-emos, no desenvolvimento da próxima seção, por meio do seguinte questionamento: *o que podemos expor, em termos de funcionamento discursivo, sobre certas manifestações da cultura brasileira referentes à questão da brasilidade, dado o mecanismo de consistência e de estabilização de sentidos na/pela história?*

A seguir explicitaremos uma leitura discursiva acerca do domínio de constituição e de presentificação de sentidos – *ordem do sentido* –, visando a destacar a temática da identidade nacional brasileira como uma (re)invenção que se ancora no campo do registro Imaginário.

1.3 Uma visada discursiva acerca de brasilidade

Ao observamos a dinâmica da tessitura de sentidos que forja a cultura nacional dos diversos povos, é preciso ressaltar que o processo de constituição da rede de sentidos é marcado, no bojo do qual ele se forma, pela tendência de determinados sentidos (ou de

certos fios da rede) se comportarem como fundadores. Sendo assim, a (re)construção desses fios nutre a rede de sentidos com aspectos que servem de referência a uma história coletiva, suscitando a (re)elaboração de modelos nacionalistas – identificadores de lembranças coletivas.

A observação da dinâmica de (re)elaboração da rede de sentidos nos permite ressaltar também que os fios se chocam e se entrelaçam numa orientação criadora de diferentes versões para a rede. Isto é, a rede de sentidos, no seu movimento de constituição, deixa entrever a capacidade de os sentidos se presentificarem de diferentes modos, bem como a propensão de eles se re-significarem a partir do delineamento de *pontos de deslocamento*.

Essa disposição da rede de sentidos a diferentes versões exige que a abordagem sobre os sentidos seja traçada com base na perspectiva de que eles não possuem uma *essência* nem uma *origem* assegurada por um *lugar*, por um *espaço* e por um *tempo* específico. Dessa maneira, conforme propôs Orlandi (2001, p. 7), os sentidos tendem a

Sofrer um deslizamento, um processo de transferência que faz com que apareçam como deslocados. A isto é que chamamos *transfiguração*. Sem ponto original, mas jogando o jogo da diferença, da cópia, da simulação. Depende da história de construção dos sentidos a configuração de lugares para “as idéias”, na trama da relação linguagem/pensamento/mundo, isto é, no efeito de realidade do pensamento, da ilusão referencial, que eles produzem.¹⁷

Em face a esse modo de teorização sobre o sentido, cabe destacar que o estatuto do termo *fundador* não se respalda a aceção de *ineditismo*, de *sem precedentes*. Ao contrário, a noção sustentada pela Análise de Discurso francesa é definida a partir da articulação lexical entre *sem-sentido* e *sentido* (Cf. ORLANDI, 2001). Nesse caso, a atenção conceitual de tal termo recai sobre o fenômeno da transfiguração do sem-sentido em sentido, cujo domínio se especifica a partir da *des-individualização* do sentido. Portanto, em consonância com o quadro teórico da Análise de Discurso francesa, a questão do sentido está engastada tanto em um tecido que os reclamam na condição de *fatos* quanto em uma

¹⁷Ênfase assinalada pela autora.

tendência que os estabelecem pelo mecanismo de funcionamento da paráfrase, da metáfora e da metonímia.

Conforme salientou Paul Henry (2001), ao interligar filosoficamente as questões relacionadas ao *sentido*, ao sujeito e à *origem*, a questão do sentido se mostrou estruturada em muitos trabalhos linguísticos pela concepção de que o sentido é estabelecido aprioristicamente. Assim, em virtude de o caracterizarem como uma realidade psicológica ou sociológica, os procedimentos de abordagem sobre ele o tomariam como um dado e não como uma elaboração proveniente de um ponto de vista teórico – aspecto relevante na compreensão do domínio do *fato*.

Contudo, partindo da alusão aos trabalhos de Michel Foucault e de Michel Pêcheux referentes à definição da categoria *discurso*, Paul Henry (2001) enfatizou que os procedimentos discursivos fundamentam a questão do sentido pela tendência de rompimento com a noção de “sujeito produtor” – razão e fonte de produção de sentido –, e com a dicotomização *a priori de sentido próprio* e de *sentido derivado*. Uma tendência que atinge certa radicalidade a partir do postulado de que a ordem do sentido não é passível de nenhuma redução conceitual. Por isso, a produção de sentido permeia a (re)construção de determinados *fatos* – pontuais e circunstanciados – da ordem do sentido, sob a égide da natureza opaca da linguagem.

Isso implica, segundo afirmou Paul Henry (2001), o reconhecimento de que a questão do sentido está desprovida de uma transparência assegurada por um princípio conceitual acabado. Trata-se de uma questão endereçada à filosofia, visto que está voltada à abertura produzida pela natureza da linguagem, do sujeito e da história. Ou seja, as discussões concernentes à questão do sentido não se apresentam como definitivas, pois qualquer reflexão a surgir sobre essa questão figurará como uma *versão pontual* acerca da ordem do sentido.

Diante desse nó teórico abordado por Paul Henry (2001) em relação à questão do sentido, notamos que a concepção da categoria *discurso* – construto conceitual especí-

ficado por Foucault e Pêcheux por meio de vias diferentes – prenuncia traços relevantes e fundantes do princípio de (re)construção de *versões pontuais* relativas à ordem do sentido. Inclusive, o próprio campo da Análise de Discurso francesa é concernido por esse princípio, uma vez que os procedimentos teórico-analíticos engendrados para a orientação da análise já são versões de sentidos (re)elaboradas pelo analista. A Análise de Discurso francesa, quanto a sua preocupação com os sentidos, se constituiu, de acordo com Paul Henry (2001, p. 162), como

(...) um dispositivo que tenta produzir, como resultado da análise, certas relações de paráfrases ou de equivalência semântica, de metáfora ou de metonímia, ao invés de tomá-los só como dados, ao invés de, por exemplo, opor *a priori* um sentido próprio e sentidos derivados. Claro que, se falo de fato, isto quer dizer que a análise de discurso se sustenta de uma teoria do discurso (...).

Como podemos perceber, a dimensão do sentido se fundamenta tanto em relações que integram o funcionamento da linguagem – em termos discursivos, correspondentes à *estrutura* –, quanto em mecanismos que constituem o *trajeto* de inscrição material do sentido – sob o tom discursivo, articulados à noção de *acontecimento*.

Sendo assim, o processo de instituição do *sem-sentido* em *sentido* está ancorado no entrelaçamento das questões relacionadas à estrutura e ao acontecimento. Mais: esse processo integra o campo de (des)estabilização de sentidos pela tendência de produção de *memórias* para o sentido. Quer dizer: com base no domínio linguístico, os sentidos são vinculados a regiões discursivas em torno das quais se fixam certos bordos – não estanques – legitimados por práticas sócio-históricas. Entretanto, levando em conta a natureza opaca do domínio linguístico, os sentidos estão passíveis de estabelecer vínculos discursivos em outras regiões, suscitando a produção de *sentidos outros*. Haveria, pois, implicado aí um mecanismo relevante para o quadro teórico da Análise de Discurso francesa, qual seja: *efeito do repetível*, cuja rubrica conceitual é *já-dito* – memória do sentido *já estabilizada*.

Tendo em vista o fundamento definido por esse quadro teórico para o *efeito do repetível*, observamos que a teoria do discurso decorrente das (re)elaborações de Michel

Pêcheux está embasada na perspectiva de que não é possível haver anterioridade de sentido – um marco que estabelecesse um *sentido primeiro*. Por assim dizer, retomando as reflexões filosóficas postuladas por Paul Henry (2001), notamos que a delimitação da diferença e da identidade de certos sentidos se constitui como *fato* em correspondência com a orientação do *já-dito*. Isso fica claro, por exemplo, quando Orlandi (2001, p. 13) afirma que

(...) também se fundam sentidos onde outros sentidos já se instalaram. Não há ritual sem falhas, segundo Pêcheux (1991), por isso é possível a ruptura. Instauração de uma nova ordem de sentidos. O que o caracteriza como fundador – em qualquer caso mas precipuamente neste – é que ele cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra. É um momento de significação importante, diferenciado.

Dessa forma, esse caráter *repetível* dos *efeitos de memória* dos sentidos é visto como a condição própria de os sentidos se transformarem em outros, cuja (im)possibilidade se inscreve no domínio do *interdiscurso*. Dito de outra maneira, essa tendência de manifestação e de vinculação de memórias para os sentidos perpassa o “movimento da contradição entre o mesmo e o diferente” (ORLANDI, 1996, p. 68), dada a relação entre *aspectos linguísticos* e *aspectos históricos*. É a partir desse domínio que a formulação linguística encontra maneiras de produzir sentidos. Nesse ponto, cabe lembrar que o movimento de constituição da rede de sentidos (re)construída pelos diversos povos é regulado também pelo domínio do interdiscurso.

A noção de *interdiscurso* proposta por Pêcheux, ao desenvolver a rede conceitual da Análise de Discurso francesa, frisa a ideia de um saber discursivo constituído pelos efeitos da historicidade. Assim, ele identifica textualmente tal noção pela primeira vez como “‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas” (PÊCHEUX, [1975]1997, p. 162). Em Guimarães (2001, p. 27), observamos que a concepção de interdiscurso comparece como “a relação de um discurso com outros discursos”. E, segundo esse autor, a particularidade de cada discurso – em nossos termos, processo de constituição de bordos para as regiões discursivas – decorreria da tendência de os discursos se relacionarem.

Como abordaremos no próximo capítulo, as teorizações produzidas por Pêcheux com relação à perspectiva do *acontecimento discursivo* repercutiram implicações para o entendimento acerca do *nível da constituição* (dimensão do interdiscurso) e do *nível da formulação* (dimensão do intradiscurso). Portanto, o processo de constituição e de formulação de saberes discursivos além de estar pautado na permanência estrutural de uma repetição está vinculado também à produção de uma diferença conjuntural. É assim que a concepção de *acontecimento de linguagem*, levada radicalmente a sério por Pêcheux (1983), parece exigir mesmo a ideia de que *algo* escapa ao processo, em lugar de uma consideração que se apoie na totalidade do processo.

Esse é um ponto teórico que, como veremos, retornará neste trabalho, porém nos pareceu importante apontar desde já que a articulação entre os níveis da *constituição* e da *formulação* não se recobre completamente. A relação entre tais níveis assegura, sob a perspectiva de reflexão aqui assumida, a (re)elaboração da rede de sentidos a partir de processos discursivos, cujos mecanismos se prendem à *materialidade repetível* – a qual comporta a *irrepetibilidade*. Trata-se de mecanismos que se endereçam à formação de sentidos, naquilo que o *funcionamento vertical* da materialidade permite.

Desse modo, ao embasar a (re)formulação de n-dizeres em uma sociedade, os mecanismos de *consistência* e de *estabilização* de sentidos possibilitam a construção de uma *instância de representação*. Isto é, a prevalência do registro do Imaginário ao do Simbólico evidencia a (im)possibilidade de presentificação de certa consistência imaginária para a percepção dos objetos. Vemos aí a condição estruturante da *representação*, como um dispositivo do campo do Imaginário.

Ademais, essa instância está articulada à função formadora apreendida por meio de uma *imagem* – marca da natureza do Imaginário –, dada a relação a dois, com o semelhante. Nesse caso, a construção psíquica da imagem configura a organização do espaço e do campo em que os objetos aparecem, suscitando a produção de representações. Com isso, não corroboramos a ideia de que a produção de *imagens* e de *representações* psíquicas

oportunize o acesso a informações sobre o suposto objeto de satisfação – o qual, conforme abordagens psicanalíticas freudo-lacanianas, desempenha o papel de *objeto pulsional*, provocador de *desejo*. E, como pensou Lacan, esse objeto se caracteriza sempre como ausente, pois, no processo de estruturação psíquica, há um corte entre sujeito e objeto radicalizado pelo funcionamento da linguagem. As noções de *representação* e de *imagem* aqui se referem a fenômenos inscritos na dimensão imaginária que compõe o psiquismo humano.

Os apontamentos teóricos relativos aos fenômenos da *representação* e da *imagem* são muito relevantes, neste trabalho, pois nos possibilitam compreender que a (re)formulação linguageira se institui a partir de certos processos significantes deflagradores da *ilusão de subjetividade*. Assim, as rupturas na cadeia significante, provocadas ora pelo excesso ora pela falta de dizer, são suturadas pelo sujeito, de acordo com a pluralidade de filiações históricas que o constituem, com o intuito de que o *efeito de unicidade* seja garantido em termos do Imaginário. No entanto, esse processo de (re)construção de suturas *no/pelo* dizer deixa entrever que a materialidade da (re)formulação linguageira é marcada pela tendência de que outros sentidos aí se presentificam à revelia do sujeito.

Portanto, o *ato de discursivizar* é concebido, sob nossa perspectiva teórica, como uma instância de produção de *efeitos de sentidos* que não se reduz ao encadeamento da materialidade. Uma instância de discursivização que nos permite recortar aspectos identificadores da equivocidade estabelecida entre o *enunciável* e o *significável* – o sujeito (de linguagem e não o sujeito falante em si) não detém o controle estratégico e intencional do sentido que produz. Em realidade, o funcionamento dessa equivocidade assegura o *transbordamento do sentido* em relação ao enunciável, pois o sujeito é fortemente excedido pelo significável.

A pluralidade de filiações históricas constitutivas ao sujeito sustém a instância de discursivização com a manifestação de n-dizeres que ora têm sua inscrição material como uma *memória* ora como uma *atualidade*. E, no caso de essas inscrições materiais se entrecruzarem (movimento fundante do acontecimento de linguagem), notamos que a

presentificação de sentidos via linguístico (re)aparece sob a forma de uma *ordem* estruturalmente heterogênea: acontecimento de linguagem se inscrevendo na própria ordem do acontecimento.

Com base nessas considerações, observamos que, em relação à constituição da rede de sentidos (re)construída pelos diversos povos, a inscrição de um dizer como acontecimento nutre a rede de uma tendência de (re)elaboração de vínculos de coesão – seja para afirmar seja para negar certos aspectos da *identidade nacional*. Uma inscrição que, dadas as implicações dos mecanismos de consistência e de estabilização, acentua a (im)possibilidade de (re)construção de representações sobre a questão da nacionalidade.

Como Luiz Francisco Dias (2001) indicou, ao examinar certos processos discursivos que ancoram determinados textos (publicações midiáticas veiculadas no ano de 1991) sobre a cidadania no Brasil, o *espaço de memória*, em termos de funcionamento discursivo, define certas condições de manifestação de uma dada sequência linguística a partir das circunstâncias históricas. São condições que se apresentam, em sua complexidade, como um “corpo sócio-histórico de traços discursivos constituindo o espaço de memória da sequência” (PÊCHEUX, s/d. p. 289 *apud* DIAS 2001, p. 81). E esse espaço define também a cristalização de representações que fixam possíveis sentidos sobre a nação brasileira e sobre o brasileiro, levando em conta o material de análise mobilizado por Francisco Dias. Desse modo, segundo trechos recortados por tal autor, o espaço de memória acerca do *ser brasileiro* em função da temática da cidadania se apoia em três propriedades enunciativas, a saber:

A primeira é a *sumarização*, presente no deslocamento de “Brasil” e “povo brasileiro” para “vida” e “homem”, respectivamente. A segunda é a *atribuição*, na medida de alcance que “de São Paulo” imprime a “brasileiros”. A terceira é a *modalização*, que se configura no modo de existência do ser brasileiro em relação ao “outro”, constituído através da própria modalização.¹⁸

¹⁸Grifos destacados pelo autor.

Os traços discursivos dos termos “Brasil”, “povo brasileiro”, “Independência do Brasil”, “7 de setembro”, “nosso país”, “patriotismo”, “nacionalidade”, “amor pelo Brasil”, dadas as especificidades de manifestação, são suscetíveis de serem entendidos como acontecimento de linguagem. Em conformidade com as afirmações de Francisco Dias (2001), é possível destacar que, por um lado, há uma *atualização* desses traços ao discursivizarem sobre a situação do Brasil, em 1991, quanto ao tema da cidadania e, por outro, há uma *memória* que esses traços reclamam ao se (re)configurarem como espaço de memória.

Sendo assim, percebemos que a inscrição desses traços na rede de sentidos da cultura brasileira, consoante abordagem tecida sobre as três propriedades enunciativas, produz diferentes efeitos de sentido sobre o sentimento de brasilidade. Nesse caso, o *ser brasileiro* hoje – dada a atualização projetada nesse advérbio, em virtude das circunstâncias que se encontrava o Brasil – se caracterizou ora pela rarefação da brasilidade ora pela polemização da brasilidade, como podemos verificar a partir das seguintes tendências:

A primeira representa a atitude de transpor a brasilidade como se ela fosse transparente; a segunda se traduz no ato de personalizá-la numa causa particular (a de um governo); e a terceira revela-se na circunscrição de um lugar para operá-la ante a onda de liberalismo (e o conseqüente esfacelamento do Estado) que se espraia pelo País (DIAS, 2001, p. 87).

A nossa preocupação em abordar as questões relativas à (re)invenção da brasilidade sob um viés discursivo reclamou atenção especial para o modo como os sentidos se (re)configuram em face aos efeitos da orientação histórica. Por isso, de nossa perspectiva, as incursões produzidas sobre essas questões se fundamentam em processos discursivos, cujas consequências comparecem sob a forma de efeitos de sentidos para o enfoque da brasilidade. Diante disso, como temos mencionado neste trabalho, o espaço de memória, naquilo que o efeito do repetível possibilita, firma as (im)possíveis direções para os sentidos. E, por sua vez, os sentidos se cristalizam, por exemplo, a partir do funcionamento discursivo de *clichês*, de acordo com teorizações de Maria Cristina Leandro Ferreira (2001), e por meio da (re)construção de subjetividades, como propôs Pedro de Souza (2001).

No estudo de Ferreira (2001) sobre o papel discursivo dos *clichês* no processo de constituição da brasilidade, observamos que os sentidos se orientam por uma tendência que inscreve a tipicidade do brasileiro em termos depreciativos. Mais exatamente, trata-se de uma direção de sentidos que aponta para a tensão contraditória entre os parâmetros da moralidade e da ética em relação aos da esperteza e da malandragem, segundo a manifestação histórico-social dos *clichês* mobilizados por ela para análise. Eis os *clichês*: (1) *Todo brasileiro gosta de levar vantagem em tudo*. (2) *O jeitinho brasileiro*. (3) *Deus é brasileiro*.

A natureza do *clichê*, para a referida autora, se pauta em uma similitude de funcionamento do estereótipo, pois tanto um quanto outro se caracterizam, no bojo do qual eles se formam, pelo efeito homogeneizante das práticas de linguagem. É o que fica claro, de certa maneira, na propriedade de “plenitude de um dizer”, dado o processo de cristalização de sentidos coletivos.

Cumprе ressaltar que, a despeito de esses fenômenos terem como traço fundamental o efeito de plenitude, eles comportam deslocamentos e desvios. Portanto, como ponderou Ferreira (2001), a noção de efeito de “plenitude de um dizer” não está associada a congelamento do sentido. Inclusive, em nossos termos, é possível destacar que esse efeito é passível de se inscrever em diferentes versões pontuais da rede de sentido. Vejamos a concepção de *clichês* desenvolvida pela autora em questão, a saber:

O clichê, ao transcender as barreiras entre o individual e a massa, se assemelha, na sua sistematicidade, a um cimento que perpassa diferentes usos e estratos e garante um efeito coesivo na rede social. Ao considerar, precisamente, essa manifestação discursiva do clichê é que se pode pretender relacioná-lo ao trabalho que opera o Discurso Social (DS), legitimando e homogeneizando certas práticas de linguagem (FERREIRA, 2001, p. 71).

A materialidade linguística dos *clichês* sobreditos permite que esse efeito coesivo se atualize segundo a projeção discursiva que é feita nesses enunciados pelos diversos segmentos sociais brasileiros. Nessa medida, para Ferreira (2001), o funcionamento discursivo dos enunciados (1) e (2) pode produzir efeitos de sentido ambivalentes sobre a

brasilidade: de um lado, o segmento social que corrobora a perspectiva da malandragem e da vantagem específicas da postura do brasileiro e, de outro lado, o segmento social que rejeita a imagem de brasileiro malandro. Quanto ao funcionamento discursivo do enunciado (3), notamos que os efeitos de sentido também seguem uma tendência ambivalente em relação à brasilidade: por uma via, a afirmação de certa religiosidade – “sentimento de fé e de esperança” (FERREIRA, 2001, p. 78) – peculiar ao brasileiro, e, por outra via, a afirmação de certa negligência dos brasileiros frente às responsabilidades a ponto de reportarem à figura de Deus como fator de autorização e de justificativa para tal postura.

clichês nos possibilita pensar na relação inextricável que se estabelece entre a materialidade linguística e a materialidade histórica, de acordo com Ferreira (2001). A condição de relação entre essas materialidades demonstra a profunda correspondência com a própria natureza que funda o estatuto da discursividade, como salientamos na *Introdução* deste trabalho.

O trabalho de Pedro de Souza (2001), que inclui a relação entre os campos teóricos da historiografia e da prática social, tem como fundamento um enfoque discursivo sobre a situação do negro na sociedade brasileira, conforme referência ao episódio de Quilombo de Palmares. Assim, a alusão a esse episódio como um *fato histórico* (desvinculando-o de uma visão de *lenda*) delineou, para Souza (2001), certa tendência de afirmação do negro no Brasil. Uma afirmação que engendrou, sob a forma de *subjetividades*, maneiras de “o negro ser referido e referir-se a si” (SOUZA, 2001, p. 68). Eis as ponderações, destacadas por Souza (2001, p. 60), que tomamos por base para propor as referidas observações:

O projeto de afirmação da subjetividade negra na sociedade brasileira vincula-se ao repúdio à folclorização da memória relativa ao episódio de Palmares e da morte de Zumbi. Em verdade, a legitimidade histórica desta memória é a condição de possibilidade para a fundação e sustentação do discurso de afirmação do negro no Brasil.

Souza (2001) recorreu ao *Manifesto do Dia Nacional da Consciência Negra*

(material linguístico divulgado em 1978) para mostrar que, do ponto de vista discursivo, os termos Palmares e Zumbi indicaram o fenômeno da “dêixis fundadora da afirmação do negro como sujeito” (SOUZA, 2001, p. 60). Esse fenômeno, articulado ao funcionamento do *fato linguístico da aposição*, produziu marcas discursivas na materialidade do Manifesto que figuraram como *ponto de passagem* e como *ponto de relação* dos sentidos. São marcas que não se limitaram ao aspecto formal da sistematicidade linguística, pois a situação discursiva também exerceu relevante papel na estruturação e, sobretudo, no processo de atualização das marcas.

Desse modo, como ressaltou Souza (2001), o mecanismo de atualização das dêixis discursivas provocou, em certas manifestações constantes do Manifesto, pontos de não coincidências entre as referências dêíticas de tempo, de espaço e de pessoa. Por exemplo, a manifestação do advérbio *hoje* na materialidade do Manifesto marca o tempo e o lugar da ação em curso (cujas referências são passíveis de serem recuperadas no *aqui* e no *agora* da situação discursiva) e marca, também, uma incompatibilidade de referência com a ação de 13 de maio de 1888. Nos termos de Souza (2001), tal incompatibilidade é tratada como uma “relação de descontinuidade” que suscitou efeitos de sentido sobre a afirmação do negro no Brasil. Os termos *Zumbi* e *Palmares* assinalam no Manifesto uma remissão a aspectos da memória discursiva pertinente ao dia 13 de maio de 1888 e, ao mesmo tempo, instauram outra versão para a história do negro no Brasil a partir de 1978. Assim, ele enfatizou que

Para dizer Zumbi, há que, na posição enunciativa relativa ao Manifesto, metaforicamente, na acepção de Pêcheux, passar pela palavra fazendo-a valer por outra. Daí decorre o funcionamento recursivo do aposto, que permite repetir e deslocar transformando o já dito num novo dizer. Funda-se desta maneira a consciência livre do negro, remetendo o seu dizer à ruptura com a data do 13 de maio, e à instituição do 20 de Novembro como o marco histórico da libertação do escravo e emergência de uma outra forma de subjetividade negra (SOUZA, 2001, p. 64-5).¹⁹

¹⁹Grifos destacados pelo autor.

Depreendemos dos trabalhos sobreditos que a presentificação de certos sentidos sobre a questão da brasilidade é perpassada por n-dizeres que se constituíram como espaço de memória no acontecimento discursivo, segundo as materialidades linguísticas mencionadas anteriormente. A constituição desse espaço, a nosso ver, confere condições de existência e de atualização à rede de sentido a partir do *efeito de metáfora*. Isto é, os diferentes efeitos de sentido produzidos sobre a brasilidade, em conformidade com a orientação interdiscursiva, são engendrados pelas vias da *superposição* e da *transferência* de sentido. Nessa medida, como vimos destacando neste capítulo, os sentidos atingem diferentes (re)configurações pelo processo histórico de *transfiguração* (Cf. ORLANDI, 2001). E o fenômeno metafórico, ao que parece, assegura o próprio movimento de (re)constituição de sentidos por meio de mecanismos de substituição, de paráfrases, de sinônimos.

Ao teorizar sobre os diferentes efeitos de sentido construídos pelo item lexical *povo* em discursos autoritários brasileiros, Freda Indursky (1995, p. 151) afirmou que o processo metafórico implica a produção do “*efeito de unanimidade*, que remete necessariamente para um *coletivo*, que é da *ordem do imaginário*”²⁰. Com isso, ela assegurou que

No discurso em análise, o item lexical *povo* é muito freqüente e generalizado, dando margem a que seus efeitos de sentido aí se confrontem e mesmo se superponham constantemente, de modo extensivo e não localizado, originando um *jogo metafórico* do qual resulta a *construção metafórica do povo brasileiro* no discurso presidencial militar (INDURSKY, 1995, p. 151).²¹

As relações de metáfora, para Indursky (1995), estruturam o *jogo de possíveis* concernentes aos sentidos do item lexical *povo*, de modo a construir a partir desse item um caráter de impacto político para os discursos autoritários brasileiros. Por isso, a manifestação de tal item lexical assumiu, em termos discursivos, a perspectiva de solicitação ao povo brasileiro de apoio, de colaboração, de sacrifício frente às posturas dos militares. E, como

²⁰Ênfases assinaladas pela autora.

²¹Grifos da autora.

ela ressaltou, esse pedido de interlocução política se pautou no *efeito de unanimidade*, suscitando um sentido genérico para o termo *povo*. Contudo, no jogo enunciativo dos discursos autoritários, o referido termo mantém uma amplitude referencial, a saber: 1) “os que apoiam o golpe (vontade coincidente)”, 2) “trabalhadores (vontade silenciada)”, 3) “sociedade civil (vontade divergente)” e 4) “massa de manobra (ausência de vontade)”.

De certa forma, podemos compreender a concepção de *nação como narração*, explicitada por Homi K. Bhabha (1990), como uma consequência correlata desse jogo metafórico. Sendo assim, aqui, o processo metafórico implicaria uma abordagem da nação como um grande *sistema cultural* ambivalente. Ou seja, a tendência de focalizar a nação pela via da linguagem produziu, como ressaltou Bhabha (1990), a perspectiva de dois domínios: o da *escrita* e o da *vivência*. Mais: ao mesmo tempo em que a nação é uma (re)construção de linguagem segundo o movimento de quem a escreve, ela se constitui também por uma instância de quem a vive. Portanto, a dinâmica que se estabelece entre esses domínios, para Bhabha (1990), assegura certo deslocamento na definição de nação: de “evolutionary narrative of historical continuity”²² para “displays a temporality of culture”²³.

Esse redimensionamento do conceito de nação é empreendido por ele a partir da problematização do papel que a ambivalência da linguagem exerce no processo de narrativização da nação. Assim, a ideia da ambivalência da linguagem sobre si mesma tem a ver com o enfoque de que algo escapa à tradução por meio de palavras, conforme salientou Bhabha (1990) pela noção de *Janus-faced*. Trata-se de uma expressão alusiva à imprecisão estrutural que marca as afirmações de supremacia cultural sobre o discurso da nação.

Os efeitos culturais do processo de narrativização da nação são estabelecidos pela via da parcialidade dos sentidos e da história, visto que os domínios anteriormente mencionados estão numa relação de tensão. Por isso, a perspectiva de *ato* implicada nessa

²²Tradução nossa: *narrativa evolucionária de continuidade histórica*.

²³Tradução nossa: *exibição temporária de uma cultura*.

relação tensiva aponta para a noção de que o texto nacional se compõe de fios descontínuos e interruptos. E, como afirmou Bhabha (1990, p. 4), o texto nacional “is neither unified nor unitary in relation to itself”²⁴. Nessa medida, os sentidos e a história são (re)construídos em meio às situações sociais transnacionais – (re)elaborações de posições narrativas entre culturas e nações. A isso se agrega, para ele, a relevância do *outro* – tomado pelo autor como *local de cultura* –, no processo de (in)definição de fronteiras e de limites para a “unidade da nação” e para a diferença cultural. Além disso, a própria abordagem das questões relativas à nação sob o viés da linguagem sustém a dispersão dos sentidos e da história, bem como o deslocamento conceitual de nação, como assinalou Bhabha (1990, p. 3):

Traditional histories do not take the nation at its own word, but, for the most part, they do assume that the problem lies with the interpretation of ‘events’ that have a certain transparency or privileged visibility. To study the nation through its narrative address does not merely draw attention to its language and rhetoric; it also attempts to alter the conceptual object itself. If the problematic ‘closure’ of textuality questions the ‘totalization’ of national culture, then its positive value lies in displaying the wide dissemination through which we construct the Field of meanings and symbols associated with national life.²⁵

Ao apresentar as principais decorrências da especificação de *nação como narração*, Bhabha (1990) destacou que a dimensão do político está complexamente imbricada no processo de construção da *Janus-faced* do discurso da nação. Segundo ele, essa dimensão consiste na determinação de certo *valor pedagógico* para a formalização conceitual de *nação como narração*. Assim, a despeito do redimensionamento conceitual de

²⁴Tradução nossa: *não é unificado nem unitário em relação a si mesmo.*

²⁵Tradução nossa: *A história tradicional não incorpora a nação em sua própria palavra, mas, em sua maioria, passa-se o problema para a forma como se realiza a interpretação dos ‘eventos’ que tem certa transparência ou visibilidade privilegiada. O estudo da nação por meio de sua direção narrativa não reclama meramente a atenção para sua linguagem e retórica; também tenta modificar o objeto conceitual em si mesmo. Se a problemática de ‘encerramento’ da textualidade questiona a ‘totalização’ de uma cultura nacional, então seu valor positivo tem suas raízes em mostrar a ampla difusão por meio da qual se constroem o campo de significados e símbolos associados com a vida nacional.*

nação ponderado por ele, a perspectiva de *valor pedagógico* permitiria identificar transversalmente determinado efeito holístico para a concepção de nação.

Nesse caso, como lembrou Bhabha (1990), o próprio estudo de nação pela via da linguagem possibilitou o entendimento de certa ambivalência produtiva, que acentua a constante “negociação” entre o político e o cultural. Em outras palavras, e de modo consoante com as referidas observações, podemos destacar que o enfoque acerca da dimensão política, levando em conta o funcionamento de tal “negociação”, nos permite pensar em uma óptica antagônica de *nação como narração*. Uma óptica que aponta para a (des)estabilização do processo de constituição do texto nacional. Portanto, nos termos de Bhabha (1990), trata-se de um processo híbrido em relação à dimensão política e às múltiplas situações que reclamam textualidade. Ele sublinhou que

The address to nation as narration stresses the insistence of political Power and cultural authority in what Derrida describes as the 'irreducible excess of the syntactic over the semantic'. What emerges as an effect of such 'incomplete signification' is a turning of boundaries and limits into the in-between spaces through which the meanings of cultural and political authority are negotiated (BHABHA, 1990, p. 4). ²⁶

Cabe explicitar que a reflexão estabelecida por Bhabha (1990) acerca da perspectiva de *nação como narração* é bastante relevante para a proposta deste trabalho. E justificamos essa relevância, primeiro, pelo fato de o caminho teórico percorrido por Bhabha (1990) se vincular à dimensão opacificante da linguagem. Sobretudo, por ele pontuar que o processo de escritura do texto nacional é marcado pela articulação entre certos princípios narrativos – deflagradores do(s) significado(s) do texto nacional – e certa diferença (im)posta pelas posições narrativas das nações. Ademais, precisamos, segundo, de um ponto de vista que respalde nossa leitura quanto ao fato de aludirmos à constituição

²⁶Tradução nossa: *O endereçamento à nação como narração salienta a insistência do poder político e da autoridade cultural em que Derrida descreve como o 'excesso irreduzível do sintático sobre o semântico'. O que emerge como um efeito de 'significação incompleta' é uma passagem de fronteiras e de limites no espaço dentro-entre por meio dos quais os significados de autoridade política e cultural são negociados. Os grifos assinalados são do autor.*

da rede de sentido dos diversos povos como um processo decorrente do “act of ‘composing’ its powerful image [de nação]” ²⁷(BHABHA, 1990, p. 3).

Desse modo, a noção de *narrativização* abre a possibilidade de demarcar o horizonte da (re)invenção da nação e suas implicações culturais como uma tendência que projeta, sob formas narrativas, certa visão de mundo peculiar a cada povo. Por isso, com base em tal noção, é evidente que o movimento de projeção encontra especificidades na/pela (re)formulação de princípios e de fundamentos culturais, os quais estão associados à escritura do texto nacional, bem como à sensação de pertencimento. E não só isso: já que essa tendência assume inclusive – em termos discursivos – o prisma metafórico da “unidade nacional”. Daí a indicação, tal como ponderada por Bhabha (1990), de que a leitura acerca do texto nacional, dados os meandros de sua tessitura, perpassa os desdobramentos da referida tendência: ambivalência assegurada pela ideia da “diferença cultural” e pela da “unidade da nação”.

Levando em consideração a perspectiva teórica assumida neste trabalho, compreendemos que a concepção de *ato implicado* no processo de tessitura do texto nacional se abre em duas questões que se entrelaçam: a da *narrativização*, que remete ao movimento instaurado pelos diferentes povos em relação à (re)elaboração de certa textualidade para a ideia de nação, naquilo que a densidade da linguagem os permite produzir, e a da *discursivização*, que alude ao domínio dos efeitos de sentidos decorrentes desse movimento. Um aspecto relevante dessa segunda questão é a condição de abordagem que se constrói sobre a pluralidade de filiações históricas particularizada por cada povo no processo de narrativização da nação, conforme já destacamos. Parece, com efeito, que a questão da discursivização está associada a um âmbito mais amplo, no que concerne à existência da rede de sentido, que a questão da narrativização. Nessa medida, é possível afirmar que a questão da discursivização (com)porta a questão da narrativização.

A configuração da rede de sentidos e suas formas de composição, consoante

²⁷Tradução nossa: *ato de ‘compor’ sua poderosa imagem [de nação]*.

a (re)definição de *nação* postulada por Bhabha (1990), se especifica a partir da temporalidade cultural que cada povo (re)elabora. Nesse caso, percebemos que os processos de narrativização permitem entrever, cada qual a seu modo, aspectos e/ou traços culturais que (re)inventam as referências fundamentais dos “vínculos de coesão”, bem como os variados sentidos sobre *nação*.

É pertinente ressaltar que a possibilidade de implicações para a estruturação da rede de sentidos, em virtude da dinâmica temporal que a especifica, não rompe com o funcionamento básico de (re)invenção de “vínculos de coesão” nacionais. Isto é, de nossa perspectiva, entendemos que os mecanismos de fixação de sentidos aí estabelecidos estão relacionados com a natureza e com o funcionamento do Imaginário (mais notadamente, com a sua prevalência), ainda que essa (re)invenção produza a tendência de acentuar ou de rarefazer os “vínculos de coesão” nacionais.

Dito de outro modo, entendemos que esses mecanismos sinalizariam, segundo os efeitos da orientação histórica e a especificidade do objeto simbólico, um lugar de inscrição mais acentuada ou mais atenuada para as questões referentes aos “laços de coesão” nacionais sem, contudo, romper com as ancoragens no registro do Imaginário. No caso deste trabalho, observamos que determinados aspectos caracterizadores do processo de narrativização construído sobre Ayrton Senna tendem a delinear certo acirramento do sentimento de brasilidade, mais especificamente do traço de *piloto invencível*. Assim, apesar de a dinâmica temporal implicar possíveis desdobramentos para o processo de (re)construção de determinados aspectos da rede de sentidos, compreendemos que o *efeito de unidade* relativo a certos traços identitários (re)definidos em relação à ideia da cultura nacional se mantém.

Cabe aqui assinalar uma perspectiva que concebe de diferente maneira essa possibilidade de decorrências para a (re)invenção de “vínculos de coesão” nacionais, dada a dinâmica de estruturação da rede de sentidos, a saber: a *globalização do sentido*, conforme (re)leituras especificadas por Stuart Hall (2005) sobre a questão da identidade cultural

na pós-modernidade. Trata-se de uma perspectiva que estabelece certo questionamento sobre a potencialidade dos laços imaginários em fomentar a (re)construção de modelos nacionalistas no âmbito do recorte temporal da pós-modernidade – nos termos de Stuart Hall (2005), em promover a (re)elaboração de *identidades nacionais*.

Nessa medida, levando em conta a tendência intelectual da pós-modernidade, o papel da memória como referente estruturador da rede de sentidos (inclusive, como desencadeador da sensação de uma *identidade nacional*) seria posto em questão. Isso porque, como sublinhou Stuart Hall (2005), o advento dos processos de globalização acirraria a *fragmentação total* e imporá o *presente* como temporalidade permanente. Portanto, ao que parece, as experiências coletivas (promotoras de memória) perderiam a capacidade de produzir “modelos nacionalistas”, com inscrição em uma óptica monolítica e idealizada. De acordo com Stuart Hall (2005, p. 73-4),

[...] a tendência em direção a uma maior interdependência global está levando ao colapso de todas as identidades culturais fortes e está produzindo aquela fragmentação de códigos culturais, aquela multiplicidade de estilos, aquela ênfase no efêmero, no flutuante, no impermanente e na diferença e no pluralismo cultural descrita (sic) Kenneth Thompson (1992), mas agora numa escala global – o que poderíamos chamar de pós-moderno global.²⁸

Ao descrever os pressupostos que indiciam a “implosão cultural” na pós-modernidade, Stuart Hall (2005) deixou entrever que, sem o marco de referências nacionais, a estruturação da rede de sentidos se pautaria em modalidades de expressão provisórias e transitórias. Isto é, para ele, o movimento de internacionalização das culturas acentuaria não só a complexidade de compreensão da(s) identidade(s) cultural(is), mas também a (im)possibilidade de (re)construção de um *efeito de unidade* inscrito em determinadas explicações pertinentes às questões nacionais.

Entretanto, como vimos propondo neste capítulo, o engendramento de novas condições de estruturação da rede de sentidos não rompe com o essencial de sua natureza,

²⁸Grifos destacados pelo autor.

qual seja: *forjar consistência para o processo de tessitura do texto nacional, ainda que essa consistência aponte ou para o acirramento ou para a rarefação de certos aspectos (re)elaborados a partir desse processo*. Inclusive, compreendemos que, em um mesmo recorte temporal, é possível haver, em concomitância, a manifestação de aspectos que visam a atenuar ou a acentuar determinadas tendências para o texto nacional.

Sendo assim, conforme o modo de constituição da história nacional, a rede de sentidos se apresentaria mais como uma instância desencadeadora de uma pluralidade de versões para o texto nacional do que como um domínio legitimador de um tipo específico de tendência. Não seria descabido afirmar que a (re)invenção da pós-modernidade também é uma (re)construção temporal forjada pela cultura ocidental, cuja característica mais veemente seria questionar a estrutura de funcionamento que envolve os indivíduos em uma ligação entre si pela dimensão da cultura (com)partilhada.

O enfoque teórico-crítico proposto por Stuart Hall (2005) sobre o estatuto da expressão “modelos culturais” nos possibilita pensar na pretensa prevalência de traços do *social* (representados substancialmente na sociedade pela via de determinadas modalidades de expressão histórica) em relação a certos aspectos do *simbólico*; em conformidade com a abordagem desse autor, parece-nos que sua crítica sobre certos aspectos da(s) identidade(s) nacional(is) supõe uma transparência e uma substancialidade empírica para a história nacional. Por isso mesmo, observamos o endereçamento de seus questionamentos para a ideia de que se poderiam compreender as organizações sociais e institucionais de um povo por meio de aspectos da linguagem, já que eles assegurariam a suposta transparência e a suposta substancialidade.

Dessa maneira, a nosso ver, a noção de linguagem constante da elaboração de Stuart Hall (2005) se restringe a uma razão instrumental do simbólico, a partir do qual se delinearía categoricamente a constituição de “fatos sociais totais” de uma sociedade, ainda que seja de modo provisório/fragmentado. Isso implica, com efeito, pensar que a perspectiva da *representação* evidenciada por Stuart Hall (2005) se caracteriza por uma

complementaridade entre o simbólico e as projeções imaginárias (re)construídas socialmente. Interessa-nos aqui assinalar que, de acordo com a focalização dos estudos do autor em questão, a problematização sobre o modo de incidência de traços da cultura (com)partilhada no *corpo social* (pensado antes de tudo como *grupo* e, em nossos termos, como *nação*) recai exclusivamente na instância do empírico.

Em uma orientação inversa, sob uma óptica discursiva, entendemos que a (re)elaboração de “modelos culturais” mais *simbólicos* do que *sociais* implicaria vislumbrar essa (re)elaboração a partir da contingência do espaço, do tempo e dos “modos de vida” produzidos por um *grupo*; um aspecto relevante dessa contingência seria pôr limites às substancialidades produzidas socialmente na/pela história.

Além disso, dado o ponto de vista assumido neste trabalho, compreendemos que o funcionamento da linguagem em sua dimensão opacificante nos remete à tendência de que, nesse movimento de (re)elaboração de “modelos culturais”, *algo* se esvai e *algo* se constitui a partir do filtro interdiscursivo. Daí a decorrência de (re)pensarmos a noção de complementaridade que é endereçada à articulação de certos aspectos das experiências socialmente (re)construídas com suas relações imaginárias pela via da não totalidade do processo de articulação; e, conseqüentemente, (re)pensarmos também, em outros termos, a concepção de *representação*. Trata-se de uma concepção que, conforme já mencionado nesta seção, se filia ao campo do registro do Imaginário freudo-lacaniano, o qual ancora o movimento de constituição de imagens psíquicas engendradas na/pela relação dual com o semelhante.

Sob o prisma do registro do Imaginário, cumpre ressaltar que o sujeito – em termos do horizonte psicanalítico, focado nesse momento como bebê humano –, é constituído por uma fase demarcada pela função do *eu* (instância egóica). E essa fase fomenta o investimento do bebê em uma imagem que supostamente irá compor a estruturação de sua matriz subjetiva. Assim, essa tendência de identificação do bebê com uma imagem se caracteriza pela imbricação de certos traços do *dual* e do *psíquico*. Uma tendência que

marca os momentos seguintes a serem vivenciados pelo sujeito. Portanto, compreendemos que a (re)elaboração de representações sobre o semelhante (e sobre determinados aspectos decorrentes dessa relação) tem um arraigamento na perspectiva da incompletude do sujeito, em função da *hiância* constituída entre ele e objeto via limites (im)postos pela linguagem.

No capítulo seguinte, apontaremos, com mais detalhes, os desdobramentos teóricos da elaboração lacaniana de 1949 sobre a noção de *estádio do espelho*. Essa noção sustém um momento de formalização conceitual bastante relevante para a teoria do Imaginário, pois abre a possibilidade de evidenciar determinados elementos que compõem o domínio de constituição da *ilusão de subjetividade* – dimensão que aloja os fenômenos relacionados à unicidade aparente constante do processo de constituição do sujeito. Por ora, cabe destacar que reiteramos aqui as reflexões sobre a noção de Imaginário psicanalítico freudo-lacaniano, com o intento de chamar a atenção para as decorrências de se tomar essa orientação na problematização das concepções de *imagem*, de *representação* e de *linguagem*; ademais, enfatizamos, a partir de tais implicações, a tendência teórico-analítica inscrita no ponto de vista que sustenta as discussões especificadas neste trabalho.

Com base em certos aspectos dessa tendência, entendemos que a matriz imaginária constitutiva à estruturação psíquica do sujeito está intimamente relacionada à história nacional e à história familiar a que ele pertence. Mais: levando em conta a instância discursiva formadora dessa matriz, o sujeito estaria exposto, em sua complexidade de constituição, a posições subjetivas passíveis de serem por ele ocupadas na cultura. Nesse caso, a relação tensiva do sujeito com determinados traços dessa herança cultural é marcada por processos de identificação desencadeados à revelia do sujeito. Em outros termos, sublinhamos que o entrelaçamento de elementos do âmbito do *singular* com os do *coletivo* nos leva a pensar em modos de engajamentos culturais que não são conscientes.

A partir dessas considerações, notamos que a questão da (re)elaboração de “modelos culturais” se reabre em termos discursivos, mediante uma perspectiva da *identidade nacional* em que a transparência e a substancialidade empírica dão lugar ao quadro

discursivo produzido por uma cultura. Por isso, a nosso ver, essa questão envolve o constante recorte de aspectos (sempre complexos e parciais) da matriz imaginária a que nos referimos a pouco. E o movimento de (re)construção de supostos traços da identidade nacional de um povo nos permite entender que se trata, na verdade, de um gesto inconcluso, cujo funcionamento aponta para a necessidade de produção de certa consistência metafórica quanto à (re)invenção de aspectos do texto nacional.

Sendo assim, compreendemos que a tendência constante das discursivizações produzidas sobre Ayrton Senna nos possibilita pensar em novas condições de relacionamento com a questão da (re)invenção da brasilidade. E não só isso: a despeito de se tratar de discursivizações delineadas no âmbito do recorte temporal dito pós-moderno, percebemos aí o atravessamento de determinados dizeres (imbricados, é claro, numa trama de certos aspectos elaborados sobre a *identidade nacional brasileira*) que se inscrevem numa perspectiva *nacionalista, monolítica e idealizada*.

Sob a nossa visão teórico-analítica, observamos que as experiências profissionais e pessoais atribuídas a Ayrton Senna tendem a ser vinculadas a elementos que, em certo sentido, deixam entrever supostos “laços de coesão” nacionais brasileiros. E, como veremos neste trabalho, em termos de discursividades, o processo de textualização desses elementos se embasa na (re)atualização de traços do legado identificatório da história brasileira, mais notadamente em aspectos que acirram certa representação metafórica de brasilidade.

Com as discussões mencionadas neste capítulo, tivemos a pretensão de mostrar, de forma um tanto transversal, que a questão da *identidade nacional* produzida por um povo se apoia no sintoma social de sua história de constituição. Assim, para se constituírem como *grupo* (em nossos termos, como *nação*), os diferentes povos fabricam variados elementos que imaginariamente assegurariam certa sensação de *pertencimento*.

Conforme destacamos ao longo do capítulo, essa tendência de se conceber determinado *pertencimento* a partir de traços culturais é abordada por muitos estudos, para dizer dos que problematizamos aqui, como uma questão puramente empírica. Contudo,

como já expusemos, corroboramos a ideia de que o processo de tessitura do texto nacional é antes de tudo resultado de (re)formulações discursivas, com fortes implicações do funcionamento do Imaginário psicanalítico.

Desse modo, ao recorrermos a importantes obras instauradoras de (re)leituras sobre “nossa” brasilidade, propusemos certo deslocamento do ponto de focalização relativo à questão da *(re)invenção da brasilidade*: de um ponto de vista de uma reflexão preocupada com a *transposição do simbólico* para uma óptica discursiva comprometida com os efeitos de sentidos inscritos em *práticas linguageiras* – aqui, estamos conferindo um lugar prioritário para o entrelaçamento do registro do Simbólico e do Imaginário. Portanto, a questão da *(re)invenção da brasilidade* é, por nós, tomada como uma (re)construção metafórica narrativizada pelo povo brasileiro consoante a própria orientação histórica.

Levando em consideração a nossa proposta de abordar, pelo viés discursivo, certos aspectos da *representação de brasilidade* deflagrados a partir do material de análise, o passo seguinte deste trabalho será fazer um percurso teórico sobre algumas noções inscritas no campo da Análise de Discurso francesa; trata-se de conceitos que sofreram resignificações, segundo postulou o próprio Pêcheux.

Em seguida, por meio de outra seção, destacaremos as contribuições conceituais elaboradas por Jacques Lacan, em 1949, sobre a natureza e o funcionamento do Imaginário; as especificações a serem tecidas sobre o registro do Imaginário são cruciais na busca pelo entendimento acerca do domínio de constituição do *eu*. O papel desse domínio está relacionado às questões da identificação – marcas simbólicas – e das identidades – aspiração imaginária –, as quais se mostraram relevantes para a problematização sobre a temática da *identidade nacional*.

Na última seção do próximo capítulo, explicitaremos os fundamentos acerca dos modos de manifestação das *Heterogeneidades Enunciativas* no próprio fio discursivo, conforme nos propôs Jacqueline Authier-Revuz (1999 e 2004). Assim, levando profundamente a sério a perspectiva da materialidade linguística, compreendemos que a abordagem de

certos aspectos dos processos de identificação e de aspiração de uma suposta *identidade nacional* só é possível a partir da própria materialidade.

Eis, a seguir, as discussões conceituais que construímos a partir de nossa postura teórica face à filiação ao quadro da Análise de Discurso francesa, bem como as inter-relações disciplinares que salientamos consoante a própria configuração epistemológica desse quadro teórico.

Capítulo 2

Perspectiva do recorte teórico

2.1 Considerações Iniciais

Este capítulo nos possibilitará apresentar o recorte conceitual que tomaremos por base para pensar e analisar as discursivizações produzidas sobre Ayrton Senna de acordo com os textos jornalísticos em análise. Trata-se, portanto, de um recorte embasado em nosso percurso teórico pelo campo da Análise de Discurso francesa preconizada por Michel Pêcheux, tendo em vista os deslocamentos conceituais pelos quais o campo passa. Nesse aspecto, a inter-relação radicalizada por Pêcheux na terceira época da Análise de Discurso com a psicanálise, mais especificamente, com as implicações da categoria lacaniana de *Real*, delimitou as re-significações teórico-metodológicas.

A partir do redimensionamento da teoria de sentido estabelecido por Pêcheux ([1983] 2002), compreendemos que o modo de conceber o trabalho analítico, ao se vislumbrar o movimento de *descrição-interpretação* em torno da materialidade linguística, teve o mérito de operar a noção de *acontecimento de linguagem*. Tal noção foi constituída com base na ideia de que a instância de discurso não se limita à ordenação do Simbólico, visto que outros sentidos aí se presentificam via efeitos da pluralidade de filiações históricas do sujeito. E, no bojo teórico dessa noção, é possível notar ecos conceituais do pensamento

lacaniano acerca da categoria Real, naquilo que o acontecimento de linguagem se apresenta ao sujeito como *contingente*. Daí o lugar bastante acentuado, na terceira época da Análise de Discurso, para a perspectiva de que o sujeito não controla intencional e estrategicamente o sentido que produz.

No caso deste trabalho, essa perspectiva se mostra relevante e, sobretudo, produtiva, pois entendemos que os jornalistas, cujos textos aqui analisaremos, são sobrepujados por aquilo que eles escrevem, a despeito de serem afetados, no momento da escrita, pela ilusão da evidência e da homogeneidade do sentido.

Sendo assim, iniciaremos nossa exposição pela configuração epistemológica da Análise de Discurso, mostrando aspectos da revisão teórica feita por Pêcheux e focando, no caso deste estudo, a noção de *acontecimento* tão profícua para pensarmos a questão da *trajetória dos dizeres*. A obra *Discurso: Estrutura ou Acontecimento*, de Pêcheux ([1938–1983] 2002) e a leitura estabelecida por Marlene Teixeira acerca das teorizações pecheuxtianas, em sua tese de doutoramento, serão a base da construção de nossa síntese teórica; também reportamo-nos-emos aos comentários de Eni P. Orlandi (2003) e de Paul Henry (1994) para fundamentar respectivamente nosso entendimento sobre *funcionamento discursivo* e sobre a (re)leitura da noção de *história* (seção 2.2).

Ainda como fundamentação teórica, muito significativa e essencial nesta proposta, é a elaboração lacaniana, em 1949, sobre a natureza e o funcionamento do *Imaginário*. Ressaltamos que nos aproximamos dessa categoria lacaniana pelo fato de observarmos que nos textos que mobilizamos para análise há uma prevalência do *Imaginário*, isto é, de um lado, há um investimento narcísico sobre Ayrton Senna e, de outro lado, a partir desse investimento, há uma *representação ideal de brasileiro* pautada no *efeito de unidade* – como se as características atribuídas a Senna se aplicassem a todo brasileiro. Para tanto, aportar-nos-emos no texto *O estádio do espelho como formador da função do eu*, de Jaques Lacan e em interlocuções teóricas com Roland Chemama (1995) (seção 2.3).

Por fim, levando em conta o horizonte epistêmico da terceira fase da Análise de

Discurso, faremos uma incursão (sem pretensões de exaurir as reflexões) sobre as noções de *Heterogeneidades Enunciativas*. Ao fazê-la, buscaremos mostrar o porquê da preocupação de Pêcheux em ancorar na *materialidade Linguística* sua teoria do discurso. Assim, também corroboramos a perspectiva de que a *interpretação* deve sempre ser sustentada a partir da descrição de aspectos da própria materialidade; quer dizer: o novo projeto da Análise de Discurso está fundamentado, como veremos, na reflexão de que a *natureza da língua* permite a “apreensão” de marcas do funcionamento do Real, do Simbólico e do Imaginário. Daí o entendimento de que “a língua é o lugar em que a exterioridade deixa seu traço” (TEIXEIRA, 2005, p. 20). Por isso, valer-nos-emos dos estudos da linguista Jacqueline Authier (1999 e 2004) e de comentadores concernidos pelos estudos dessa linguista ou pelo assunto que ora apresentaremos (seção 2.4).

2.2 Pelos caminhos da Análise de Discurso: noções que não se mantiveram inalteradas

A constituição epistemológica da Análise de Discurso de orientação francesa, sob a perspectiva elaborada por Michel Pêcheux, foi esboçada com base em uma teoria de discurso que reclamou para si o atravessamento teórico de outras regiões do conhecimento científico como o Materialismo Histórico, a Linguística e a Psicanálise. Essa relação de intersecção, e não de inclusão, entre as referidas áreas justifica-se, na medida em que Pêcheux buscou pensar os efeitos de sentidos a partir da materialidade linguística de um dizer, tomando como referência o contato entre a *história*, a *língua* e o *feito-sujeito*.

É pertinente ressaltar que toda trajetória epistemológica de filiação entre áreas de conhecimento é marcada por um deslocamento no tratamento dos conceitos, visto que os modos de entrada destes se dão de maneira diferenciada da rede conceitual de origem. Ademais, observamos que, no caso da Análise de Discurso francesa²⁹, os conceitos sofreram (re)leituras críticas pelo próprio fundador. Sendo assim, observamos, por exemplo, que a

noção de *ideologia* mobilizada por determinados estudos inscritos na Análise de Discurso francesa não é condizente com a acepção proposta, por sua vez, por determinados estudos que se filiam ao campo do Materialismo Histórico. Enquanto, no âmbito deste campo, concebe-se ideologia como “ocultação” de um conteúdo referente a um sentido imanente (sentidos que estariam escondidos), na perspectiva discursiva, ela é abordada como uma instância fundadora de sentidos (que no caso não supõe um conteúdo imamente); isto é, o estatuto do termo ideologia é apresentado como um mecanismo de produção de sentido marcado por um *funcionamento de discurso* (Cf. PÊCHEUX,[1983] 2002 e ORLANDI, 2003). Por assim dizer, devemos destacar que esse mecanismo, ao ser afetado pelo Imaginário, produz possíveis efeitos ideológicos, como, por exemplo, o apagamento do processo de produção de sentido. Trata-se, na verdade, de uma “impressão do sentido único e verdadeiro” (ORLANDI, 2003, p. 65) sem ancoragem linguístico-histórica.

Observamos que o modo de mobilização da noção de *história* também discrepa para os referidos campos teóricos. Essa diferença se dá principalmente pelo fato de a Análise de Discurso, na medida de sua constituição conceitual, propor como foco de análise a perspectiva teórica de *discurso* como *funcionamento* e de *exterioridade* como *constitutiva*. Trata-se de um *funcionamento* e de uma *exterioridade* que só podem ser definidos a partir da própria língua em um movimento de batimento entre a descrição e a interpretação (Cf. PÊCHEUX,[1983] 2002). Assim, a noção de *história* para a Análise de Discurso recai

²⁹Estamos fazendo alusão ao terceiro momento de reflexão de Pêcheux – AD3 –, evidenciado no texto *A Análise de Discurso: Três Épocas* (1983). Em tal texto, Pêcheux destacou seu percurso de elaboração teórico-procedimental sobre a Análise de Discurso Francesa, tomando como base o efeito de didatização cronológica de três épocas. Para ele, a primeira época – AD1 – diz respeito à “exploração metodológica da noção de maquinaria discursivo-estrutural”; a segunda época – AD2 – concerne à “justaposição dos processos discursivos à tematização de seu entrelaçamento desigual”, e a terceira época – AD3 – faz referência à “emergência de novos procedimentos da AD, através da desconstrução das maquinarias discursivas”. A compreensão epistemológica que apreendemos, neste trabalho, sobre essas três épocas da Análise de Discurso francesa (de Michel Pêcheux) não é esboçada sob um ponto de vista que as opõem pela noção de *superação de paradigmas*. Acreditamos que cada época apresentou deslocamentos relevantes sobre a noção de *discurso*, de *sujeito* e de *história* no processo de teorização sobre o sentido. Conforme destacamos na *Introdução* deste trabalho, coadunamos o marco teórico (re)elaborado por Pêcheux referente à terceira época da Análise de Discurso.

sobre as *circunstâncias* em que se estabelecem as relações discursivas entre os sujeitos do discurso; portanto, essas relações, em realidade, são o efeito da história na materialidade linguístico-discursiva. Sob essa óptica, em Paul Henry (1994), percebemos o entendimento de que a história é o próprio *sentido*. Tomemo-nos as palavras do próprio autor:

é bem verdade que é *ilusório colocar para a história uma questão de origem e esperar dela a explicação do que existe*. Ao contrário, não há “fato” ou “evento” histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e conseqüências. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso. Isso vale para a nossa história pessoal, assim como para a outra, a grande história³⁰ (HENRY, 1994, p. 51–2).

Nesse sentido, notamos que essa noção de história elaborada na terceira fase da Análise de Discurso e, por nós, articulada com as ponderações de Henry (1994) se afasta da perspectiva demarcada pelo Materialismo Histórico pelo fato de esse propor a história como um “exterior histórico determinante”. Atrevemo-nos a dizer que tal concepção se baseia na dicotomia entre um “exterior histórico determinante” e um “interior discursivo determinado” (Cf. TEIXEIRA, 2005, p. 174), o que abre possibilidades para a negação do domínio específico da língua e de seu funcionamento.

Ao romper com a visão teórica de história construída no campo do Materialismo Histórico, Pêcheux (2002) propôs que os efeitos da história na materialidade linguístico-discursiva fossem focados sob o prisma do *acontecimento de linguagem*. A partir dessa consideração, percebemos que a própria concepção de *acontecimento*, qual seja: ponto de encontro entre uma *atualidade* e uma *memória* colocou em xeque o corte fundador da história; aliás, passado e presente estão em uma relação de imbricação não sendo possível delimitá-los de modo tão categórico.

Nesse caso, a história é destituída de seu papel estabilizador da rede de sentidos, uma vez que “há algo no acontecimento que escapa às redes de sentidos já construídas, o que implica reconhecer que o *pré-construído* – efeito de evidência próprio ao interdiscurso

³⁰Grifos assinalados por nós.

– não se totaliza, pois há aí um resíduo não integrável ao simbólico³¹” (TEIXEIRA, 2005, p. 181). E a incidência de uma memória em uma atualidade, orientada pela própria linguagem, só se constitui por meio da possibilidade de apagamento de outras memórias; as memórias apagadas, dado o entendimento de *discurso* como *funcionamento*, são passíveis de se inscreverem, por sua vez, na via da atualidade.

Desse modo, essa ausência-presença da (im)possibilidade de irrupção de memórias é um processo discursivo caracterizado pela *equivocidade*, de modo que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, [1983] 2002, p. 53). A partir de tal processo, compreendemos que os dizeres fazem um *trajeto* em diversas inscrições discursivas, com possibilidades de ora “assumir” vestígios dessa inscrição (“regularização pré-existente com os implícitos”, PÊCHEUX, [1983] 2007, p. 53) ora romper com os vestígios dessa inscrição (“jogo de forças de uma ‘desregulação’ que vem perturbar a rede dos implícitos”, PÊCHEUX, [1983] 2007, p. 53).

De acordo com Pêcheux ([1983] 2007), o jogo de força de (des)regulação que afeta a memória discursiva se estabelece como “efeito material que funda comutações e variações, e assegura – sobretudo ao nível da frase escrita – o espaço de estabilidade de uma vulgata parafrástica produzida por recorrência, quer dizer, por repetição literal dessa identidade material” (PÊCHEUX, [1983] 2007, p. 53). Partindo dessas observações, ele postula que

uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulando ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização ... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (PÊCHEUX, [1983] 2007, p. 56).

Ao refletir sobre o papel da memória, Michel Pêcheux ([1983] 2007) destaca que esse papel será pensado, por ele, a partir do entrelaçamento teórico-analítico construído

³¹Os grifos são da autora.

por meio das noções de memórias mítica, social e histórica (elaborada pelo historiador). Desse modo, a questão da memória pode ser observada pela via de duas dimensões que estão necessariamente articuladas: a primeira dimensão se refere à regularidade da materialidade linguística (aludida por Pêcheux ([1983] 2007, p. 50) como “espaço potencial de coerência”, dada a concepção de que a língua possui uma *ordem própria*³² – “continuidade interna”) e a segunda concerne à descontinuidade decorrente do acontecimento histórico (ou seja, àquilo que é constitutivamente exterior à linguagem). A interseção entre essas dimensões, conforme abordado por Pêcheux ([1983] 2007), engendra a seguinte consequência para o trabalho com o papel da memória: ter-se-á uma interface entre a Linguística e as disciplinas de interpretação. Portanto, sob essa óptica, o papel da memória se constituiria *de e por* inquietações relativas à ordem da língua e à da discursividade.

Ainda como abordado por Pêcheux ([1983] 2007), não há uma sobreposição entre o que é da ordem da língua e o que é da ordem do discurso, pois algo se perde, via acontecimento, no processo de (re)atualização da memória. Isto é, a condição contraditória entre ambas as ordens nos remete ao enfoque de que o acontecimento pode **1**) não ser passível de receber textualidade, levando em conta a opacidade da linguagem, e **2**) não ser perceptível, dado que a instância da memória o absorve.

Além disso, Pêcheux ([1983] 2007, p. 51), problematizando a visão teórica de certos estudos semióticos, propõe também que haja uma organização específica para a ordem “do icônico, do simbólico ou da simbolização” em termos de “combinatória culturalmente determinada dos segmentos gestuais”; embora não haja universais gestuais a ponto de figurar como uma sintaxe icônica.

Ao pensar a imagem como “operador de memória social” (PÊCHEUX, [1983] 2007, p. 51), o autor em questão ressalta que a tensão entre o acontecimento histórico e o funcionamento complexo de uma memória pode pôr em relação “a passagem do *visível* ao

³²Como já ponderamos neste trabalho, a questão da *ordem própria* é compreendida, por nós, pela via da aceção saussuriana, cujas implicações apontam para a perspectiva de que a língua está ancorada na inscrição dos mecanismos de funcionamento das relações sintagmáticas e das associativas.

nomeado”³³ (PÊCHEUX, [1983] 2007, p. 51). Sendo assim, a característica da imagem como “operador de memória social” asseguraria a produção do efeito de repetição e de reconhecimento daquilo (a ser) nomeado; o que fundamenta a noção de memória discursiva ponderada por Pêcheux ([1983] 2007, p. 52), qual seja:

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

Levando em consideração a própria concepção de acontecimento discursivo, Pêcheux ([1983] 2007) assinala que os implícitos que compõem o dispositivo da memória nem sempre são passíveis de serem recuperados. Ou, conforme a perspectiva defendida por Pierre Achard, os discursos-vulgata dos implícitos são impossíveis de serem retomados na complexidade da sequência Linguística. Em realidade, certos traços e/ou aspectos dos implícitos se manifestariam sob a inscrição de um *efeito de série*. Isto é, a recorrência de certos traços e/ou aspectos dos implícitos sofreria uma regularização, pela via da repetição, de modo a estabelecer legibilidade a essa recorrência “sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase (que podem a meu ver conduzir à questão da construção dos estereótipos)” (PÊCHEUX, [1983] 2007, p. 52). Todavia, recorrendo ao ponto de vista de Pierre Achard (2007), Pêcheux ([1983] 2007) sublinha que essa regularização é desestabilizada pela constituição do próprio acontecimento discursivo. Portanto, a relação tensiva entre *memória* e *acontecimento* provoca o deslocamento e a desregulação dos “implícitos associados ao sistema de regularização anterior” (PÊCHEUX, [1983] 2007, p. 52).

O dispositivo interno da memória, por um lado, está estruturado em um movimento que tende a estabelecer uma articulação entre a regularização e os implícitos relativos à materialidade discursiva. Daí, a noção de uma *estrutura* que permite as condições de negociação constante entre a estabilização parafrástica e a incidência do acontecimento.

³³Grifos destacados pelo autor.

Tal dispositivo está pautado, por outro lado, em um movimento cuja orientação perpassa a *desregularização* da rede de implícitos.

O mecanismo de funcionamento da regularização, atrelado ao da repetição, aponta para a regularidade material “dos itens lexicais e dos enunciados” (PÊCHEUX, [1983] 2007, p. 53), criando um “espaço de estabilidade de uma vulgata parafrástica produzida por recorrência, quer dizer, por repetição literal dessa identidade material” (PÊCHEUX, [1983] 2007, p. 53). Cumpre destacar que essa regularidade (com)porta a irregularidade.

Entretanto, a identidade material passível de ser inscrita na estrutura é problematizada por Pêcheux ([1983] 2007) a partir do horizonte da metáfora. Assim, a despeito de haver a “mesma” manifestação da materialidade linguística, a instância da memória se refrata no domínio do sentido. Trata-se, portanto, de uma refração assegurada por “uma espécie de repetição vertical” (PÊCHEUX, [1983] 2007, p. 53). Isso porque o efeito de opacidade (Cf. Pêcheux, [1983]2007.) implica uma não-reconstrução de traços e/ou aspectos dos implícitos.

O efeito de opacidade, ademais, marca um repensar sobre o funcionamento da imagem: há uma *contradição* entre a imagem e o discurso que a atravessa e a constitui, bem como um *transbordamento* de ambos (ou seja, há uma não-coincidência entre discurso e imagem).

Ao concluir o texto, Pêcheux ([1983] 2007) salienta que o dispositivo interno da memória possui um *outro interno*, como marca da incidência do real histórico, o qual remete ao *outro exterior*.

Assim, com base na formalização conceitual de memória, notamos que a própria concepção de discurso como funcionamento abre a possibilidade de pensarmos num espaço em que o jogo material da língua se inscreve na dimensão da história. Ou seja, a articulação entre *aspectos linguísticos* e *aspectos históricos* constitui a noção de *discursividade*, bem como o próprio processo de textualização de aspectos pertinentes ao *real histórico*. Ao

que parece, há uma imbricação produtiva do real histórico com a (im)possibilidade de manifestação de discursividades.

Nesse ponto, a concepção de discursividade constante do texto *Ler o arquivo hoje*, de Pêcheux ([1982]1997), se mostra bastante relevante neste trabalho, tendo em vista a natureza do material eleito para a nossa discussão analítica. Nessa perspectiva, em consonância com Pêcheux ([1982]1997), nosso trabalho sobre o *arquivo* (isto é, sobre os “documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” – Cf. Pêcheux, [1982]1997, p. 57) se baseará na presentificação de certos efeitos de sentidos inscritos na *história via materialidade linguística*.

O trabalho de leitura em relação ao arquivo, segundo Pêcheux ([1982]1997), conduzir-se-ia pela apropriação de aspectos definitórios da configuração do jogo sintático da *língua* com a da *discursividade*. Desse modo, a partir dessa apropriação, o empreendimento do gesto de leitura sobre o *arquivo* possibilitaria também um olhar acerca de outros aspectos que compõem as dimensões política e cultural, motivadoras do trabalho de leitura. Portanto, para o autor,

É à existência desta *materialidade da língua na discursividade do arquivo* que é urgente se consagrar: o objetivo é o de desenvolver práticas diversificadas de trabalhos sobre o arquivo textual, reconhecendo as preocupações do historiador tanto quanto as do lingüista ou do matemático-técnico em saber fazer valer, face aos riscos redutores do trabalho com a informática – e, logo, *também* nele – os interesses históricos, políticos e culturais levados pelas práticas de leitura de arquivo (PÊCHEUX, [1982]1997, p. 63).

Cabe (re)lembrar aqui que Pêcheux ([1983] 2002), ao propor um novo projeto para a Análise de Discurso, se pautou fortemente na elaboração lacaniana de *Real* para marcar a opacidade constitutiva à linguagem, ao sentido e ao sujeito. Portanto, observamos que a teoria de discurso tomou uma configuração densa pelo fato de essa opacidade implicar a consideração de que a materialização de sentidos e do sujeito, via linguagem, sustêm o *conflito*, a *contradição*, o *insucesso*, pois *algo* escapa a esse processo de materialização. Daí a repercussão conceitual, na teoria discursiva, da noção de *Real* tanto em

sua faceta *contingente* quanto em sua faceta complexamente definida como *irrepresentável, indistinta, dispersa e impossível* (Cf. MILNER, 2006). Assim, a ocorrência prevalente do Real nos permite pensar, em consonância com Pêcheux (2002, p. 53), nos “pontos de deriva possíveis oferecendo lugar a interpretação”. Ressaltamos que essa leitura de Pêcheux sobre a concepção de Real produziu implicações para seu entendimento acerca do Simbólico. A abordagem de Real como *algo que não cessa de se escrever presentificando-se como falta* provoca, no Simbólico, a possibilidade de movimento. Isto é, a cadeia do Simbólico é desestabilizada, quando há a incidência de Real, e estabilizada ao haver o afetamento pelo Imaginário. Não há em si cadeia simbólica que se apresente como homogênea e em sua totalidade.

Com base no tom introdutório desta seção, interessa-nos aqui assinalar ainda que a aproximação teórica de Pêcheux frente aos conceitos oriundos da área da Psicanálise reclamou atenção para as especificidades que se impuseram pela própria visada de sua teoria discursiva. O potencial de inclusão, portanto, de uma percepção clínica sobre os conceitos, mais notadamente os de Real, de Simbólico e de Imaginário, escapou aos limites do campo disciplinar da Análise de Discurso.

Ao contrário, afetado pelos efeitos teóricos desses conceitos, o intento de Pêcheux foi pensar no estatuto de *constituição de sentido*, vislumbrando a estruturação de uma ordem discursiva que se firma pela via da pluralidade de filiações históricas do sujeito de linguagem. E, a partir de uma leitura cada vez mais preocupada e radicalizada com a teoria da subjetividade de natureza psicanalítica, para dizer da terceira época da Análise de Discurso, o referido autor enfatizou que essa ordem é perpassada pela dimensão do acontecimento de linguagem. Uma ordem que se institui por meio da relação contraditória entre o *nível da constituição* (consistência e estabilização de sentidos) e o *nível da formulação* (espaço de materialização de sentidos e de sujeito *na/pela* linguagem).

Nessa medida, compreendemos que o diálogo travado por Pêcheux com a área da Psicanálise freudo-lacaniana não se configurou como filiação teórica a essa área, uma

vez que a sua postura epistemológica tendia a buscar e a atingir alvos diferentes daqueles considerados fundamentais nos trabalhos psicanalíticos de Lacan e, até mesmo, de Freud. Mas, bem ao contrário, Pêcheux (re)visitou as concepções de Real, de Simbólico e de Imaginário, a fim de enfatizar uma leitura do social, via teoria discursiva, tendo por base os vínculos bem expressivos com o campo da Sociologia.

Nesse ponto, cumpre-nos ressaltar que Pêcheux, com seu método proveniente da interface de campos teóricos, faz surgir, a nosso ver, reflexões germinais capazes de engendrar perspectivas muito diferentes das da própria área da Sociologia e, por sua vez, das da Psicanálise. Trata-se, assim, de reflexões que se ancoram em condições epistemológicas de atravessamento de campos teóricos, cuja tendência seria promover contribuições e, sobretudo, deslocamentos ao tema proposto para análise.

Sob essa óptica, de acordo com Orlandi (2002), em *Nota ao Leitor* constante do livro *Discurso: estrutura ou acontecimento*, o percurso teórico-analítico de Pêcheux empreendeu

(...) uma forma de reflexão sobre a linguagem que aceita o desconforto de não se ajeitar nas evidências e no lugar já-feito. Ele exerceu com sofisticação e esmero a arte de refletir nos entremeios. Assim, os princípios teóricos que ele estabelece se alojam não em regiões já categorizadas do conhecimento mas em interstícios disciplinares, nos vãos que as disciplinas deixam ver em sua articulação contraditória. Aí ele faz trabalharem os procedimentos da Análise de Discurso na (des)construção e compreensão incessante de seu objeto: o discurso (ORLANDI, 2002, p. 7).

As noções das categorias *Real*, *Simbólico* e *Imaginário* reaparecem sob outra forma na teoria discursiva estabelecida por Pêcheux, indiciando traços essenciais do construto teórico da Psicanálise e, ao mesmo tempo, deflagrando, com mais ênfase, aspectos relativos à visada discursiva sobre tais categorias. Assim, percebemos que Pêcheux filtrou conceitualmente essas categorias, de modo a seguir o interesse geral de seu trabalho, sua contribuição a uma teoria de discurso. Por isso, ele demonstrou, em termos de funcionamento discursivo, as implicações conceituais das referidas categorias para a teorização acerca das condições de existência das redes de sentido.

Aqui, de modo sumariado, por meio de método comparativo, apresentaremos, a nosso ver, possíveis *pontos de contato* e *pontos de afastamento* sobre as noções das categorias em questão, levando em conta a tendência psicanalítica e a discursiva. E esta breve discussão, do pólo da primeira tendência, não focalizará os deslocamentos conceituais, construídos por Lacan em diferentes momentos de sua elaboração, referentes às categorias sobreditas. Até mesmo porque os avanços conceituais empreendidos por ele, ao longo de sua trajetória, não invalidam as elaborações anteriores. É oportuno desde já advertir que não há aqui qualquer tentativa de reduzir a complexidade teórica dessas categorias.

De nossa parte, a proposta será apresentar, em linhas gerais, o modo como o campo da Psicanálise entende, observadas as especificidades da produção de conhecimento nesse campo, as noções de Real, de Simbólico e de Imaginário. E, em decorrência disso, quando possível, versar sobre a apreensão discursiva das noções em foco, vislumbrada pela Análise de Discurso francesa a partir dos trabalhos de Pêcheux.

Iniciaremos pelo *Simbólico*.

De acordo com os postulados teórico-analíticos da Psicanálise freudo-lacaniana, é possível destacar que o processo de constituição de sujeito não se estabelece independente de qualquer *castração simbólica*. Isto é, sob esse viés teórico, notamos que o sujeito não se constitui por si mesmo; na verdade, só se é sujeito a partir do campo de linguagem, o qual é concebido como lugar de funcionamento do inconsciente pela via de uma *ordem simbólica*.

A rica reflexão freudiana sobre a manifestação do inconsciente e sobre seu poder expressivo na vida psíquica do homem decorreu, em grande medida, dos modelos clínicos de análise que concediam lugar proeminente aos mecanismos de funcionamento da linguagem. Tratou-se de modelos que se referiram à dimensão investigativa da compreensão do *sonho*, à teoria do funcionamento dos *atos falhos* e à análise de *associação livre*. Assim, embora não fizesse uso do termo *linguagem* pelo viés de uma formalização, com intuito de propor um corpo de definições, Freud demonstrou a profunda correspondência de formas e de

domínios analíticos que a Psicanálise partilhava com a ciência da linguagem.

Sendo assim, percebemos que *a interpretação do sonho*, *a noção de atos falhos* e *as reflexões sobre a associação livre* desempenharam relevante papel na formulação de que o inconsciente tem uma constituição de linguagem. Por isso, notamos que Lacan ([1957]1998) efetuou a transposição do domínio das postulações de Freud para o domínio da assertiva de que “é toda a estrutura da linguagem que a experiência psicanalítica descobre no inconsciente” (LACAN, [1957]1998, p. 498). O que será relacionado e mantido, por Lacan ([1957]1998, p. 498), pela noção de que “o inconsciente tem estrutura de linguagem”, e que a prática clínica e as produções teórico-psicanalíticas conduzir-se-ão pelas reflexões baseadas na atenção dada ao sistema da linguagem. Daí a prioridade técnica, ponderada por Lacan, em 1957, sobre o fato de a formação do psicanalista se orientar pelo funcionamento do referido sistema, uma vez que é deste que o analista recebe seu “instrumento, seu enquadre, seu material e até o ruído de fundo de suas incertezas” (LACAN, [1957]1998, p. 497).

Dessa forma, observamos que, especificamente nessa fase, a Psicanálise não esteve isenta das “apropriações” teóricas da Linguística; ao contrário, ela compartilhou a formatação epistêmica cunhada pela Linguística, sem, contudo, apagar a emergência radical de determinados pontos de afastamento, como, por exemplo, a questão central do primado do *significante* sobre o *significado*, cujas teorizações lidam com uma *torção* do algoritmo saussuriano. Assim, em vez de o algoritmo se basear em uma relação de primazia do significado sobre o significante, como foi estabelecido por Saussure (1916); em Lacan, o modo de articulação entre esses termos segue o caminho contrário. Tal operação engendrou a primazia do significante sobre o significado, de modo a estabelecer notoriedade sobre o fato de a significação não poder ser totalmente “capturada”, sob nenhuma redução ao algoritmo, e que foi articulada, por Lacan, pela noção de “uma barreira resistente à significação” (LACAN, [1957]1998, p. 500).

Com vistas a entender essa relação de primazia do significante, conforme a

construção conceitual exposta por Lacan ([1957]1998), valer-nos-emos, neste ponto, da seguinte proposta de exemplo, por nós formulada, cuja técnica de elaboração remonta às bases da topologia, a saber: consideremos uma folha de papel A4, por exemplo, com uma dobra exatamente ao meio; desse modo, a folha ficará tendo duas partes superpostas. Depois, com a ajuda de uma agulha de coser, faremos buracos em toda a superfície da folha, exceto na marca da dobra. Assim, notaremos que esses buracos transpassam as duas partes da folha, gerando, em cada parte, um buraco. Agora, o resultado dessa operação na superfície da dobra será o surgimento de apenas um buraco.

A partir de tal exemplo, é possível perceber que a diferença existente entre os *pontos de superfície* e os *pontos de dobra* não é imanente a eles (nenhuma propriedade de conteúdo intrínseco), mas se faz pela pura diferença posicional em relação aos outros pontos. Percebemos, também, que essa diferença possibilita o entendimento sobre a singularidade dos *pontos de dobra*, pois eles, conferidos pelo ato de furar na dobra, se mostram como um buraco, enquanto os *pontos de superfície* se configuram como dois buracos.

Sob o enfoque desse exemplo, entendemos que a analogia entre os *pontos* (de superfície ou de dobra) e o *significante* se mostra, aqui, bastante produtiva. Primeiro, porque essa similitude de funcionamento nos possibilita compreender, a nosso ver, a noção de *cadeia*³⁴ e a relevância da perspectiva da cadeia na *constituição do significado* (em nossos termos, do *sentido*). Segundo, porque esse funcionamento nos permite pensar que algo só se incorpora, materialmente, ao Simbólico pela via do *significante*. A noção de cadeia, portanto, está intimamente relacionada com a estruturação fundante do significante, que, aqui, foi metaforizada como folha de papel. E, na cadeia significante, “o sentido *insiste*, mas (...) nenhum dos elementos da cadeia *consiste* na significação”³⁵ (LACAN, [1957]1998,

p. 506).

Mais precisamente, a consideração dessa analogia nos é importante, pois, no caso específico do Simbólico, percebemos que, de acordo com Lacan ([1957]1998), o encadeamento significativo é engendrado, em cadeia, por uma ordenação de dois eixos: o *metonímico* e o *metafórico*. São eixos que estruturam o *alcance do significante* na cadeia, em face dos quais ele possui a propensão a assumir diferentes posições.

Desse modo, notamos que a noção do primeiro eixo está assentada na possibilidade de substituição dos elementos da cadeia significativa. E a do segundo eixo está embasada no cotejo de dois significantes em que “um substituiu o outro, assumindo seu lugar na cadeia, enquanto o significante oculto permanece presente em sua conexão (metonímica) com o resto da cadeia” (LACAN, [1957]1998, p. 510). Para cada uma dessas formas de reconhecimento do movimento do significante, Lacan ([1957]1998) associou uma fórmula correspondente, donde *palavra em palavra* estaria para a metonímia e uma palavra por outra para a metáfora.

Diante desses dois eixos destacados por Lacan ([1957]1998), observamos que a propriedade de *funcionamento do significante* pela via dos eixos expõe a cadeia a um contínuo deslizamento do significado sob o significante. Essa noção de deslizamento é levada radicalmente a sério por Lacan ([1957]1998) a ponto de ele se referir ao Simbólico como estruturalmente heterogêneo, o que explica a perspectiva de que a distinção, nesse campo, só se institui a partir da pura diferença. Sendo assim, de acordo com Lacan ([1957]1998, p.

³⁴Levando em conta a trajetória de (re)elaboração conceitual de Jacques Lacan, compreendemos que o uso das rubricas teóricas *cadeia significativa* e *cadeia simbólica* marca, em seu percurso, especificações conceituais distintas. Sendo assim, ao tratar da articulação entre *funcionamento de linguagem* e *funcionamento psíquico*, notamos que o uso da primeira rubrica, para se referir à estrutura que ancora a associação de um signo linguístico com outro no próprio eixo sintagmático, deflagra a aproximação de Lacan da Linguística, com mais ênfase. Já o uso da segunda rubrica, para se referir à hiância radical que funda a relação entre significantes – aí a questão da falta é fortemente radicalizada –, deixa entrever certo deslocamento conceitual com o campo da Linguística. Desse modo, entendemos que a instância da *cadeia simbólica* (com)porta o fluxo de *algo* para além da dimensão significativa. Neste trabalho, portanto, a menção de *cadeia simbólica*, quando se fizer pertinente teoricamente, pressuporá a implicação desse *algo* para além da dimensão significativa.

³⁵Os grifos são do autor.

501), vemos aí a “ilusão de que o significante atende à função de representar o significado, ou melhor dizendo: de que o significante tem que responder por sua existência a título de uma significação qualquer”.

A ideia dessa ilusão é enfatizada, por Lacan ([1957]1998), a partir da narração da experiência de duas crianças (um menino e uma menina) em uma estação de trem. Elas, ao depararem com o letreiro das portas dos banheiros, cuja inscrição era *homens* e *mulheres*, tomaram tais espécies nominais como sendo o nome da cidade onde o trem havia parado. Como a disposição em que elas se encontravam era uma em frente à outra, o menino afirmou que o nome da cidade era *mulheres*, enquanto a menina, por sua vez, afirmou que era *homens*.

Esse exemplo é capaz de explicar o funcionamento do significante, em cadeia, mostrando “a noção de um deslizamento incessante do significado sob o significante” ([1957]1998, p. 506), como referimos a pouco. Inclusive, com base nesse exemplo, é possível vislumbrar os efeitos que a *cadeia simbólica* exerce na nossa demarcação de sujeito *efeito de linguagem*, conforme entendimento do campo da Psicanálise freudo-lacaniana. Daí a perspectiva psicanalítica de que a cadeia simbólica ancora a inscrição de um deslizamento incessante tanto do sentido quanto do sujeito, bem como a emergência de significação pela via de um *ponto de basta* no deslizamento significante.

Nessa medida, compreendemos que as condições de deslizamento significante, em termos de funcionamento de língua, segundo ressaltou Lacan, em 1957, se estabelecem a partir dos próprios elementos do sistema e não do “bloco do sistema” (SAUSSURE, 1916, p. 102), já que “nenhum dos termos (...) tem valor por si mesmo ou remete a uma realidade substancial; cada um deles adquire o seu valor pelo fato de que se opõe ao outro” (BENVENISTE, 1989, p. 43). E é exatamente nessa direção que Lacan ([1957]1998) vai definir a noção de que o sentido e o sujeito insistem na cadeia significante. Isso porque os mecanismos de funcionamento do inconsciente demonstraram profunda correspondência com o funcionamento da língua, como mencionamos anteriormente.

Assim, especificamente nessa fase, Lacan ([1957]1998) apresentou a relevância da dimensão do funcionamento significante para o estudo dos mecanismos de funcionamento do inconsciente, pois, se por um lado, o significante só pode “operar por estar presente no sujeito” (LACAN, [1957]1998, p. 508) – *operação de recalque* –, por outro, a linguagem é condição do inconsciente. Em Joel Dor (1996, p. 267), é possível perceber essa vertente de concepção lacaniana sobre a relação entre *linguagem* e *inconsciente*, a saber:

Inconsciente e linguagem tornam-se solidariamente articulados, de tal modo que, se o inconsciente é uma “diz-mansão” que se institui no terreno do significante recalçado, a linguagem não pode deixar de aparecer como a condição mesma do inconsciente.

Até aqui, portanto, percebemos que Lacan ([1957]1998) produziu uma leitura muito específica sobre a questão do funcionamento de língua, que inclui aí o significante, para formular a noção sobre o Simbólico; por isso, notamos que o estatuto do Simbólico não se confunde com essa questão. A elaboração de Lacan em relação a tal estatuto encontrou especificação, principalmente em 1957, a partir do modo com que ele recorreu à linguagem para pensar os meios de encenação do inconsciente via as leis do significante. Em suma, cabe enfatizar que o estatuto do Simbólico e da linguagem sofreu re-significações ao longo das teorizações lacanianas.

Com base no que consideramos sobre o Simbólico psicanalítico, é possível notar que a questão da *cadeia simbólica*, dada a sua propriedade de consolidar materialmente a textualização, parece ter possibilitado Pêcheux fundamentar a teoria discursiva acerca da *formação de sentidos*. Evidentemente, para ele, o intuito teórico face ao Simbólico permeou o interesse em explicar o processo discursivo que ancora a (re)formulação linguageira fundante de um sentido. Tratou-se, portanto, de cunhar uma teoria suscetível de vislumbrar a existência da linguagem sob dois níveis: o da *constituição* (sistema histórico de formação dos sentidos) e o da *formulação* (sistema de materIALIZAÇÃO de sentidos). Sob a perspectiva desses dois níveis, entendemos que o Simbólico responde por uma tendência estrutural de repetição, em virtude do fato de a *formulação* se configurar como lugar de

materialização. E, nesse lugar, conforme já abordado neste trabalho, o acontecimento de linguagem poderá engendrar uma diferença conjuntural.

Desse modo, a partir daí, se colocou, a nosso ver, um princípio teórico-analítico bastante relevante para a Análise de Discurso, qual seja: as condições de existência das redes de sentido se fundam a partir da *materialidade repetível* do Simbólico. Compreendemos, portanto, que o traço repetível do Simbólico, assegurando o repetível do sentido, parece ser um *ponto de contato* entre a tendência psicanalítica e a discursiva acerca da reflexão da *ordenação do Simbólico*.

Sendo assim, sob a visada de ambas tendências, percebemos que tanto o sujeito quanto o sentido se constituem a partir de um universo simbólico *já-dado* e de um universo Imaginário *já-forjado*. Isto é, a faceta repetível do Simbólico implica a perspectiva de que nem o sujeito nem o sentido possuem uma *anterioridade* e uma *autonomia* em relação à existência material da linguagem. Ao que parece, vemos aí a pertinência do axioma lacaniano de que “não há metalinguagem”, pois nem o sujeito, dado o processo de castração simbólica, poderá sair da linguagem nem o sentido poderá ser concebido como último.

Contudo, a leitura de Pêcheux sobre o Simbólico psicanalítico introduziu uma diferença de abordagem muito significativa no momento de fundação da teoria discursiva, de modo que, pela via de uma *ilusão*, discursivamente haveria o trabalho do sujeito sobre o Simbólico. Nessa medida, a partir do *nível da formulação*, de acordo com o enfoque da Análise de Discurso, o sujeito deixaria entrever certos processos significantes deflagradores da ilusão de subjetividade. Inclusive, conforme ponderou Pêcheux (1975), a ilusão subjetiva do sujeito se ancora em dois tipos de esquecimentos, a saber: o *esquecimento nº1* concerne à perspectiva de o sujeito ser a origem daquilo que se significa a partir de seu dizer; o *esquecimento nº2* diz respeito ao fato de o sujeito vislumbrar a transparência da linguagem, quando do momento de formulação de seu dizer. Daí, a nosso ver, uma noção de Simbólico mais condizente com a primazia do viés metafórico da linguagem; enquanto para a Psicanálise freudo-lacanian, observamos uma concepção de Simbólico ligada à ra-

dicalidade da função significante, a qual interdita a denotação de um sujeito uno.

Entendemos, portanto, que a tendência psicanalítica leva profundamente a sério a ideia de que o Simbólico faz do sujeito um ser subordinado ao campo da linguagem, sendo esta responsável pelas formas de configuração do laço social do sujeito. Já a tendência discursiva concebe grande relevância ao *efeito de autonomia* frente à marca simbólica da linguagem, visto que daí decorre a possibilidade de formação de sentidos. Aí parece se constituir um ponto de afastamento entre as tendências em questão.

Tomando como referência os apontamentos mobilizados a pouco sobre o Simbólico, passemos ao *Real*.

Ao contemplarmos a densidade da perspectiva teórica de que a linguagem pré-existe ao sujeito, bem como de que só se é sujeito na/pela linguagem, é possível notar que a relação entre sujeito do conhecimento e objeto do mundo é marcada pelo intermédio da formalização significante. Dessa forma, o acesso ao objeto pelo sujeito jamais se embasa na relação imediata. Essa questão é retomada por Lacan, com a finalidade de propor a ideia de que esse sistema de formalização é estruturalmente perturbado pela dimensão resistente do Real.

Sob essa óptica, levando às últimas consequências esse traço do Real que põe (e se impõe) como *resistência*, percebemos que, para Lacan, advém daí a constituição de uma falta estrutural, a qual define, por sua vez, a constituição de um sistema simbólico que sustém a produção de um resíduo. Por isso, *há* algo que não se integraliza ao Simbólico. Aqui, é pertinente destacar que, em 1957, Lacan já deixou transparecer essa dimensão de resistência do Real, a partir da noção de que *há* algo resistindo à significação. Inclusive, compreendemos que o próprio movimento do significante na cadeia (seja pela via metonímica seja via metafórica) nos remete a esse *algo* como falta. Portanto, a nosso ver, essa demanda residual inscreve, na própria cadeia, o efeito de movimento incessante do significante. Tomemos, por base, as próprias palavras de Lacan ([1957]1998) que nos possibilitaram precisar nossa leitura, a saber:

A estrutura metonímica, indicando que é a conexão do significante com o significante que permite a elisão mediante a qual o significante instala a falta do ser na relação de objeto, servindo-se do valor de envio da significação para investi-la com o desejo visando essa falta que ele sustenta (...) A estrutura metafórica, que indica que é na substituição do significante pelo significante que se produz um efeito de significação que é de poesia ou criação, ou, em outras palavras, do advento da significação em questão (...). (LACAN, [1957]1998, p. 519).

De posse do marco teórico de tais formalizações, entendemos que Lacan ([1957]1998) dimensionou a *consistência* da barra na notação do processo significante, expressando a discrepância funcional que a barra imputa em cada fórmula. Na estrutura metonímica, há a *manutenção da barra* que “constitui, nas relações do significante com o significado, a resistência da significação” (LACAN, [1957]1998, p. 519), sendo-a definida pelo sinal de (–). Já, na estrutura metafórica, há o efeito de transposição da barra que fomenta “a emergência da significação” (LACAN, [1957]1998, p. 519), sendo-a descrita pelo sinal (+).

Esse movimento incessante do significante na cadeia simbólica é tomado por Lacan como uma *forma contingente* de o Real se apresentar ao sujeito, visto que, sob o eixo metonímico, esse *algo* que se inscreveu via Simbólico é suscetível de se presentificar de outro modo na cadeia em outra posição significante. As reflexões de Jean-Claude Milner ([1983]2006) sobre essa faceta contingente do Real encontraram especificação a partir da atribuição de Real como o “indistinto e o disperso como tais” (MILNER, [1983]2006, p. 9).

Sob outra faceta, Lacan ponderou que o Real pode ser considerado como aquilo que escapa à assimilação total pelo Simbólico. Tratou-se, desse modo, de uma radicalização sobre o ponto de vista de que há uma *hiância* entre *sujeito do conhecimento* e *objeto do mundo*.

Assim, a passagem simbólica do sujeito à existência, conforme argumento central da Psicanálise freudo-lacanianana, implica pensar na perspectiva de que *algo* jamais será encarnado materialmente como significante. Mais: o Real comparece como *irrepresentável*

e *impossível* nesse movimento de designação da existência, o que, de acordo com Milner ([1983]2006, p. 9), nos possibilita compreender o Real como “o fora-de-espaco do qual certas topologias constituem metáfora, como o fora-de-tempo de que o instante marca data, como o fora-de-acontecimento que o puro encontro realiza”.

A partir disso, cumpre-nos destacar que as noções de Real e de realidade, para Lacan, não se recobrem, pois, em virtude da permanência daquilo que resiste à simbolização, o sujeito fabrica, via relação fantasmática, uma *realidade* bastante particular. É possível entender, portanto, segundo as teorizações lacanianas, que o Real parece se especificar pela *existência* de que *há*, enquanto a realidade se constitui com base na figuração dessa existência. Em Milner ([1983]2006, p. 8), observamos a retomada sobre essa questão, a saber:

Pela simples reiteração e combinação dos procedimentos acessíveis, os todos cuja existência supomos poderão assim estar ligados uns aos outros num tecido de semelhante e de dessemelhante, que podemos da mesma forma constituir como todo do representável: o que nomeamos realidade.

Levando em conta o que vimos propondo neste trabalho sobre a perspectiva do *acontecimento de linguagem*, compreendemos que o aspecto contingente do Real parece figurar como um ponto de contato entre a tendência psicanalítica e a discursiva. Em termos discursivos, Pêcheux (1983) admitiu que a divisão estruturante do acontecimento, engendrada pela contingência do Real, como já mencionado aqui, expõe a cadeia significante à diferença conjuntural. Por sua vez, em termos de funcionamento psíquico, Lacan empreendeu, de forma clínica, que essa faceta do Real provoca furo(s) na estrutura de constituição do sujeito.

Disso resulta, no caso específico de Pêcheux (1983), a elaboração de um trabalho de problematização acerca do *estatuto da discursividade*. Em vez de concebê-lo a partir da perspectiva do “logicamente estabilizado”, Pêcheux (1983) o apreendeu pela via das formulações equívocas. São formulações que se ancoram na tensão contraditória entre *espaco de memória* e *acontecimento*, de modo a implicar a possibilidade de o funcionamento

discursivo se apresentar de outra maneira ou, nas palavras de Pêcheux, de “que seja de outro modo” (PÊCHEUX, [1983]2002, p. 29).

Por outro lado, dado o propósito da teoria discursiva, percebemos que a dimensão do Real como *aquilo que não se escreve* não encontrou correspondência radicalizada no trabalho de *descrição-interpretação* sobre a materialidade linguística, segundo as elaborações do próprio Pêcheux; o que não significa que a ordem da tensão contraditória sobredita não exerça influências nas elaborações de Pêcheux (1983). Ao contrário, diferentemente daquela postura clínica diante de tal faceta do Real, apareceu nos trabalhos de Pêcheux (1983) o enfoque de que a assunção do Imaginário sobre o Simbólico produz *representações*, as quais auxiliam o processo de formação de sentidos e de construção de *consistência* para as redes de sentidos.

A nosso ver, o trabalho de análise sobre a materialidade linguística, vinculado à dimensão descritivo-interpretativa, reclamou o apagamento dessa faceta do Real, visto que, segundo Pêcheux (1983), trabalhar sobre a *dimensão interpretativa* exige (re)pensar no estatuto de Real como o outro da “lei do espaço social e da memória histórica” (PÊCHEUX, [1983]2002, p. 55). Vejamos as palavras do próprio autor:

E é neste ponto que se encontra a questão das disciplinas de interpretação: é porque há o outro nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguageiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes (PÊCHEUX, [1983]2002, p. 54). ³⁶

Sendo assim, a leitura construída por Pêcheux (1983) sobre a faceta em questão de Real introduziu aí uma profunda articulação com o enfoque das disciplinas de interpretação. É, nesse momento, que a noção de Real parece se relacionar fortemente com o princípio *sócio-histórico* constitutivo ao *discurso-outro*; a nosso ver, a noção de Real, para Pêcheux (1983), está entrelaçada com a perspectiva do “discurso-outro como espaço

³⁶Grifos do autor.

virtual de leitura” (PÊCHEUX [1983]2002, p. 55). De nossa perspectiva, compreendemos que essa re-significação se constituiu como um ponto de afastamento entre a tendência psicanalítica e a discursiva.

Sob os ecos conceituais acerca das noções de Simbólico e de Real, versaremos, agora, sobre aquilo que, a nosso ver, faz possível *contato* e *afastamento* entre as referidas tendências em relação à questão do Imaginário.

As considerações específicas sobre o Imaginário psicanalítico foram antecipadas por nós sumariamente, no *Capítulo 1*, quando do momento de apresentação do estatuto dos termos *imagem* e *representação* como dispositivos do Imaginário; na próxima seção deste capítulo, a perspectiva teórico-analítica elaborada por Lacan (1949) sobre o Imaginário receberá exame pormenorizado. Daí a nossa passagem, de imediato, à discussão sobre a interface entre a tendência psicanalítica e a discursiva sobre o Imaginário.

Ao apostar com mais ênfase no construto teórico-metodológico do *sentido*, principalmente nas primeiras fases de seus estudos, observamos que Pêcheux (1969) conduziu seu trabalho discursivo pela perspectiva de que o processo de (re)formulação de dizeres é marcado por condições imaginárias bancadas pelo sujeito a partir daquilo que o constitui.

Essas condições, em termos discursivos, asseguram a estruturação do espaço enunciativo para que as formulações languageiras sejam produzidas pelo sujeito; dito de outra forma, as condições imaginárias balizam a construção de posições (também imaginárias) para os sujeitos envolvidos em tal espaço, de modo a “garantir”, no nível do Imaginário, a ilusão da produção do sentido pretendido. São condições, a nosso ver, fortemente relacionadas com a natureza do *esquecimento nº1* e do *esquecimento nº2* – aqui já mencionados –, os quais apontam para o funcionamento do efeito de que o sujeito significa e se faz significar a partir do sentido que produz.

Levando em conta a linha de reflexão assumida por Pêcheux (1969), observamos que o registro do Imaginário exerce um papel bastante relevante na própria condição fundante das (re)formulações languageiras. Dessa forma, com base no ponto de vista discursivo

sivo, é possível ressaltar que sujeito de linguagem, ao ser afetado pelo efeito de unicidade, engendra suturas em “seu” dizer, promovendo, conforme destacado no *Capítulo 1*, ora um *excesso* ora uma *falta* de dizer.

Compreendemos, portanto, que o traço característico do Imaginário, qual seja: propensão humana a (re)construir uma *percepção* para os objetos – isto é, dar-lhes *corporeidade*, no sentido de *consistência* – e, sobretudo, concedê-los um lugar em um *ponto imaginário* parece ser um *ponto de contato* entre as tendências em questão.

Entretanto, sob a óptica de uma tensão contraditória, entendemos que esse traço do Imaginário é abordado, na experiência clínica, de modo diferente; no tratamento psicanalítico, tendo em vista a implicação de certos afetos, as posições imaginárias produzidas pelo sujeito para os objetos são desestabilizadas pela experiência analítica, desalojando o sujeito daí e, por sua vez, abrindo espaço para o Simbólico. Ao que parece, enquanto a tendência discursiva deixa entrever o caráter produtivo da ilusão de subjetividade do sujeito, a tendência psicanalítica nos possibilita pensar no Imaginário, como a dimensão do *engodo do sujeito*.

Dessa maneira, em termos clínicos – especificidade que funda a própria constituição da tendência psicanalítica –, compreendemos que a postura de intervenção terapêutica frente à manifestação de *sintomas* reclama, da parte do analista, um trabalho definido a partir da articulação dos três registros constitutivos ao sujeito, quais sejam: Real, Simbólico e Imaginário. Por isso, é possível notar que a ancoragem tão-somente no registro do Imaginário pode produzir posições imaginárias, em termos de demanda clínica, muito caras ao sujeito. São posições, conforme destacamos anteriormente, que engendram certos sofrimentos humanos. Daí a necessidade de se fazer intervir, clinicamente, no processo terapêutico os outros registros psíquicos além do Imaginário; na verdade, de desbancar, via Simbólico, o sujeito das possíveis posições imaginárias. De nossa parte, acreditamos que aí consiste um *ponto de afastamento* entre a tendência psicanalítica e a discursiva sobre a questão do Imaginário.

Como vimos estabelecendo neste capítulo, o endereçamento de Pêcheux ao campo da Psicanálise freudo-lacaniana, ora mais atenuado ora mais acentuado, dados os diferentes momentos de sua (re)elaboração, produziu distinções necessárias sobre os conceitos de *Real*, de *Simbólico* e de *Imaginário*. Por outro lado, observamos também que certos traços característicos desses conceitos encontraram correspondência nas teorizações de Pêcheux.

E, neste ponto, justificamos, a partir de duas questões, o nosso interesse em traçar aqui a interface conceitual em tela. A primeira se relaciona ao fato de corroborarmos que o próprio horizonte epistêmico da Análise de Discurso francesa promoveu, pela sua natureza de constituição, certas correspondências e certos deslocamentos em relação ao campo da Psicanálise freudo-lacaniana; o próprio Pêcheux reportou a esse campo para consolidar suas teorizações. A segunda, do pólo das correspondências sensíveis e irreversíveis, se refere ao fato de entendermos que a nossa orientação teórica pela questão do Imaginário psicanalítico perpassa a própria possibilidade oportunizada pela condição epistemológica do campo discursivo; como indicamos anteriormente, a consideração acerca do “efeito de unidade” que afeta o sujeito de linguagem, a nosso ver, parece ser um contato teórico entre esses campos.

A relação entre a Psicanálise e a Análise de Discurso, conforme destacou Teixeira (2005), se constituiu, nas obras de Pêcheux, de modo significativo, a partir de suas publicações que se referem ao ano de 1975. Em 1983, no livro *O discurso: estrutura ou acontecimento*, Pêcheux ponderou um dispositivo analítico, em que a teoria da subjetividade de natureza psicanalítica passou a tocar fortemente a articulação entre a Linguística e a teoria do discurso. Quanto ao Materialismo Histórico, notamos que Pêcheux deslocou determinados vínculos teóricos, conforme abordamos anteriormente. Para Teixeira (2005), esse rompimento teórico só foi possível pelo fato de ele fazer operar em sua teoria a noção lacaniana de *Real*.

Cumpramos destacar que, ao serem afetadas pela Psicanálise, as questões relativas

à história, à língua, ao sujeito e, conseqüentemente, ao sentido tomaram um *enfoque outro*. Sendo a história orientada pelo viés de abordagem do *acontecimento* (linguisticamente marcado pelo equívoco, em que este figura como eco referente ao encontro entre o impossível da língua e a contradição da história, possibilitando *sentidos outros*); a língua estabelecida como um sistema de falhas, que comporta a não-relação, o que supera, desse modo, a noção de comunicação como a *troca Linguística bem-sucedida*; o sujeito abordado como *efeito-sujeito* (o sujeito se constitui pelo atravessamento da linguagem, não sendo possível abordá-lo na exterioridade dela; por isso, a referência sempre ao dizer) e o sentido apontado como vulnerável a falhas, a derivas, a deslizamentos (furo na cadeia significante).

Em face ao exposto, observamos que a aproximação teórica de Pêcheux com as abordagens lacanianas sobre a noção de sujeito (noção concebida por meio da analogia atinente ao nó borromeano – R.S.I.) e com a ótica de Authier-Revuz acerca dos estudos tangentes à língua contribuiu para que o projeto da Análise de Discurso não permanecesse inalterado. Essa analogia entre *funcionamento do sujeito* com o *funcionamento do nó borromeano – R.S.I.* é extensiva a todas as construções produzidas pelo sujeito.

Coadunamos a idéia, conforme vertente de análise do próprio Lacan, de que há uma especificidade de natureza e de funcionamento para os registros: Real, Simbólico, Imaginário, embora eles estejam nodulados borromeamente. Portanto, levando em conta os textos jornalísticos recortados para este trabalho, notamos que em suas materialidades Linguísticas há o entrelaçamento de marcas imaginárias (Cf. seção 2.3), simbólicas (Cf. seção 2.4) e reais. Contudo, observamos a prevalência do Imaginário em tais textos. E se o que está em jogo é a nossa relação com o Imaginário apresentaremos a seguir a leitura teórica estabelecida, por nós, em torno das reflexões lacanianas, formuladas em 1949, sobre essa questão.

2.3 As ideias lacanianas sobre o Imaginário – elaboração de 1949

O construto teórico das reflexões de Lacan sobre a noção de Imaginário, em 1949, é guiado pelo entendimento acerca da concepção do *estádio do espelho* (fenômeno que caracteriza a função da *imago* no processo de constituição do sujeito). Essa concepção trata da relação narcísica de espelhamento da criança na fase em que ela experimenta o efeito de encobrimento de sua fragmentação, a partir da identificação com a imagem das pessoas que circunscrevem suas imediações e com a sua própria imagem em um espelho. Por isso, a natureza do Imaginário (isto é, sua condição própria de se constituir) é da ordem do efeito da integração, do corpo que intui uma unidade de si. Mais precisamente, de um espaço Imaginário virtualizado, tendo o mundo humano refletido e, ao mesmo tempo, representado por traços da realidade, que coexiste com a própria realidade. O que revela que o efeito da percepção da realidade (ilusoriamente imediata) é construído por meio das representações que refletem o meio, e nunca acessível diretamente. Portanto, um espaço constituído por reflexos especulares que sofre uma distorção, pela via da reduplicação, e que expressa uma unidade subjetivamente inexistente. Aí, então, notamos que a assunção de representações de traços da realidade são efeitos da criação do eu. Vejamos, a seguir, uma citação de Lacan, que ancora as referidas observações:

(...) na criança, uma série de gestos em que ela experimenta ludicamente a relação dos movimentos assumidos pela imagem com seu meio refletido, e desse complexo virtual com a realidade que ele reduplica, isto é, com seu próprio corpo e com as pessoas, ou seja, os objetos que estejam em suas imediações (LACAN, 1998, p. 97).³⁷

Este modo de entender a operação psíquica (podendo até ser ontológica) em que a criança se constitui a partir da identificação com seu semelhante aponta para um aspecto importante da fase do estágio do espelho: *o estágio do narcisismo* – constituição

³⁷Grifos assinalados por nós. Adotaremos, no que se refere às citações do texto “*O estágio do espelho como formador da função do eu*”, de Lacan a data da publicação brasileira da Editora Jorge Zahar.

do “eu” por imagens. Nesse estágio, a criança é capturada pela imagem de seu corpo refletida no espelho, conduzindo seu investimento narcísico. E isto vai se tornar muito claro no momento das identificações, pelas quais a criança passa: na identificação primária, a criança é capturada pela imagem de seu semelhante, tendo como suporte a sua própria imagem; nas identificações secundárias, a formação dos moldes da matriz simbólica (“relação com a cultura e com a linguagem, por intermédio do outro”, CHEMAMA, 1984, p. 67) possibilitará que o [eu] se precipite “numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito” (LACAN, 1998, p. 97). Assim, a sedução pela sua própria imagem devolvida pelo espelho provoca um momento de jubilatório desconhecimento do seu estado de despedaçamento e da falta de coordenação, o que demarca a alienação característica e fundante dessa condição imaginária da criança.

Cumprе ressaltar que, neste momento de registro da elaboração lacaniana de 1949, o estatuto teórico dos termos *je* e *moi* tomava uma breve especificidade a partir do aparato teórico sobre as reflexões que se referem ao estágio do narcisismo. Daí, ao longo do texto de Lacan, percebermos o uso ora do termo *je* (assinalado, na edição brasileira, por meio de dois colchetes – [eu]) ora do termo *moi* (definido, em tal edição, como eu), sendo possível notar a referencição predominante ao [eu], sem, contudo, sê-lo especificado com a expressão *do inconsciente*. A evidência dessa abordagem, sob o domínio dos contornos textual de Chemama, é que, para Lacan, o eu é “a instância imaginária por excelência (Imaginário)” (CHEMAMA, 1984, p. 65). Nesse sentido, lendo as palavras de Lacan, notamos a preocupação relacionada às concepções de eu e de sujeito, porém sem se remeter, neste momento, à discrepância entre *je* e *moi*. Eis a citação:

Mas o ponto importante é que essa forma situa a instância do eu, desde antes de sua determinação social, numa *linha de ficção*, para sempre irredutível para o indivíduo isolado – ou melhor, que só se unirá assintoticamente ao devir do sujeito, qualquer que seja o sucesso das sínteses dialéticas pelas quais ele tenha que resolver, *na condição de [eu]*, sua discordância de sua própria realidade (LACAN, 1998, p. 98).³⁸

Com base nos aspectos examinados por Lacan, em 1949, observamos a consideração radical sobre a questão da imagem inscrita na relação perceptual com o outro da mesma espécie, quando esse autor destaca que os “efeitos formadores sobre o organismo é atestado por um experimento biológico” (LACAN, 1998, p. 99), seja no âmbito da espécie humana (efeitos de estruturação que a criança sofre ao se observar no espelho – maturação de sua potência como *Gestalt*) seja na perspectiva da espécie animal (processo de maturação da gônada na pomba, por exemplo – caso de uma identificação homeomórfica). Interessa, então, nesse momento específico de elaboração, a abordagem do papel da imagem quanto à possibilidade de esta preencher a discordância gerada entre: o Todo (constituente pelo efeito harmônico visual da imagem – corpo unificado) e o Não-todo (constituente pelo caos sensorial advindo da sensação de despedaçamento e da falta de coordenação – corpo despedaçado). Vale dizer que a experiência subjetiva da criança está marcada pela articulação entre Todo e Não-todo, posta no circuito do funcionamento do estádio do espelho, e pela tensão entre desejo pelo objeto e desejo do objeto. Portanto, a relação com o *outro* se dá tanto pela identificação quanto pela agressão. Mais adiante, destaca Lacan:

O *estádio de espelho* é um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação – e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade que chamaremos de ortopédica – e para a armadura enfim assumida de uma identidade alienante, que marcará com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental (LACAN, 1998, p. 100).³⁹

Embora a ilustração do espelho plano não conste do texto de 1949, reproduzimos na Figura (2.1), o quadro que apresenta a experiência do buquê invertido, de H. Bouasse

³⁸Grifos enfatizados por nós.

³⁹A ênfase marcada por *itálico* se refere a Lacan, e a ênfase posta em destaque pelo sublinhado diz respeito a nós. O delineamento de nosso grifo se prende ao fato de notarmos que a prática jornalística específica dos textos constituintes ao material eleito para este trabalho se orienta pela representação ideal de Ayrton Senna. Daí, uma *representação de escrever* que se constitui a partir do “engodo da identificação” de valores/idéias advindas de ideais comuns e de exaltação de temáticas coletivas, as quais estão relacionadas a “nossa” brasilidade.

(1917), levando em conta as relações feitas por Lacan na versão final do esquema da fase do espelho. Ao fazê-las, Lacan acaba por introduzir, de forma criativa, outras noções que caracterizam o funcionamento do Imaginário e dos mecanismos que são próprios desse funcionamento, vislumbrando elementos que foram elaborados no texto de 1949. Eis a figura abaixo:

S barrado	sujeito dividido	A"	objeto do desejo
M	espelho	I'(a)"	Eu ideal
A	grande Outro	S	sujeito do inconsciente
C	corpo	I"	Ideal do eu para todos

Fonte: RODRIGUES, 2008, p. 7. (Adaptada)

Se considerarmos essa experiência do reflexo óptico como o *complexo virtual* (nos termos lacanianos), teremos o meio refletido (espaço virtual) e, em concomitância, o espaço que se refere à realidade. Assim, observamos as seguintes propriedades do *complexo virtual*, mediada pelo espelho, a saber: reduplicar a realidade; possibilitar a formatação da imagem virtual, conforme os padrões de configuração da imagem da realidade; inverter a imagem, dependendo do lugar do observador, como, por exemplo, a imagem que se orienta pelo vetor $x \rightarrow x'$ – buquê como continuidade da própria caixa; permitir a projeção entre as imagens, de modo a criar a perspectiva da imagem ideal – na figura mostrada pelo $\mathbf{I}'(\mathbf{a})''$ –, pela qual haverá um investimento, entre outras. Tais propriedades procuram contemplar elementos que dimensionam a noção de imagem e os efeitos que esta ocasiona sobre o

psiquismo humano. Ou seja: o espelho ilustra o modo como se constitui a imagem da criança, por exemplo, apreendida pelo outro, de tal maneira que, em decorrência do contato com outras pessoas de quem a criança toma emprestado sua imagem, há a constituição do primeiro esboço do eu (“transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem”, LACAN, 1998, p. 97). Sob esse viés, conforme a configuração do estágio do espelho, a instância do eu é marcada pelo desconhecimento e pela alienação.

As referidas propriedades, assim como suas diversas inter-relações, são esquematizadas na figura 1, indicando os mecanismos pelos quais o Imaginário funciona: inversão, isolamento, reduplicação, anulação, deslocamento. São, por isso, fonte para a ligação do “[eu] a situações socialmente elaboradas” (LACAN, 1998, p. 101). Ou, como podemos ler em Chemama,

O eu irá conservar dessa origem o gosto pelo espetáculo, a sedução, a parada (...) no plano Imaginário, o objeto nunca se apresenta ao homem a não ser como uma miragem inatingível. Toda a relação objetual só pode ser tocada por uma incerteza fundamental (CHEMAMA, 1984, p. 66).

Como é possível perceber, tomando como ponto de referência os apontamentos da elaboração lacaniana de 1949 e os comentários de estudiosos que estabelecem vínculos teóricos com as referidas idéias de Lacan como Chemama, o Imaginário pode assumir marcas que tendem a configurar o modo de percepção ilusório dos fenômenos, na condição de virtualidades. Para tanto, podemos destacar expressões que remetem à natureza do Imaginário, tais como: modelo ideal, figura ideal, sentido totalizante, aparente estabilidade, identificação espacial, enfim. E, no caso específico dos textos jornalísticos produzidos pelos contornos da *representação de escrever* que problematizaremos no próximo capítulo, notamos o atravessamento de dizeres que fazem referência a inscrições religiosas e a inscrições históricas, que, por sua vez, tematizam fortemente os aspectos do Imaginário, como, por exemplo, o da consistência e o do investimento do sentido. Isto é, dizeres que permitem o reconhecimento de um jogo identificatório sobre Ayrton Senna em uma narrativa que

porta a projeção de traços culturais de integração nacional (efeito de unidade), marcada pelo ideal de homem e de piloto.

2.4 As Heterogeneidades Enunciativas e a AD3

É possível resumir o perfil geral da reconfiguração postulada por Pêcheux, na terceira fase dos estudos da Análise de Discurso Francesa, mediante os seguintes pontos: 1) articulação entre o discurso e a *memória discursiva* (inter-relações entre enunciados de um momento histórico; 2) vertente resultante entre o discurso e a história, tomando como referência o marco teórico das teses da Nova História; 3) mudança teórica do *corpus de análise*: de uma abordagem restrita dos textos consagrados escritos para uma abordagem ampla das produções orais do cotidiano; 4) perspectiva da *heterogeneidade enunciativa*, levando em conta a relação entre o intradiscurso (superfície linguístico-discursiva) e o interdiscurso (efeitos do histórico, as manifestações de memórias discursivas). Dessa forma, Pêcheux identificou de maneira nítida os fatores que incidem no modo de percepção do funcionamento das discursividades. Trata-se de um momento descritivo, que antecede a formulação de relações analíticas plausíveis entre os “encadeamentos intradiscursivos” (PÊCHEUX, 1990, p. 316) e seus possíveis efeitos de sentidos. Por isso, então, o papel crucial da materialidade linguística na determinação das possibilidades de cumprimento de uma atividade científico-epistemológica em análise de discurso. Uma das vias de perceber essa concepção é pensar na perspectiva do estatuto das *Heterogeneidades Enunciativas*, delimitadas, com maneira específica de constituição, pelo crivo dos termos: *mostrada* e *constitutiva*, donde os estudos de Jacqueline Authier-Revuz desempenham extremada relevância teórica.

A especificação mais afinada da Análise de Discurso de linha francesa, nesta terceira fase, com as contribuições da Linguística reclama atenção para os mecanismos básicos de funcionamento da linguagem, uma vez que o sujeito do dizer e o sentido se

constituem no circuito desse funcionamento, isto é, como efeito de tal funcionamento.

Portanto, a linguagem não é concebida como resultado da produção do sujeito do dizer. Daí o fato de este ser *elemento constituído* (emergente) e *elemento constitutivo* (subjacente), respectivamente, na e pela linguagem; de modo que tomá-lo como *elemento constituinte* (fundador) da linguagem é pensar em homens sem linguagem que, por meio do trabalho, determinam as origens dela. O que, de acordo com Riolfi (1999, p. 37), há “uma implicação de que haja uma antecendência de uma ordem primeira natural – aquela na qual poder-se-ia pensar em homens sem linguagem – na qual algo, que tivesse como consequência o aparecimento da linguagem, teria havido”. Sendo assim, notamos que Lacan (1998) destacou que a questão de a linguagem ser fundada/constituída pelo homem não pode ser sustentada nem pela Linguística nem pela Psicanálise, visto que não há, para essas áreas, exterioridade e anterioridade à linguagem. Eis, textualmente, em Saussure (1916), uma possível articulação teórica com o pensamento de Lacan (1998), corroborado por Riolfi (1999), a saber: “os indivíduos em larga medida não têm consciência das leis da língua (...)” (SAUSSURE, 1916, p. 87), então, “para que a partida de xadrez se parecesse em tudo com a língua, seria mister imaginar um jogador inconsciente ou falta de inteligência” (SAUSSURE, 1916, p. 105), no sentido de que “o pensamento é como uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado. Não existem idéias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua” (SAUSSURE, 1916, p. 130). Por conseguinte, “a linguagem, com sua estrutura, preexiste à entrada de cada sujeito num momento de seu desenvolvimento mental” (LACAN, 1998, p. 498).

Nessa medida, o sujeito do dizer enuncia a partir dos mecanismos básicos de funcionamento da linguagem. Por isso, a perspectiva pêcheuxtiana de conceber o trabalho analítico a partir da materialidade linguística, tomando como ponto de referência os estudos de Authier-Revuz que dizem respeito à Enunciação, teve o mérito de operar, com um rigor de articulação, um toque nos mecanismos de enunciação. Daí a prioridade teórico-metodológica, ponderada por Pêcheux, quanto às “formas linguístico-discursivas

do *discurso-outro*”⁴⁰ (PÊCHEUX, 1990, p. 316) – trabalho analítico de forma radicalizada com os próprios princípios consubstanciados pela noção de dialogismo, de interdiscurso e do inconsciente.

Reconhecer a referência de Pêcheux ao pensamento de Authier-Revuz implica levar em conta o “campo heterogêneo onde se encontram a língua e os seus exteriores” (FLORES e TEIXEIRA, 2005, p. 73). Authier-Revuz assumiu, em sua “rota” epistemológica na Linguística, a direcionalidade de “neo-estruturalista”, pois, segundo Flores e Teixeira (2005), tal estudiosa tomou como ponto de partida de sua investigação a *língua como ordem própria*, atravessada por elementos que lhe são “exteriores”, não deixando diluir, aí, o objeto da Linguística.

Com base na abordagem de Flores e Teixeira (2005), notamos que o sentido que é apreendido sobre o termo *heterogeneidade* se prende ao domínio em que o discurso é duplamente marcado pelo *não-um*, em função justamente da heterogeneidade teórica que o afeta. Essa dupla inscrição de *não-um* nos permite “considerar a reflexividade opacificante da modalidade autonímica tanto no plano da língua, sob o ângulo da linearidade do dizer, como no plano do discurso, sob o ângulo do que ela diz ao sujeito do dizer” (FLORES e TEIXEIRA, 2005, p. 74).

Assim, os modos de manifestação das heterogeneidades serão essenciais para a análise da forma como se apresenta a alteridade nos dizeres sobre os textos em questão, pois é da descrição de algumas rupturas detectadas em tais dizeres que poderemos sustentar, do ponto de vista discursivo, a idéia da ilusão necessária dos jornalistas em camuflar na superfície Linguística, pela “via da negociação do sentido”, o *não-um* do sentido e a presença do *outro* em seus dizeres. Para tanto, a abordagem de Jacqueline Authier-Revuz (2004), destinada à explicação de fatos da língua que tocam os campos de rupturas, de deslizos, de desvios, expressos pela referida autora sob o horizonte fundante das *heterogeneidades enunciativas* serão mobilizadas no sentido de possibilitar o entendimento de

⁴⁰Grifos enfatizados pelo autor.

que a incidência de “pedaços” do não-um, localizáveis no próprio fio do discurso e não em outro lugar, se efetivam, a partir das próprias lacunas que constituem o sujeito e o sentido.

No tecido discursivo dos textos jornalísticos que constituem o foco deste trabalho, fica patente a tentativa dos jornalistas de construir uma unidade de seu dizer, por meio de mecanismos como: comentários, ressalvas, explicações laterais e atenuações, o que nos permitirá mostrar, nos próprios fenômenos linguísticos, a irrupção de ressonâncias que advém do “lugar do outro”. A noção de Outro, aqui mencionada, permeia a proposição teórica de Lacan, sendo o Outro figurado como “um espaço aberto de significantes que o sujeito encontra desde seu ingresso no mundo” (ANDRÈS, 1996, p. 385). Também Flores e Teixeira (2005, p. 76), em consonância com as postulações de Lacan, destacaram que o propósito de tal abordagem lacaniana era

mostrar que, além das representações do eu, especulares ou imaginárias, o sujeito é determinado por uma ordem simbólica – o significante, a lei, a linguagem, o inconsciente – designada como “lugar do outro” e perfeitamente distinta do que é do âmbito de uma relação com o parceiro Imaginário o “outro”.

Portanto, a ruptura da linearidade do dizer do sujeito em relação ao Outro e aos desvios dos outros, o que fomenta a imprevisibilidade do sentido e que não cessa de se mostrar, possibilita a emergência de heterogeneidades nos processos discursivos. Eis, textualmente, a explicação de Authier-Revuz (2004, p. 69)

todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos ‘outros discursos’ e pelo ‘discurso do Outro’. O outro não é um objeto (exterior, do qual se fala), mas uma condição (constitutiva, para que se fale) do discurso de um sujeito falante que não é fonte-primeira desse discurso.

Os modos de organização das heterogeneidades enunciativas na manifestação discursiva, segundo ela, envolvem duas maneiras: a *heterogeneidade mostrada* e a *heterogeneidade constitutiva*. A primeira pode ser descrita com o auxílio de elementos indicadores da presença dos outros sobreditos, seja por formas marcadas, seja por formas recuperáveis, que se inscrevem diretamente na linearidade do dizer – discurso direto, discurso indireto,

aspas, glosas, etc. – delimitando o “caráter explícito, acessível à análise Linguística” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 16). Para tal autora, as diversas formas marcadas da heterogeneidade mostrada conferem ao fragmento marcado um *estatuto outro* em relação ao resto do dizer, para quem a alteridade toma valores específicos.

A segunda refere-se a uma abordagem não Linguística do “jogo com o outro”, pois o processo de alteridade está aí diluído por uma espécie de “horizonte fora do alcance do linguístico” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 21), embora saibamos que essa diluição, atestada pelo dialogismo, é uma condição própria da natureza da linguagem. Por isso, Authier-Revuz delinea que a heterogeneidade constitutiva é *do* discurso e que as formas da heterogeneidade mostrada se inscrevem no discurso. A consideração da heterogeneidade constitutiva do sujeito e de seu discurso foi embasada, nos estudos da autora, em duas vertentes teóricas exteriores à Linguística, a saber: o dialogismo de Bakhtin e a teoria psicanalítica (a releitura de Freud feita por Lacan). Teixeira (2005, p. 145) afirmou que:

de Bakhtin, a autora toma basicamente as reflexões sobre o princípio do dialogismo, focalizando, de modo, especial, o lugar que o autor confere ao outro no discurso; na psicanálise, interessa-lhe a abordagem em torno de um sujeito produzido pela linguagem, estruturalmente clivado pelo inconsciente (...)⁴¹

Cumprе destacar que o apelo a esses exteriores se prende em bases teóricas diferentes: na *perspectiva dialógica*, o outro não é “nem duplo de um frente a frente, nem mesmo o ‘diferente’, mas um outro que atravessa constitutivamente o um” (AUTHIER, 2004, p. 25), isto é, “a noção de outro recobre os outros discursos constitutivos do discurso” (FLORES E TEIXEIRA, 2005, p. 75–6); na ótica *freudo-lacanian*a, o outro é o “grande Outro” (ordem do nível dos significantes e do desejo pelos significantes), que, por sua vez, justifica a premissa de que o sujeito não é o agente da linguagem e, sim, o efeito (segundo ponderações arroladas anteriormente).

Assim, em ambas vertentes, o que é considerado como interseção é o questionamento radical da “imagem de um locutor, fonte consciente de um sentido que ele traduz

⁴¹Os grifos são da autora.

nas palavras de uma língua, e a própria noção de língua como instrumento de comunicação ou como ato que se realiza no quadro de trocas verbais” (TEIXEIRA, 2005, p. 145–6).

Ainda, por Authier-Revuz, o sujeito não pode ser tomado pelo que diz (representação ilusória que ele dá de sua enunciação) e, sim, *no* que diz por meio da linearidade de uma cadeia, marcada por rupturas (“falhas”); que a heterogeneidade mostrada permite avistar, não de modo nítido e direto, o atravessamento dos “outros discursos” e do “discurso do Outro”; que a heterogeneidade mostrada não pode ser abordada como o reflexo, no discurso, da heterogeneidade constitutiva, embora elas sejam articuláveis. Teixeira (2005, p. 152–3), corroborando o quadro referencial das heterogeneidades proposto por Authier-Revuz, expõe que

as formas da heterogeneidade mostrada representam uma negociação obrigatória do sujeito com essa heterogeneidade que o constitui e que ele tem necessidade de desconhecer. Essa negociação assume a forma de uma denegação – no sentido Freudiano – na qual *a emergência pontual do não-um é mostrada e ao mesmo tempo obturada*.⁴²

A partir daí é possível precisar que a heterogeneidade mostrada permite pôr, no campo da enunciação, a marca dos fatos de língua, que as indicam como tal, pelo seu caráter heterogêneo e, em concomitância, permite também preservar a ilusão necessária do um. Porém, com o estabelecimento da inevitável emergência do *não-um* (que podem ser percebidos como *dobraduras do dizer*, conforme destacou Agustini, 2007), notamos que há pontos vulneráveis em que se instaura o efeito opacificante (não-coincidências/heterogeneidades) da representação do dizer. Cabe ressaltar que essa “falha” que se inscreve no fio do dizer como não-um constitutivo do um não é específico da heterogeneidade mostrada, sendo também “da ordem do irrepresentável, que se ‘mostra’ no plano enunciativo em pontos de ‘alteração’ do dizer” (FLORES e TEIXEIRA, 2005, p. 84).

No caso dos textos jornalísticos referentes às discursivizações sobre Ayrton Senna, a observação das formas de manifestação das heterogeneidades mostradas e suas

⁴²Os grifos são da autora.

configurações, cotejadas, no plano da língua, com as não-coincidências do dizer serão essenciais para analisarmos o jogo do interdiscurso no intradiscurso, cuja operacionalização de análise dar-se-á pelo trabalho com as dobraduras do dizer, expressão tomada de Agustini. Para ela,

as dobraduras administram o efeito da presença do interdiscurso no intradiscurso, produzindo a ilusão subjetiva de que o sujeito controla estrategicamente e intencionalmente o que diz. Trata-se de um mecanismo de sutura que “acomoda” o interdiscurso no intradiscurso por meio de uma dobra parafrástica denegativa de um dizer exterior que resiste ao processo de linearização do dizer. Com efeito, as dobraduras são indicadores de um processo ininterrupto. Há uma pluralidade de sentidos perpassado o dizer simultaneamente que podem ou não ecoar pelo intradiscurso. (AGUSTINI, 2007, p. 309)

Por fim, é patente que o conceito de discurso que emana dos trabalhos de Pêcheux, principalmente pós-autocrítica⁴³, se orienta fortemente pela vertente da Psicanálise e da Linguística, a partir do termo *heterogeneidade*. Esse termo não é necessariamente pensado na acepção de *duplicidade de sentido*, mas sim abordado com o viés de que o *equivoco* aí se filia. Por isso, são imprescindíveis as noções de heterogeneidade mostrada (marcada e não marcada) e de heterogeneidade constitutiva para pensar a constituição do sujeito e do sentido pela via do Outro e dos outros. E para pensar, também, em índices de vinculação Linguística que essas constituições inscrevem nos processos de discursividades. Sob essa luz, para entendermos o modo como se constituem as discursivizações sobre Ayrton Senna (analisadas no capítulo 4), compreendemos que as heterogeneidades enunciativas figuram como ferramenta teórico-metodológica tanto na descrição quanto na interpretação dos efeitos de sentidos produzidos na própria linha do dizer. Dessa forma, as heterogeneidades, ao afetarem o sujeito, provocam uma constante *negociação*, no âmbito Imaginário, entre esse e elas. Essa negociação produz representações de traços do sujeito e do sentido, as quais serão de grande relevância para o estudo, pois é a elas que teremos acesso.

⁴³Trata-se dos descolamentos conceituais apontados por Pêcheux na terceira época da Análise de Discurso.

Antes de passarmos às análises, trataremos no próximo capítulo sobre as condições de emergência e a composição temática do material eleito para este trabalho, bem como o modo como mobilizaremos os recortes do mesmo – constituição do nosso *corpus*, com ênfase nas questões relativas à narrativização sobre Ayrton Senna.

Capítulo 3

A construção do recorte metodológico

3.1 Considerações iniciais

Este capítulo, vislumbrando mostrar a configuração do *procedimento de análise* em relação às discursivizações construídas sobre Ayrton Senna, foi dividido em três partes: a primeira delas contempla aspectos sobre as condições de emergência do material eleito para análise. Trata-se de textos jornalísticos ⁴⁴ selecionados, em sua maioria, da Revista Veja e do material com traços biográficos, organizado e assinado pela jornalista Marleine Cohen. Para mobilizarmos esses textos, tomamos como ponto de referência as discursivizações produzidas sobre Senna, as quais tematizam suas três conquistas mundiais (respectivamente, em 1988, em 1990 e em 1991), bem como o acontecimento de sua morte em 1994; as discursivizações construídas sobre esse acontecimento datam de 2006. Sendo assim, a seleção dos textos tem como fundamento um *gesto de leitura* nosso sobre um *arquivo*. Isto é, o recorte dos textos como *material de análise* está pautado no “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 1994, p. 57), em face do qual ressaltamos, por sua vez, que a referência a tais textos e não a outros já é um *gesto de interpretação* nosso. Desse modo, afastando da perspectiva de que a história é fator condicionante da explicação dos dizeres midiáticos que analisaremos, coadunamos,

ao contrário, a ideia de que ela é uma dimensão que se revela como *efeito* na materialidade discursiva. Por isso, um breve circunstanciamento histórico nos permitirá construir a nossa tomada de posição frente às *discursividades do arquivo* (seção 3.2).

A segunda parte do capítulo reúne os desdobramentos do circunstanciamento histórico a partir da problematização de uma *escrita jornalística* marcada pela ancoragem em blocos imagéticos fortemente afetados pelas questões culturais. Assim, nesta seção, admitimos um pressuposto relevante para a terceira fase da Análise de Discurso, qual seja: *discurso marcado por um funcionamento*. No caso da materialidade discursiva que sustenta este trabalho, observamos um funcionamento que aponta para a (re)organização das memórias discursivas; e que, por outro lado, nos possibilita pensar em outro pressuposto de destaque para a terceira fase da Análise de Discurso: a noção de *acontecimento*. São pressupostos já teorizados acima. Nessa medida, as diversas atualizações de memórias discursivas constroem sobre Ayrton Senna uma imagem de brasileiro ideal, constituindo, portanto, o processo de acirramento de certa *representação de brasilidade*. Aqui apresentaremos o nosso dispositivo de análise sobre as materialidades: as *formulações imaginárias* que constituem os processos discursivos (PÊCHEUX, 1990) e a imagem do *ato de escrever* gerada pela mídia escrita (RIOLFI e INGREJA, 2007) (seção 3.3).

A terceira seção que finaliza este capítulo conta com a exposição dos critérios que servirão de base para selecionarmos e para recortarmos as sequências discursivas que embasam nossa hipótese de trabalho. Para tanto, ao enfatizar a postura radical de Pêcheux em vincular sua teoria do discurso com a *base material da língua*, mostraremos brevemente os dois mecanismos linguísticos (relações de adjetivações e de adverbializações) que asseguram a produção da “invencibilidade sobre Senna” e o acirramento de tal produção. Por fim, sumariamos as possíveis imagens em que estão pautados os mecanismos linguísticos.

⁴⁴Neste ponto de nosso trabalho, cumpre destacar que tomaremos como referência, quando do momento de aludirmos aos textos mobilizados para análise, a *assinatura do jornalista*, embora compreendemos que a tendência ideológica da *agência de notícia* está fortemente aí implicada, de modo a constituir decisivamente o dizer do jornalista.

É pertinente destacar que a nossa relação com a materialidade discursiva é sempre estabelecida mediante possíveis aspectos recortados, e nunca um acesso em sua totalidade (seção 3.4).

3.2 Circunstanciamento histórico do material de análise

Ao tratar da questão sobre a (re)invenção da nação e, por sua vez, acerca do tema da identidade nacional, notamos que, no Brasil, a busca (e as diversas atualizações) da afirmação de uma brasilidade permeou a (re)construção de imagens ou de características coletivas do povo ou do país. Ora tomavam como referência características físicas, psicológicas ou raciais ora tomavam por base acontecimentos históricos no processo de demarcação de algo “especificamente nacional”. Uma referência que comumente observamos também nesse processo é a exaltação do desempenho dos brasileiros nas diversas modalidades de esportes. Ao que parece, o futebol é a modalidade esportiva que mais frequentemente fomenta a produção de dizeres sobre certa representação de brasilidade; e a tendência dessa representação é exaltar a atuação dos jogadores por meio da ênfase de suas supostas qualidades. Destacamos que essa tendência contribui para a estabilização de determinados dizeres, tais como: “brasileiro é bom jogador de futebol”, “O Brasil é o país do futebol”, etc., os quais produzem uma impressão de *Um* nacional, isto é, “um sentimento íntimo de brasilidade” (BACKES, 2000, p. 37). Vale lembrar que essa sensação de brasilidade é constantemente acirrada por meio dos dizeres midiáticos.

Outra modalidade esportiva que ganhou destaque na cultura brasileira foi o automobilismo. A Fórmula 1 teve suas origens nas corridas de automóveis, iniciadas na França, que desde 1894 organizava corridas. Outros países da Europa como Alemanha, Itália, Inglaterra rapidamente fizeram o mesmo, de forma independente. A evolução do esporte culminou na sua primeira normatização, pela *Federation Internationale de*

l'automobile (Federação Internacional do Automóvel) – FIA, em 1947. No Brasil, o automobilismo só chegou na década de 70, com a participação de Emerson Fittipaldi, duas vezes campeão da Fórmula 1, em 1972, pela Lótus, e, em 1974, pela McLaren.

O êxito de Emerson Fittipaldi foi acompanhado pelos brasileiros e, desde aí, as corridas de Fórmula 1 transformaram-se em assunto nacional, e as expectativas de pilotos vencedores foi mais uma vez estimulada pelos dizeres jornalísticos.

O segundo piloto brasileiro a destacar-se nas corridas de Fórmula 1 foi Nelson Piquet. Ele conquistou sua primeira vitória no mundial de Fórmula 1 em 1981 e repetiu o êxito em 1983, ambas vitórias pela equipe Brabham. Em 1984, Alan Prost ganhou o campeonato, mas nesse mesmo ano o estreante em Fórmula 1, Ayrton Senna, terminou em segundo, ficando muito próximo de Proust. Foi o início da rivalidade entre Alan Proust e Ayrton Senna, segundo versões dos dizeres midiáticos; que durou quase uma década. Em 1987, a William voltou mais forte e Nelson Piquet tornou-se o tricampeão. A McLaren, em 1988, teve sua equipe integrada por Proust e Senna, sendo que Senna ganhou 15 das 16 corridas da temporada. Proust ganhou o Grande Prêmio em 1989, e Senna os de 1990 e de 1991.

Diante das conquistas dos pilotos brasileiros, outro sentimento nacional que se produziu foi o de que “os pilotos brasileiros de Fórmula 1 alcançam êxitos constantes nas pistas”. Assim, o automobilismo consolidou um espaço de destaque nos noticiários de esporte no Brasil, e a imprensa jornalística desempenhou, por sua vez, uma relevante participação na divulgação de informações sobre essa modalidade de esporte. Notamos que a imprensa jornalística tecia comparações entre os pilotos brasileiros e os demais, utilizando-se de dizeres em que prevalecia certa *positividade de qualidades* dos pilotos brasileiros, como se tais qualidades fossem exclusivas deles.

Sendo assim, dado o percurso que fizemos até agora, observamos que os textos jornalísticos mobilizados para este trabalho apontam para a exaltação da atuação do piloto Ayrton Senna nos períodos de vitórias do Grande Prêmio de Fórmula 1 – GPs (conquista

dos títulos de campeão, bicampeão e tricampeão) e, ao que parece, para a construção de uma resposta endereçada ao povo brasileiro sobre a fatalidade que vitimou o piloto.

O material eleito para este trabalho, conforme mencionamos na *Introdução*, se prende a discursivizações que se referem ao acontecimento das três vitórias mundiais de Ayrton Senna (cujos anos são 1988, 1990 e 1991) e a discursivizações, com fortes traços biográficos, que dizem respeito ao acontecimento da morte de Senna. Para tanto, reportamos, respectivamente, a textos que foram selecionados, em sua maioria, da Revista Veja e ao material assinado pela jornalista Marleine Cohen, no ano de 2006, cuja publicação foi editada pela Editora Globo. Ao tratarmos de cada tempo de análise, especificaremos aspectos sobre o assunto dessas discursivizações.

3.3 Composição temática do material de análise

A relação entre a noção de *mensagem* e as formas de manifestação de uma sequência verbal emitida por um destinador (A) em direção a um destinatário (B) adquiriu estatuto analítico, no momento de elaboração de Pêcheux em 1969, pelo fato de ele fundamentar sua teoria no entendimento de que a relação entre A e B não se prende a uma transmissão de informação nem a uma referenciação de um objeto no mundo empírico. Na verdade, para Pêcheux, trata-se de um processo discursivo fundamentado na noção de “objeto imaginário”, sendo este indicado pelas “*representações imaginárias* das diferentes instâncias do processo discursivo”⁴⁵ (PÊCHEUX, 1990, p. 85).

É uma teoria assentada unicamente no reconhecimento da dimensão imaginária que constitui o sujeito. Mais tarde, Pêcheux vinculará em suas elaborações outras dimensões constitutivas ao sujeito, quais sejam: a do Simbólico e a do Real. Entretanto, levando em conta a natureza deste estudo, as teorizações de Pêcheux acerca do mecanismo de funcionamento das *formações imaginárias* nos interessam. Esse ponto é importante, pois assinala uma possibilidade de articulação entre o funcionamento de tais formações

⁴⁵Grifos do autor.

com a natureza e com o funcionamento do Imaginário. Trata-se da função de fazer *Um*, em face da qual haveria representação ou, em conformidade com Milner (2006, p. 8), “nada poderia ser imaginado, isto é, ser representado, a não ser por I (...)”.

Vemos, no bojo teórico das incursões de Pêcheux, que o processo discursivo pode ser estabelecido como o *espaço imaginário* da construção das discursividades, e que o sujeito é afetado pela “ilusão necessária de que ele é Um” (TEIXEIRA, 2005, p. 95) e pela ilusão da literalidade (relacionada com a evidência do sentido). São efeitos que não assumem jamais um papel de *tapeação* na constituição do sujeito. Ao contrário, nos remetem à configuração insuperável do estádio do espelho, conforme visto na seção (2.3) do segundo capítulo deste trabalho, e que atravessa constantemente a vida do sujeito – estrutura permanente da subjetividade. E é exatamente na direção desses aspectos que buscaremos definir o modo como são engendrados os textos jornalísticos que constam do material eleito para este trabalho, cujos parâmetros de escrita estão fundamentados no segundo modo de representação de escrever que destacaremos a seguir.

As práticas discursivas dos jornalistas que se orientam pelo padrão de escrita canônico (o que procura produzir um efeito de exatidão dos fatos) apóiam-se em critérios de noticiabilidade sugeridos por uma modalidade de *representação de escrever*, que é marcada pela densidade das regras textuais e das regras argumentativas, com o exato rigor da articulação com o significante. Essa noção de representação de escrever que sustenta a referida prática jornalística constrói, por sua vez, da parte do jornalista, uma representação ideal de como se deve estruturar o texto jornalístico. Daí o fato de as prescrições se tornarem constituintes significativos do trabalho do jornalista. O Manual da Folha de São Paulo (1992, p. 113), por exemplo, orienta que, mesmo quando a notícia trata de fatos dramáticos, “Ela deve ser transmitida não por adjetivos, mas pela descrição seca e concisa”, o que delineia uma acepção de que o jornalismo é um campo cujas qualidades maiores são a “verdade”, a “impessoalidade” e a “objetividade”.

Contudo, tomando como ponto de referência as ponderações definidas por Ri-

olfi e Ingreja (2007), notamos a constituição de outro modo de *representação de escrever* que engendra textos jornalísticos que parecem ceder sua proeminência simbólica a uma mediação radical pela imagem, na medida em que propõem uma subtração “de um trabalho mais rigoroso com a linguagem” (RIOLFI e INGREJA, 2007, p. 2). Tal modo de representação de escrever apresenta aspectos que são característicos da tendência imaginária (LACAN, 1949), tais como a exibição ostentatória dos objetos discursivos, o jogo prazeroso de luz e de som emoldurados pelos recursos da escrita e a incidência de “blocos imagéticos que fascinam pelas representações que evocam, pelas ancoragens que encontram na cultura” (RIOLFI e INGREJA, 2007, p. 13).

Nesse sentido, percebemos que a representação de escrever caracterizada a partir da mediação pela imagem se constitui, muitas vezes, pelo investimento em mecanismos de significação, que nutrem o texto jornalístico de uma tendência de ficção, o que o torna mais sedutor. Um possível mecanismo de significação que opera no funcionamento desses textos decorre do processo de atravessamento, no fio discursivo, de dizeres *já ditos*. Esse atravessamento de dizeres historicizados se revelando como discursividades – incidência de uma determinada *memória discursiva* (PÊCHEUX, 2007 e AGUSTINI, 2007) – auxilia (mas não garante) a constituição de efeitos de sentidos que tendem a seduzir o leitor.

Neste trabalho, optaremos por desenvolver uma argumentação que explore as formulações languageiras de natureza jornalística, cuja materialidade linguística é marcada pela incidência de possíveis efeitos de sentidos que se sustentam a partir de diferentes constituições e formulações culturais. Em torno das formulações languageiras mobilizadas, configura-se o efeito de homogeneização identitária sobre Ayrton Senna que acirra, de diversos modos, a questão da *brasilidade*. Ou seja: ao discursivizarem sobre Senna, recorrem sempre a sentidos estabilizados culturalmente para construir a suposta característica de “invencibilidade” – atributo que representaria subjetivamente o brasileiro; criou-se uma imagem ideal sobre Senna que é constituída e, sobretudo, sustentada na cultura brasileira pelo laço do Imaginário.

Dessa maneira, levando em consideração a noção sobre a *representação de escrever* mediada pela imagem, reconhecemos que a incidência de memórias discursivas possibilita uma *estruturação outra* para determinados textos jornalísticos. No caso dos textos em análise, observamos que eles permitirão uma descrição-interpretação sobre um funcionamento discursivo que está marcado por atravessamento de dizeres impregnados por memórias discursivas. Trata-se de um funcionamento discursivo que sustém a manifestação de certas relações de adjetivações e de adverbializações. Portanto, podemos dizer que os textos jornalísticos estão embasados, a nosso ver, em um modo de produzir sentidos que se estabelece por meio da (re)organização de memórias.

Destacamos que essa (re)organização de memórias produz um *estereótipo de brasileiro*, uma vez que a referência produzida sobre Senna é vinculada à noção de subjetividade brasileira (construção cultural pela via da linguagem). Desse modo, a caracterização subjetiva sobre o brasileiro teria, em Senna, a possibilidade de uma “expressão muito genuína”. Isto é, ao tratá-lo como um *modelo de brasileiro*, notamos “uma forma de configuração de unidades identitárias fixamente delimitadas, completas, acabadas, que se representam como o único lugar possível do ‘natural’ dos sentidos” (PAYER, 1996, p. 96).

Podemos lembrar aqui, uma vez mais, que o gesto de leitura sobre as materialidades dos textos jornalísticos, a despeito de atentarmos para a dinâmica das formações imaginárias, orientar-se-á não pela via da certeza de que há uma reprodução de sentidos já dados, mas sim pela via de que o sentido é afetado pela constituição de uma heterogeneidade enunciativa; a qual é fomentadora de representações. Isto é, na esteira teórica de Pêcheux, as possíveis representações estão associadas aos “pontos de deriva em que o sujeito passa no outro, onde o controle estratégico de seu discurso lhe escapa” (PÊCHEUX, 1990, p. 317).

Nessa medida, destacamos que a fase da Análise de Discurso francesa –AD3–, à qual nos filiamos, propõe a perspectiva da opacidade do sujeito, da história e da língua, ou seja, com maior precisão, essa fase se pauta na óptica da constituição de tais instâncias

pelo laço entre o Imaginário, o Simbólico e o Real.

Feitas as ressalvas cabíveis a respeito, salientamos que a relação de interlocução entre aquele que escreve – assinalado com a letra A, no jogo das formações imaginárias – com aquele que lê – assinalado com a letra B – é sustentada por mecanismos de projeção na língua, cujo funcionamento é fortemente regulado pelas ilusões acima mencionadas. Em outras palavras, e de modo consoante à teoria do discurso, os lugares de A e B estão representados por posições discursivas constituídas pelo jogo das formações imaginárias. No próximo capítulo, serão analisados, primeiro, alguns aspectos da imagem que o jornalista faz dele mesmo –**IA(A)**–, do leitor –**IA(B)**– e do objeto do discurso –**IA(R)**–, no caso, a imagem sobre Ayrton Senna (maior atenção analítica em virtude dos propósitos deste trabalho); segundo, possíveis manifestações de aspectos linguístico-discursivos apresentados nos textos jornalísticos, que foram engendrados segundo a imagem que o jornalista tem sobre o ato de escrever –**IA(E)**– e sobre a imagem (suposta pelo jornalista) que o leitor teria sobre o ato de escrever –**IB(E)**–. Não cabe examinar aqui as imagens que o leitor faz em relação a ele mesmo –**IB(B)**–, em relação ao jornalista –**IB(A)**–, em relação ao objeto discursivo –**IB(R)**– e em relação ao ato de escrever –**IB(E)**–, tendo em vista a falta de acesso às discursivizações produzidas por ele. Apresentamos na tabela (3.1) que se encontra na página 122 deste trabalho, o esboço das formações imaginárias elaboradas por Pêcheux.

A configuração das formações imaginárias, considerando o pólo de quem escreve, de acordo com a estruturação da tabela (3.1), possibilitou, por sua vez, construir o esboço das formações imaginárias sobre o ato de escrever, conforme feito por Riolfi e Ingreja. Tal inter-relação entre essas formações imaginárias (do processo discursivo e do ato de escrever) nos permitirá pensar na *representação de escrever* que ancora os textos jornalísticos selecionados para este trabalho. Mais: pensar nos possíveis “parâmetros norteadores com relação ao ato de escrever” (RIOLFI e INGREJA, 2007, p. 4), expressos pela via de marcas lexicais, sintáticas, etc. O que cria a ilusão de uma eficiência com a palavra, a ilusão de

Tabela 3.1: Esboço das Formações Imaginárias que constituem todo processo discursivo

Expressão que designa as formações imaginárias		Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária corres- pondente
A	IA(A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim”?
	IA(B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para eu lhe falar assim”?
B	IB(B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para ele me fale assim”?
	IB(A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim”?
A	IA(E)	“Ponto de vista” de A so- bre R	“De que lhe falo assim”?
B	IB(E)	“Ponto de vista” de B so- bre R	“De que ele me fala as- sim?”

FONTE: PÊCHEUX, 1990, p. 83-4

uma garantia do dizer e a ilusão de dominar o fluxo dos acontecimentos. Veja a tabela (3.2) que se encontra na página 123 deste trabalho, elaborada por elas.

Assim, a natureza do *ato de escrever* que constitui o imaginário das práticas jornalísticas que ora analisaremos respalda-se em dizeres que textualizam representações sobre o que é, supostamente, ser brasileiro. Para isso, observamos que aspectos do plano cultural são fortemente mobilizados (memórias discursivas) e relacionados com a constituição do social, tangenciados em um movimento de paixões, que envolve, ora aspectos que se referem ao gênero épico, ora ao dramático, ora ao conto de fadas. Daí a figura

Tabela 3.2: A imagem do ato de escrever gerada pela mídia escrita

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária corres- pondente
A IA(E)	Parâmetros de A para balizar E	“Como devo escrever para convencer o leitor de que meu texto é válido enquanto tal?”
B IB(E)	Parâmetros de B para balizar sua apropriação do produto de E de A	“Como ele escreve para me convencer de que seu fornecer texto é válido enquanto tal?”

FONTE: RIOLFI e INGREJA, 2007, p. 4

de “herói invencível” sobre Ayrton Senna explicita juntamente com os juízos de valor que compõem o efeito imaginário, como notaremos nas seguintes expressões: “menino-dínamo”, “nasce uma lenda”, “um rei das chuvas”, “maior piloto de todos os tempos”, “desenvoltura necessária (...) sob outro dilúvio”, “estrela que brilha com invulgar luz própria”. O que nos leva a perceber o investimento no Imaginário, que, por conseguinte, traz como efeito uma consistência, que se manifesta pela via de dizeres que apontam para crenças e para valores de (re)conhecimento de certa *brasilidade*.

3.4 Seleção e recorte das sequências discursivas do *corpus*

Ao propor a perspectiva de discurso como acontecimento, Pêcheux (1983) levou radicalmente a sério a questão da *materialidade discursiva*. Segundo ele, o estudo acerca do modo como se dão os processos de produção de dizeres exige obrigatoriamente o vínculo

com o funcionamento da língua. Sendo assim, compreendemos que a *descrição discursiva* (concebida também como um gesto de interpretação) sofreu implicações desse funcionamento pelo fato de: 1) o princípio essencial da língua consistir na ideia de um *sistema de signos*, cuja descrição é feita por meio das *relações internas ao sistema*. Não se trata mais do mundo empírico, pois essas relações pressupõem o processo de constituição de unidades discretas – signos linguísticos – (Cf. SAUSSURE, 1916); 2) *cada elemento* do sistema depende dos *outros elementos do conjunto*. Nessa óptica, podemos notar que a língua possui mecanismos de funcionamento de base que, por sua vez, possibilita o desenvolvimento dos processos de cada código linguístico.

Tendo em vista o exposto, percebemos que a descrição sobre a materialidade discursiva é construída a partir do acesso que se tem às representações deflagradas do objeto discursivo. Nesse aspecto, dado o processo de constituição de unidades discretas, notamos que o funcionamento da língua gera uma *hiância* entre o objeto, as suas imagens psíquicas e as suas representações. Tal *hiância* se prende, de um lado, ao fato de o objeto não possuir nenhuma propriedade intrínseca a ponto de motivar a constituição das suas imagens psíquicas e, de outro lado, ao fato de as representações produzidas em relação ao objeto não o serem, isto é, não serem o objeto que se apresenta no mundo e sim representações construídas sobre ele. Portanto, o procedimento de descrição comporta também o *gesto de corte* estabelecido pelo funcionamento da língua. Dito de outra maneira, a atividade de descrição é baseada na (im)possibilidade de se dizer algo sobre o objeto, pois há o *real da língua*⁴⁶ em operação. Eis os apontamentos teóricos do próprio Pêcheux (2002, p. 50):

⁴⁶Ao destacar que o *fato linguístico do equívoco* rompe, no plano do Simbólico, com a *consistência da representação*, Pêcheux ponderou que essa ruptura demonstra a natureza do *real da língua*, qual seja: de não se deixar reconhecer de maneira unívoca, conforme a sua incidência na própria ordem da língua (Cf. MILNER, 1987). Portanto, retomando Pêcheux (2002, p. 43), é “um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos”.

a primeira exigência consiste em dar o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas. Uma descrição, nesta perspectiva, não é uma apreensão fenomenológica ou hermenêutica na qual *descrever* se torna indiscernível de *interpretar*: essa concepção da descrição supõe ao contrário o reconhecimento de um real específico sobre o qual ela se instala: o real da língua⁴⁷ (...).

A incidência desse *real* na constituição do sentido (isto é, na sua construção a partir do batimento contínuo entre descrição e interpretação) implica, de acordo com Teixeira (2005, p. 195), “a impossibilidade da univocidade de significações” e o abandono da visão totalizante da análise de discurso, visto que o *real da língua* se põe (e se impõe) como limite. É a partir dessas considerações que pretendemos propor nosso *procedimento de análise*. Um procedimento construído com base no entendimento de que a descrição, vinculada à interpretação, será sempre produzida mediante traços parciais recortados da materialidade discursiva. Ou seja, o trabalho do analista de discurso é fortemente afetado pela natureza opaca da língua, de modo que somos levados a perceber que “tudo não se pode dizer” (MILNER, 1987, p. 19) em relação ao objeto discursivo.

No caso deste estudo, recorreremos a aspectos da materialidade discursiva para mostrar que o funcionamento dos dizeres engendrados pela escrita jornalística em tela se estabelece a partir da (re)organização de memórias discursivas, conforme destacamos na seção anterior. Assim, notamos uma base linguística que materializa as *relações de adjetivações* e de *adverbializações*, as quais sustentam respectivamente a produção da “invencibilidade” sobre Senna e o acirramento dessa produção. Como observaremos nas análises, essas relações se constituem na materialidade linguística por meio da manifestação de variados adjetivos e advérbios.

Nessa perspectiva, a seleção e o recorte das sequências discursivas que serão analisadas se orientarão, conforme nosso gesto de leitura sobre os textos mobilizados, pelo jogo de imagens entre jornalista, suposto leitor e objeto discursivo. É a partir da dinâmica desse jogo que daremos destaque às relações de adjetivações e de adverbializações.

⁴⁷Os grifos são do autor.

Com base no encaminhamento teórico-metodológico desta seção e das anteriores, destacamos que a análise será explorada, em quatro tempos, levando em conta as discursivizações sobre os acontecimentos discursivos que tangem aos seguintes títulos esportivos conquistados por Ayrton Senna: Campeão Mundial de F1 (09/11/1988), Bicampeão de F1 (21/02/1990) e Tricampeão Mundial de F1 (30/10/1991), bem como ao acontecimento discursivo de sua morte, discursivizado em 2006. Para tanto, tomando como ponto de partida a natureza do material em análise – textos jornalísticos escritos – formaremos e esquadriharemos estas expressões:

$$A = \begin{cases} IA(A) \\ IA(B) \\ IA(R) \\ IA(E) \end{cases}$$

Os resultados a serem expostos apontam para as seguintes imagens: 1) a imagem que o jornalista faz sobre ele mesmo –**IA(A)**– é uma imagem de “estrategista” e uma imagem de domínio do fluxo dos acontecimentos pelo fato de noticiá-los, sendo essas imagens recorrentes nos quatro tempos; 2) uma das imagens que o jornalista antecipa sobre o leitor –**IA(B)**– é a imagem de um fã de Ayrton Senna; 3) as imagens que os jornalistas fazem sobre o objeto discursivo –**IA(R)**–, isto é, sobre Ayrton Senna, são imagens de homem moderno (que age como máquina), de patriota modelo, de gênio, de piloto invencível, de herói, de homem hostil⁴⁸ (hostilidade para ratificar o aspecto da veracidade de Senna); 4) a imagem que os jornalistas fazem sobre o ato de escrever –**IA(E)**– é uma imagem de escrita representada por blocos imagéticos, que tornam o texto mais sedutor (recorrentes nos quatro tempos).

⁴⁸Compreendemos que o traço cultural de *hostilidade* assumiu, em nossa cultura, uma estabilização de sentido bem negativa. Trata-se de uma característica que marcaria supostamente um *perfil agressivo* de brasileiro. De nossa parte, entendemos que a *representação de hostilidade*, deflagrada a partir dos textos particularizados por este trabalho, sustém a imagem de um Senna agressivo diante de posturas pessoais e profissionais tidas como injustas, mais especificamente diante da suposta postura dúbia de Jean Marie

Passemos, a partir do próximo capítulo, às considerações analíticas.

Belestre, presidente da Federação Internacional de Automobilismo Esportivo –FISA–, em 1990, para com os assuntos dessa modalidade de esporte. Sendo assim, percebemos que esse traço cultural é fortemente marcado por um *trajeto de sentido* negativo; entretanto, na sequencialidade linguística da reportagem, compreendemos que esse traço se (re)atualiza, na própria via do *acontecimento de linguagem*, deixando entrever um possível *efeito outro* para esse traço. No capítulo 4, com base em nossa proposta de leitura para constituição do trabalho de análise, mostraremos que essa tendência de *(re)atualização de sentido* também parece ocorrer com as palavras “protótipo”, “andróide”. Notaremos, portanto, que esses possíveis “pontos de deriva” para o sentido se constituem a partir de dada leitura produzida por uma função enunciativa leitor.

Capítulo 4

Ayrton Senna: a construção de um mito da invencibilidade brasileira

4.1 Considerações iniciais

Neste capítulo, com base nos textos particularizados para este trabalho, mostraremos que o funcionamento discursivo dos dizeres produzidos sobre Ayrton Senna está fundamentado em certas *relações de adjetivações* e de *adverbializações*. A nosso ver, como enfatizaremos no trabalho de análise, a construção de tais relações contribui para a produção metafórica da invencibilidade de Senna. E mostraremos também que essas relações estão ancoradas em uma *representação de escrever* mediada por blocos imagéticos, conforme mencionamos no capítulo anterior.

Sendo assim, no decorrer de nossas análises, ser-nos-á possível demonstrar e analisar que o imbricamento entre o *linguístico* e o *histórico*, pela via da dimensão do *acontecimento discursivo*, torna visível certos aspectos deflagradores do acirramento dessa suposta invencibilidade construída sobre Senna.

Poderemos observar, portanto, a construção de uma *narrativização* que envolve Ayrton Senna em figurações espetacularizadas. Uma narrativa que tem a incidência constante de efeitos construídos pela manifestação de dizeres que nos remetem a aspectos sobre a questão da *representação de brasilidade*. E que cria, por sua vez, um efeito homo-

geneizante sobre a representação da subjetividade de Senna, de modo a tematizar o traço identificador de “piloto invencível”.

Ao longo deste capítulo, optaremos por desenvolver uma discussão que explore as diferentes imagens que são construídas sobre Senna, levando em conta as possíveis versões que a *representação de brasilidade* aí assume. De nossa parte, entendemos que o movimento analítico de pôr em relação as especificidades dessas imagens, a partir de cada tempo de análise, possibilitar-nos-á trabalhar as *relações de adjetivações* e de *adverbializações*, bem como determinados blocos imagéticos, como mecanismos linguístico-discursivo que realçam a associação de Senna a traços esperados de “nossa” suposta *brasilidade* – religiosidade, virilidade, orgulho das atitudes, dentre outros.

Nessa medida, compreendemos que a *(re)invenção de brasilidade* se vincula à imagem da nação como “uma narrativa contínua do progresso nacional, o narcisismo da geração em si” (BHABHA, 1990, p. 1) – constituída de aspectos discursivos deflagradores de certas memórias coletivas. Dessa forma, evidenciaremos os dizeres que procuram mostrar possíveis traços da produção metafórica sobredita; inclusive, analisaremos os dizeres que deixam entrever a expansão da imagem modelar de Senna: *modelo de piloto* para *modelo de homem*, *modelo de brasileiro*.

Vejamos, a seguir, as especificidades analíticas que se referem a cada tempo de análise.

4.2 Tempo 1: Discursivizações sobre o título *Campeão Mundial de F1*

A organização textual da primeira reportagem do material eleito para análise, intitulada *O vôo heróico de Senna rumo ao pódio – Combinando audácia e técnica, o piloto paulista acelera na chuva e chega ao seu primeiro título*, faz referência à imagem de genialidade de Senna como piloto campeão de Fórmula 1. Por isso, notamos a constitutividade de

Tabela 4.1: Comparações entre as conquistas automobilísticas de Senna com outros pilotos

Ano/Período	Feito de Senna	Piloto(s) comparado(s)
1963 e 1964	Anos em que pilotos conseguiram vencer, consecutivamente, o maior número de corridas de Fórmula 1, Senna supera a <u>marca de 7</u> , conseguindo <u>8 vitórias consecutivas</u>	Jim Clark(1963) e Alain Proust (1984)
1970 a 1980	35 podiums atingidos por piloto brasileiro em 10 anos, e Senna atinge o <u>mesmo número em cinco anos</u> de participação.	Emerson Fittipaldi
1988	<u>10 poles de Senna contra duas do segundo colocado</u> , até então tido como o mestre de corridas de Fórmula 1.	Alain Proust

dizeres que se referem a comparações entre os resultados automobilísticos de Senna e os de vários pilotos considerados também como bem-sucedidos ao longo da trajetória esportiva nessa modalidade de competição. Isso pode ser visto, por exemplo, em alguns trechos da reportagem, que estão organizados, resumidamente, na tabela (4.1), que se encontra acima.

Observamos que o atravessamento de palavras como “supera” e “atinge” no fio intradiscursivo (sequencialidade linguística) da reportagem produz um efeito de sentido que discursiviza a ênfase sobre o diferencial de Senna em relação a profissionais do automobilismo. A consequência imediata de tais ênfases, a nosso ver, é o início de um processo de transformação da figura de Senna em personagem que representa o traço de *invencibilidade do brasileiro*.

O operador argumentativo temporal “até então” (constante da terceira linha da tabela (4.1) e, por nós, sublinhada aí articula o surgimento de uma “nova categoria de piloto”, conforme expressão tomada da própria reportagem, com a existência das outras categorias; estas, agora, superadas por Senna. E a categoria a qual Senna pertence é

caracterizada recorrentemente por atravessamentos de adjetivos (investimento na descrição das qualidades supostas sobre Senna), tais como: “superdotado”, “imbatível”.

Ao pensarmos esses atravessamentos em termos de funcionamento discursivo, observamos que a estrutura da língua permite materializar uma *relação de adjetivação* por meio da seguinte estrutura sintática: *substantivo + adjetivo + conjunção aditiva + adjetivo*. Nessa estrutura, o substantivo tem sua compreensão afetada pelos adjetivos, de modo a atribuir-lhe uma qualidade. Na sequência discursiva (1), percebemos o funcionamento dessa estrutura sintática, conforme negritamos abaixo:

(1) (...) uma terceira categoria – formada apenas por **pilotos superdotados e capazes de voar baixo em qualquer circunstância**(...)

(Reportagem da Revista Veja, 9 de novembro de 1988, p. 87)

Aqui, essa *relação de adjetivação* provoca um efeito de sentido de produção de qualidades marcadamente mais elevadas sobre Senna. A partir de uma estrutura aditiva (marcada na sequência discursiva pela conjunção *e*), há um paralelo entre duas qualidades produzidas sobre Senna: “superdotado” e “capacidade de voar baixo em qualquer circunstância”. Nessa medida, poderíamos parafrasear, sob nossa perspectiva, esse paralelismo sintático nos seguintes termos: (...) *uma terceira categoria – formada apenas por pilotos que são não só superdotados, mas também capazes de voar baixo em qualquer circunstância* (...). Ambas estruturas sintáticas – a constante da sequência discursiva (1) e a construída por nós – indicam, em paralelo, uma relação de sentido acerca da “atribuição” de qualidades sobre Senna.

Ao que parece, tal *relação de adjetivação* nos permite pensar em uma tensão contraditória entre *excesso de dizer* e *falta de dizer*. Primeiro, porque a atribuição do adjetivo “superdotado” a Senna e, logo depois, a evidência de outra atribuição parece denotar que a suposta qualidade de “superdotado” é pouco para Senna; não é tudo, tendo em vista que, da parte do jornalista, ele é “mais” que superdotado. Segundo, porque os adjetivos, como classe gramatical que exprime qualidade, parecem não ser suficientes para

descrever as características a ele atribuídas pelo jornalista.

Dessa forma, compreendemos que a conjunção aditiva *e* presentifica uma *dobradura sintática* na sequencialidade linguística da reportagem, a partir da qual é entrevido certo transbordamento de sentido em relação às características construídas sobre Senna.

Ainda nessa sequência discursiva, observamos o funcionamento de uma *relação de adverbialização* (expressa pela estrutura “apenas por”, conforme assinalamos na sequência por meio do sublinhamento) que se vincula à relação de adjetivação. No caso, trata-se de um efeito de sentido restritivo sobre as qualidades listadas para a terceira categoria de piloto. Isto é, no âmbito imaginário, compreendemos que o funcionamento dessas duas relações pode denotar o efeito de uma classificação categórica sobre os tipos de piloto, de modo a tipificá-los sem “nenhuma possibilidade de furo”. Ademais, é um funcionamento discursivo que implica o investimento em comparações, nas evidências das similitudes (atração pela semelhança), nas relações especulares, etc., o que exalta, no caso, certo traço do ideal de ego nacional, qual seja: *domínio competitivo* (Cf. seção 2.3).

Assim, em Senna, há a projeção de um modelo de comportamento desejável – a invencibilidade –, apontado, no caso específico dessa reportagem, por dados estatísticos (“marca de 7”, “8 vitórias consecutivas”, “o mesmo número em cinco anos”, “10 poles de Senna contra duas do segundo colocado”, tais dizeres foram destacados na tabela (4.1) pelo recurso do sublinhamento) que expressam os recordes conquistados por ele.

Notamos, ao longo da reportagem, a manifestação de dizeres que produzem o efeito de construção de uma narrativa metafórica que toma como base um cenário (ou uma arena) de disputa, com circunstâncias adversas e desafiadoras. Trata-se de um cenário metaforizado a partir do lexema “circo”: lugar de espetáculos com atrações variadas, em que diversos profissionais, por meio do desenvolvimento de diferentes técnicas, exibem suas *performances*. Um lugar em que se apresentam movimentados espetáculos. Vejamos a sequência discursiva (2):

(2) (...) Senna, o **grande campeão** deste circo (...) mostrou ao mundo que em situações adversas e arriscadas, como a da chuva no Japão, seu **talento transborda** (...).

(Reportagem da Revista Veja, 9 de novembro de 1988, p. 82-5)

Em tal narrativa, tomando como referência a articulação linguística entre o artigo “o” e a *relação de adjetivação* “grande campeão”, é possível notar a construção do efeito metafórico de atribuição, em absoluto, da característica de “campeão” a Senna. Ao que parece, Senna consegue somar diferentes técnicas para obter êxito em “situações adversas e arriscadas”; aí está implicada, fortemente, a imagem de piloto modelar sobre Senna.

A *relação de adjetivação* novamente se materializa na base linguística da sequência discursiva (2), cujo funcionamento aponta para as especificações das circunstâncias em que Senna pilota. São especificações que denotam uma ação dramática, a partir da qual sua *performance* assume traços de grande espetáculo. A despeito de estar imerso em “situações adversas e arriscadas”, como, por exemplo, em pistas molhadas, Senna é capaz de criar “exemplarmente” (com talento em demasia a ponto de transbordar, segundo discursivizações da própria reportagem) alternativas para conquistar o título de campeão.

A configuração desse cenário como adverso e arriscado, aparentemente semelhante àquele em que Senna demonstrou suas habilidades de acordo com o tom discursivo da reportagem, nos possibilita fazer aqui uma associação subjetiva com os grandes espetáculos da antiga Roma.

Sendo assim, sob o enfoque dessa associação, compreendemos que há aí a (re)organização de possíveis aspectos discursivos produzidos pelos efeitos da história em relação às práticas das sociedades antigas (como, por exemplo, a romana) acerca da organização de grandes espetáculos – *lutas gladiatoriais*. Essas práticas serviam, conforme versões discursivas da historiografia, para demarcar as redes de relações culturais que eram formuladas em torno da questão da resistência física dos gladiadores. A (re)organização

desses aspectos, suturada às relações de adjetivações e de adverbializações, a nosso ver, confere determinada consistência e, ao mesmo tempo, inicia a estabilização de um sentido sobre Senna: “o brasileiro que atinge um ponto ideal para pilotar”. E isso alude à construção de um traço que supostamente marcaria a “nossa” brasilidade: a rapidez. Aqui, podemos recuperar o título da reportagem: “O vôo heróico de Senna rumo ao pódio (...)” em que esse traço encontra-se textualizado. Inclusive, poderíamos construir uma paráfrase sobre a expressão “o vôo heróico” de dois modos, a saber: *o avanço rápido de Senna (...)* ou *o drible até no tempo feito por Senna (...)*.

Essa expressão parece produzir, na reportagem, o efeito de certa atualização discursiva de uma característica atribuída a personagens de determinadas narrativas literárias (infanto-juvenis ou não). Sob essa associação, compreendemos que o adjetivo “heroico” deixa deflagrar a vinculação dos feitos de Senna a um ato de heroísmo; assim, no bojo dessa expressão, entendemos a possibilidade do seguinte sentido: ele se arroja ao perigo com valentia e técnica em cumprimento do dever patriótico de nos representar nas corridas automobilísticas.

Nesse sentido, levando em consideração a presentificação de certos fenômenos de linguagem, como *dobraduras*, *intercalações*, dentre outros, na materialidade da reportagem, é possível ressaltar, a nosso ver, que a imagem que o jornalista faz sobre ele mesmo – **IA(A)** –, portanto, traçando um perfil de “quem sou eu para lhe falar assim?”, parece ser uma imagem de “estrategista” e uma imagem de domínio do fluxo dos acontecimentos. Ilusoriamente, a manifestação de heterogeneidades enunciativas marcadas – dizeres de profissionais de variadas funções do meio esportivo, segundo ilustra a sequência discursiva (3) – figura como “estratégia”, da parte do jornalista, para justificar, de modo irrefutável, seu dizer. Eis a sequência discursiva (3):

(3) “O Senna é o mais perfeito protótipo de um piloto de Fórmula 1 que já vi”, **diz o projetista francês Gérard Ducarouge**, da equipe Lótus (...)

(Reportagem da Revista Veja, 9 de novembro de 1988, p. 82-5)

Entendemos, portanto, que a apresentação textual da opinião de Gérard Ducarouge sobre Senna parece ser mobilizada, da parte do jornalista, possivelmente, como *fator de argumentação* para o assunto da reportagem, qual seja: o diferencial de Senna nas pistas automobilísticas. Daí notarmos que a presentificação da opinião de um projetista (técnico em empreendimentos mecânicos e eletrônicos), para melhor dizer o que o jornalista afirma na reportagem, deixa deflagrar certo processo significativo que corrobora a ilusão de unicidade do dizer do jornalista.

Ao ser afetado por uma heterogeneidade de dizeres que marca a constituição do sentido, o jornalista produziu, no plano imaginário, uma “negociação necessária” com esse afetamento. Assim, notamos que o sentido que transpassa o intradiscurso, conforme materialidade linguística da sequência discursiva (3), é constituído também pelas *relações de adverbializações e de adjetivações*, respectivamente, materializadas por “mais” e “perfeito”.

A “negociação necessária” produz certa representação de que o funcionamento do interdiscurso e do intradiscurso é passível de superpor numa relação de totalidade. Como se todo dizer, ao atravessar o intradiscurso, se linearizasse. Isto é, como se não houvesse a constituição discursiva de “dobras parafrásticas denegativa de um dizer exterior que resiste ao processo de linearização do dizer” (Cf. AGUSTINI, 2007, p. 309). Daí, conforme mencionamos anteriormente, a ilusão de que o jornalista mobiliza as marcas da heterogeneidade como *fator de argumentação*, a ponto de extirpar, imaginariamente, o funcionamento específico entre o sentido e os seus modos de se materializar. Uma mobilização que, sob o foco do registro do Imaginário, parece deflagrar a ideia de que ele é a origem dos sentidos, já que “seu” significar supostamente é marcado pela literalidade (isto é, pela evidência do sentido). Dessa forma, ao que parece, as narrativizações construídas na reportagem contemplam, da parte do jornalista, fatos relevantes da vida e da carreira profissional de Senna. Por isso, a justificativa para noticiá-los.

E, levando em conta certos aspectos da narrativização sobre Senna, compreen-

demos que uma ordem discursiva – *instância de discursivização* – se constitui a partir da pluralidade de filiações históricas deflagradas por meio das reportagens. Sob essa consideração, como vimos ressaltando neste trabalho, compreendemos, portanto, que no significar do jornalista outros sentidos aí se colocam. Eis aí uma questão que nos intriga e sobre a qual, neste capítulo, estamos nos detendo. Inclusive, dado o ponto de vista teórico assumido aqui, entendemos que é a partir dessa instância que os dizeres, ao se atualizarem pela via do acontecimento discursivo, constroem uma imagem idealizada sobre Senna. É o caso, por exemplo, do efeito produzido pela expressão “vôo heroico” que anteriormente mencionamos.

No que se refere à antecipação da imagem que o jornalista parece fazer sobre o leitor –**IA(B)**–, delineando o “quem é ele para que eu lhe fale assim?”, observamos estas possíveis imagens 1) fã de Ayrton Senna; 2) brasileiro interessado por notícias do esporte; 3) profissional da área do automobilismo; 4) leitor curioso por notícias automobilísticas do momento.

Colocando-se supostamente no lugar dos possíveis leitores de seu texto, a nosso ver, o jornalista discursiviza a concepção de um piloto superdotado ou genial, como afirmamos nos parágrafos antecedentes, a partir de comparativos entre Senna e seus adversários ou seus antecessores. Aqui, a imagem modelar de Senna, uma vez mais, parece ser reiterada a partir da palavra “protótipo”; Senna seria o possível padrão de piloto.

Na configuração enunciativa da reportagem, as formulações dos dizeres fazem significar, de maneira particular, o conjunto de enunciações *já-ditas* sobre o uso da palavra “protótipo”. Essa palavra, que tem um *trajeto de dizer* bastante relacionado com os sentidos determinados pela área das ciências das construções civis, militares e navais (Engenharia), ao (ir)romper (n)o fio do dizer, provoca um efeito de que Senna também parece ser uma construção, ser uma máquina ou, até mesmo, ser um empreendimento. Portanto, um homem que age como máquina, que tem um funcionamento de máquina.

Nessa medida, a imagem antecipada, dada nossa leitura, é a de um leitor que

parece ter acesso à discursividade da palavra “protótipo”. Ou, possivelmente, de um leitor familiarizado com a questão de que os grandes projetos tecnológicos das Engenharias se orientam pela seguinte prática: construção de uma “produção piloto” (feita pela primeira vez) e, muitas vezes, depois disso, ela passa a ser copiada ou imitada.

Percebemos que o Um (ilusão da unidade textual), nesta reportagem, é retomado constantemente por meio de comentários e de explicações laterais, na tentativa de construir um sistema de evidências, isto é, um efeito de unidade. Porém, essa retomada – irrupção de pontos de não-um (nos termos de Agustini, a constituição das dobraduras do dizer) –, mostra o não-controle sobre o próprio dizer; mostra o funcionamento específico do interdiscurso e do intradiscurso. É o caso, por exemplo, do aposto que se materializa na sequência discursiva (2), anteriormente descrita. Aí notamos que o nome Senna recebe uma especificação de “o grande campeão”.

Assim, a despeito de o jornalista antecipar a imagem dos possíveis leitores de seu texto e de formular seu dizer tomando como base a imagem antecipada, observamos que o mecanismo de antecipação não garante a argumentação nem a evidência de sentido sobre a materialidade linguística. Por exemplo, é o caso da palavra “protótipo”, em que o (re)conhecimento do sentido não está na materialidade da linguagem, mas, sim, no *trajeto do dizer* (o qual aponta para traços de uma memória discursiva) que desenrola o efeito metafórico de tal palavra. Daí a necessidade de o leitor ser afetado, dada a dispersão dos dizeres, por aspectos da memória discursiva da referida palavra para compreender o modo como se estabelece o funcionamento discursivo dessa memória que emerge na e da própria linha do dizer. O mesmo ocorre com os dizeres que nos remetem ao universo da gladiatura romana, de acordo com a leitura que fizemos acima, pois, de nosso lado, fomos afetados por essas memórias e não por outras.

No que concerne à imagem que o jornalista faz sobre o objeto discursivo –**IA(R)** –, tomando como orientação a indagação “de que lhe falo assim”, reconhecemos a imagem de genialidade e a imagem de homem moderno (que age como máquina ou que é parte

integrante dela) construída sobre Ayrton Senna.

Nessa reportagem, discursivamente, há uma analogia entre as atitudes de Senna nas pistas do automobilismo com o funcionamento de uma máquina de grande velocidade. Trata-se de um investimento no sentido, de modo que “cada significante vale como um elemento pictórico utilizado para compor uma cena” (RIOLFI e INGREJA, 2007, p. 6). A expressão “vôo heroico”, na reportagem, ao ser atribuída a Senna, produz também um efeito de sentido que o envolve em uma cena característica de uma produção cinematográfica com fortes efeitos especiais. E, na cena pincelada pela reportagem, o protagonista é o próprio Senna, valendo-se apenas de sua audácia. O que nos permite dizer que a imagem que o jornalista faz sobre o ato de escrever $-IA(E)-$, circunscrita pela expressão “parâmetros de A para balizar E”, parece estar pautada na noção de representação de escrever mediada por essa e outras imagens advindas de blocos imagéticos.

Desse modo, na reportagem em tela, a narrativização sobre Senna perpassa a construção de um efeito de unidade em que toda a sua trajetória nas corridas automobilísticas (Kart, Fórmula Ford 1 600, Fórmula 2000 e Fórmula 3) é descrita como uma história de muitos recordes alcançados e, sobretudo, de muita genialidade, como, por exemplo, o fato de Senna ter corrido a Fórmula Ford 1 600 com um carro sem freios. E que a conquista do título de Campeão Mundial de Fórmula 1 advém do aperfeiçoamento de suas habilidades. Ao que parece, a partir dessa narrativização, Senna seria um “empreendimento tecnológico” em constante aperfeiçoamento.

Até aqui, portanto, observamos que a construção das *relações de adjetivações e de adverbializações*, dadas as especificidades que as marcam, nos possibilita pensar em uma produção metafórica de Senna como um “herói brasileiro” modelar. E, por isso, notamos, por sua vez, que a recorrência de aspectos discursivos dessa produção metafórica, como, por exemplo, Senna na condição de “protótipo” parece ser um traço necessário para o acentuamento da questão da invencibilidade do brasileiro.

Consideremos, a seguir, os apontamentos analíticos sobre o Tempo 2.

4.3 Tempo 2: Discursivizações sobre o título *Bi-campeão Mundial de F1*

A segunda reportagem, considerada como especial pela Revista Veja, com chamada de capa, cuja manchete foi: *Senna – Um herói e seus enigmas*, tematiza o comportamento hostil de Ayrton Senna para com seus colegas de automobilismo, bem como as atitudes impulsivas dele tanto nas ultrapassagens durante as corridas (a audácia, afirmada e enfatizada no Tempo 1) quanto em suas declarações; é o caso, por exemplo, da afirmação categórica de que os resultados do campeonato mundial de 1989 foram manipulados por Jean Marie Belestre, presidente na época da Federação Internacional de Automobilismo Esportivo – FISA. Vejamos a sequência discursiva (4) que destaca a afirmação de Senna:

(4) (...) “Não posso explicar outra coisa além do que se viu: **a grande manipulação do campeonato de 1989.**”

(Reportagem da Revista Veja, 21 de fevereiro de 1990, p. 54)

Percebemos aí que o atravessamento da heterogeneidade enunciativa marcada (próprio dizer atribuído a Senna, cuja ênfase recai sobre o aposto “a grande manipulação do campeonato de 1989”) constrói, do ponto de vista do registro do Imaginário, certo efeito de veracidade para aquilo que o jornalista afirma na reportagem. Assim, compreendemos que o movimento de dar voz a Senna na própria reportagem, da parte do jornalista, parece estar relacionado à tentativa de que isso melhor diz o que o jornalista destaca a partir da reportagem.

Na reportagem, esse embate entre Senna e o presidente da FISA é discursivizado com uma tendência que constrói uma imagem de homem hostil (hostilidade no sentido de verdadeiro, que não aceita injustiças) sobre Senna. Uma imagem que, ao longo da reportagem, expressa o ideal de uma vida transparente, coerente e, sobretudo, condizente com as crenças religiosas de Senna (sequência discursiva 5). Eis a sequência discursiva (5):

(5) (...) Ele é um **superdotado** que gosta de ficar no quarto lendo a Bíblia e que nunca se aproxima de bebidas alcoólicas, baralhos ou mesas de sinuca.

(Reportagem da Revista Veja, 21 de fevereiro de 1990, p. 59)

Nessa sequência discursiva, uma vez mais, observamos o modo de funcionamento da *relação de adjetivação* a partir da palavra “superdotado”. Trata-se, portanto, de uma relação que marca, na materialidade linguística, um vínculo discursivo com a construção da imagem ideal sobre Senna. Um brasileiro que é “dotado de inteligência superior à média”, de acordo com a reportagem.

A partir de tal sequência discursiva, percebemos que a construção do *jogo morfossintático* entre as *orações adjetivas restritivas*, quais sejam: “que gosta de ficar no quarto lendo a Bíblia” e “que nunca se aproxima de bebidas alcoólicas, baralhos ou mesas de sinuca”, parece produzir o efeito de expansão da imagem de Senna como *piloto modelo* para *homem modelo*, *brasileiro modelo*. Mais: notamos aí também que o reforço da religiosidade de Senna se estabelece pela via da denegação de certas atitudes que supostamente depõem contra o “bom cristão”.

A construção da seguinte *relação de adverbialização* “nunca se aproxima” produz a denegação, pela via de um paralelismo, de atitudes que presumivelmente estariam ligadas a um perfil de cristão negligente para com as crenças religiosas. Inclusive, de um perfil de cristão que não se orienta pelos ensinamentos constantes da Bíblia ou, até mesmo, de um cristão que não possui a prática de ler a Bíblia. Sendo assim, entendemos que o efeito de *expansão de imagens* sobre Senna, conforme destacamos a pouco, deixa entrever um traço bastante característico de “nossa” *representação de brasilidade*, a saber: a *questão da religiosidade*. Em Senna, a representação de brasileiro, ao que parece, estaria fortemente perpassada pela questão da religiosidade.

Sob a perspectiva desse jogo morfossintático, compreendemos o seguinte efeito de sentido produzido: Senna seria um brasileiro modelo, além de ser um piloto (profissional do automobilismo) também modelo.

Nessa medida, associado a uma imagem de *piloto modelo*, é possível notar a produção da ideia de que Senna unia valores que estavam supostos no ideal de homem brasileiro. Vejamos a sequência discursiva (6):

(6) (...) “Por **questão de princípio**, para preservar minha **integridade de homem**, recusei de imediato. Dessa forma não haveria negociação”(…) “Vou viver com a certeza de que **agi corretamente**”.

(Reportagem da Revista Veja, 21 de fevereiro de 1990, p. 59)

Essa sequência discursiva retrata os dizeres do próprio Senna e que, na reportagem, são marcados com aspas (dizer que atravessa e que constitui, no interior da reportagem, “um discurso outro que se *associa* ao discurso que está se fazendo, impondo-se a ele pelo jogo de forças e de associações que atravessam o campo interdiscursivo global em que se produz o discurso⁴⁹” AUTHIER-REVUZ, 1999, p. 27).

Desse modo, com base em tal sequência discursiva, notamos que novamente o jornalista dá voz a Senna para reforçar sua própria afirmação, bem como para produzir certo efeito de veracidade sobre a imagem criada, por ele, em relação a Senna. É possível observar aí que a imagem modelar de homem é reforçada pelo ideal de conduta expresso pelo próprio Senna. Assim, a partir da *oração subordinada adverbial causal reduzida de infinitivo*, a saber: “para preservar minha integridade de homem” – destacada, por nós, na sequência pelo recurso do sublinhamento –, percebermos a expressão de orgulho de Senna em não aceitar as circunstâncias de possíveis falcatriuas e desonestidades do meio esportivo da Fórmula 1.

Sob o enfoque da imagem modelar de Senna como homem, compreendemos que, dado o tom discursivo da reportagem, essa luta travada por ele contra as falcatriuas do meio esportivo parece ser uma postura que se vincula a um traço de “sua” virilidade – supostamente um traço que se aplica a sua condição de homem brasileiro, conforme podemos pensar a partir do adjunto adnominal “de homem”. E a expressão desse ideal de conduta vislumbrado por Senna pode ser apreendido pela seguinte *relação de adverbialização*: “agi corretamente”; o advérbio de modo “corretamente”, ao que parece, deixa deflagrar esse modelo de conduta.

⁴⁹Grifos da autora

Retomando Agustini (2007), essa “associação” entre dizeres, dado o modo de constituição, se manifesta via dobra *parafrástica denegativa*. Ou seja: para que um dizer se inscreva na sequencialidade discursiva, observamos que seu estatuto de irrupção se estabelece de uma forma e não de outra pelo fato de os critérios subjetivos serem como filtros para o domínio dos sentidos. Nesse ponto, podemos ressaltar que a noção de *afetamento* é bastante plausível, pois se algo “ecoa” (Cf. AGUSTINI, 2007,) no intradiscurso, é porque houve afetamento pelo “dizer exterior”. Nessa medida, as aspas marcam um já-dito pelo próprio Senna; e que, ao irromper na materialidade da reportagem, nos possibilita pensar que o jornalista parece ter sido afetado pelo traço de orgulho de Senna em “prezar pela integridade de homem”. Portanto, notamos se configurar aí uma intersecção do já-dito com o dito, um deslizamento de um dizer em outro.

Outra imagem (imbricada no ideal de homem brasileiro) que podemos observar, nesta reportagem, é a imagem de homem discreto – como virtude esperada –, conforme mostra a sequência discursiva (7) a seguir:

(7) (...) Ninguém consegue arrancar de Senna declarações mais definitivas sobre esse relacionamento [o **dele com Xuxa** - lembrete nosso] e tampouco os amigos arriscam-se a dar qualquer palpite.
(Reportagem da Revista Veja, 21 de fevereiro de 1990, p. 58)

Entendemos que aí está representado o *traço de discrição* também suposto na imagem de *homem modelo*. Uma representação de um Senna comedido, bastante discreto.

Essa imagem parece ter pertinência, a nosso ver, com a imagem antecipada de um leitor –**IA(B)**– que se interessa por características pessoais da vida de Senna. Trata-se de questionamentos que vão para além da apresentação pública das posturas de Senna. Por isso, parece ser uma justificativa, da parte do jornalista, sobre o fato de ele não noticiar com certos detalhes aspectos acerca da vida pessoal de Senna; daí, a especulação sobre a vida pessoal do piloto.

Aqui, levando em conta essa representação de leitor, percebemos que tanto a construção das relações de adjetivações e de adverbializações quanto o atravessamento dos

próprios dizeres de Senna parecem apontar para essa expansão da imagem de *modelo de piloto* para *modelo de homem*; tanto que, como vimos anteriormente, o *traço de virilidade* e o *traço de discricção* foram fortemente discursivizados.

Nessa óptica, quanto à imagem que o jornalista faz sobre o objeto discursivo –**IA(R)**–, levando em conta a indagação “de que lhe falo assim”, neste tempo 2, são, a nosso ver, duas imagens: 1) imagem de homem hostil e viril (com um viés discursivo sobre um Senna imbuído de uma “verdade transparente” e que luta contra falcatruas e desonestidades do meio esportivo da Fórmula 1, como já destacamos aqui), 2) imagem de homem discreto (característica que expressa uma virtude esperada em nossa sociedade brasileira). Notamos que as imagens manifestadas no tempo 1 são no tempo 2 ratificadas por dizeres que contribuem para a consolidação da imagem de genialidade e a imagem de homem moderno (que age como máquina ou que é parte integrante dela) sobre Senna. Vejamos as sequências discursivas (8) e (9) que, respectivamente, constroem a ideia de tais imagens.

(8) (...) Ele já consta do livro de Guinness de recordes como o piloto que venceu **mais** provas numa temporada... e que **mais** *pole positions* conquistou.

(Reportagem da Revista Veja, 21 de fevereiro de 1990, p. 60)

(9) (...) Ayrton Senna tem uma **imagem asséptica** de um **robô bem planejado** em que cada gesto tem uma razão de ser.

(Reportagem da Revista Veja, 21 de fevereiro de 1990, p. 59)

Ao atentarmos para a tendência das relações de adjetivações e de adverbializações que marcam o funcionamento dos dizeres recortados nas sequências (8) e (9), observamos a produção do efeito de sentido de intensificação sobre as habilidades desportivas “peculiares” a Senna.

Uma possível leitura que poderíamos fazer concernente à sequência discursiva (8) seria: *Senna com suas habilidades e com sua técnica conquistou os números mais extraordinários do automobilismo, os quais se encontram oficialmente registrados*. Aí o advérbio “já”, destacado por nós na sequência discursiva pelo recurso do sublinhamento,

denota o sentido de que, em tão pouco tempo, Senna conquistou resultados surpreendentes nas corridas automobilísticas.

Na sequência discursiva (9), a relação de adjetivação (estabelecida pelo adjetivo “planejado”) tem seu estatuto modificado em decorrência da relação de adverbialização (expresso pelo advérbio “bem”). Em tal sequência, há também outra relação de adjetivação que se apresenta desta maneira: “imagem asséptica”. Sendo assim, compreendemos dois sistemas específicos em funcionamento: o primeiro diz respeito à relação de adjetivação materializada pela estrutura *substantivo + adjetivo* = “imagem asséptica”; o segundo concerne à relação de adjetivação que, por sua vez, se vincula à relação de adverbialização, com a seguinte estrutura *substantivo + advérbio + adjetivo* = “robô bem planejado”. Ao que parece, o segundo funcionamento indicia uma ênfase mais representativa sobre o suposto desempenho automobilístico de Senna.

É possível notar, ainda na sequência discursiva (9), a construção da seguinte oração adjetiva explicativa “em que cada gesto tem uma razão de ser”, grifada por nós na sequência discursiva pelo recurso do sublinhamento; essa oração produz o *efeito de realce* sobre a característica metafórica que já fora destacada em relação a Senna, qual seja: “robô bem planejado”. Aqui, cabe-nos ressaltar que o lexema “robô”, associado por nós ao lexema “protótipo” (destacado no Tempo 1), parece denotar, uma vez mais, a ideia de Senna como uma máquina, um empreendimento construído.

A manifestação de heterogeneidades mostradas marcadas, ao longo da reportagem, é indício do alto grau de afetamento pelo exterior discursivo. Desse modo, a relação predominante com esse exterior é a “apropriação” sobre o *discurso outro* que, por sua vez, é “integrado” ao discurso que se produz.

A “quebra” constante do fio discursivo (isto é, o atravessamento de *dizeres outros*) produz o efeito da forte predicação acerca das imagens produzidas sobre Ayrton Senna e, sobretudo, um efeito de “empréstimo” de dizeres que sustenta a opinião do jornalista. Como vimos destacando neste capítulo, o atravessamento de *dizeres outros* produz o efeito

de autoridade do jornalista frente àquilo que ele tematiza nas reportagens; são dizeres de outros para melhor dizer o mesmo da representação que o jornalista faz sobre Senna.

Apresentamos, na tabela (4.2), a configuração das explicações laterais (marcadas, na reportagem, por meio do recurso de sinais de pontuação: vírgula e travessão) e o uso das aspas (expressões aspeadas com o intuito de sugerir uma diferenciação entre “as palavras do jornalista” e “as palavras dos outros”; daí a ilusão de manter as palavras dos outros a distância pelo recurso das aspas). A tabela (4.2) encontra-se na página seguinte.

Tabela 4.2: Explicações laterais e dizeres aspeados

Nomes	Explicações laterais que constam da reportagem	Dizeres aspeados
Jean Marie Balestre	Presidente da Fisa a quem Senna acusou diretamente de manipular a temporada de 1989, e que desclassificou Senna e quase o impediu de participar do campeonato de 1990.	“O piloto e Dennis (chefe da equipe da McLaren) falaram com Balestre dezenas de vezes ao telefone, desde que o dirigente francês anunciara o banimento de Senna em janeiro.”p. 55.
Alain Prost	Principal rival de Senna e com quem o relacionamento era explicitamente de animosidades.	“Senna angariou uma série de desafetos, como os franceses Jean-Marie Balestre, o todopoderoso da Fisa, e Alain Prost. Foi por causa de suas divergências com Prost que Senna ganhou a inimizade do cartola...”p.58.
Nelson Piquet	Explicitava claramente sua inimizade com Senna, a quem ele se dirigia, de forma depreciada, como “Motorista de taxi”	“Senna mantém há anos uma batalha pessoal com o inglês Nigel Mansell, com quem já se engalfinhou varias vezes, e com o tricampeão mundial Nelson Piquet, que o chama constantemente de motorista de taxi”p. 58.
Viviane Lalli	Psicóloga e Irmã de Senna, “a quem ele recorre quando está em dificuldades.”	“Ele recorre sempre à irmã quando está em dificuldades ... Sinto que meu irmão não se contenta em ser piloto apenas, ele que mais alguma coisa, sempre quer mais alguma coisa.”p. 58.
Nuno Cobra	Médico Cardiologista do Tenista sueco Bjorn e de Senna; quem considerou que ambos tinham uma capacidade cardíaca fantástica, fundamentada nos baixos batimentos cardíacos dos esportistas.	“A aura de frieza de Senna é algo semelhante à que transmitia há alguns anos o extenista sueco Bjorn Borg”... “isso é fantástico, pois mostra que a capacidade cardiológica dele é enorme.”p. 59.
Thierry Boutsen	Único membro da equipe da Williams, com o qual Senna mantinha relações sociais constantes.	“De toda a caravana de equipes com mecânicos e pilotos, somente um deles, Thierry Boutsen, da Williams, mantém com Senna relações sociais...”p. 56.
Xuxa	Amiga íntima de Senna, e nuances de um afeto amoroso entre os dois.	“Ninguém sabe ao certo se ele namora mesmo Xuxa ou se tudo não passa de uma bem-sucedida mútua promoção...- “Ele é muito carente e às vezes passamos horas no telefone”(Xuxa) ... – “Gosto bastante dela e somos amigos íntimos (Senna)”. p. 58.

Notaremos que esses recursos (tipográficos ou não) nos permitem pensar na tendência subjetiva em linearizar o próprio funcionamento dos dizeres; principalmente, por se tratar de dizeres que receberam um tratamento formal, segundo as orientações do código linguístico do Português Brasileiro em sua vertente padrão, já que se trata de um periódico jornalístico. Ver a tabela (4.2), na página anterior.

Quanto à imagem que o jornalista faz dele mesmo $-\mathbf{IA}(\mathbf{A})-$ e à imagem sobre o ato de escrever $-\mathbf{IA}(\mathbf{E})-$, notamos, a nosso ver, a mesma construção de imagens que se manifestaram no tempo 1. A nossa leitura sobre essas imagens supostas se orienta pela tendência de escrita jornalística que aqui vimos analisando.

Até aqui, neste tempo 2, compreendemos que a narrativização sobre Ayrton Senna permeia a forte tendência imaginária de atribuição de novos valores a ele: lealdade (pessoal e grupal), sinceridade (a transparência de intenções), constância nas convicções. Além do investimento em ressonâncias de blocos de imagens que representam o efeito de extraordinariedade sobre Senna (“Senna, o fenômeno”, “o estilo Senna de pilotar”, “Ayrton é um ET, um ser de outro planeta”), compreendemos também, neste tempo, a construção da imagem de “herói” e de “piloto invencível” sobre Senna, que no tempo 3 e, sobretudo, no 4 será acirrada. É o que veremos a seguir.

4.4 Tempo 3: Discursivizações sobre o título: *Tricampeão Mundial de F1*

Na reportagem *Segredo do herói*, observamos que a imagem de piloto invencível e a imagem de herói $-\mathbf{IA}(\mathbf{R})-$ sobre Senna são construídas a partir de atributos que implicam certo efeito de ênfase sobre o estilo Senna de pilotar (mencionado no Tempo 2 e, agora, destacado – ver sequência discursiva 10, abaixo); e o que observamos é que a reportagem trata de esclarecer os motivos pelos quais Senna é merecedor do reconhecimento do título de Tricampeão mundial de F1. Observemos a sequência discursiva (10) a seguir:

(10) Claro que **coragem** ainda é um **fator essencial** – mas o que define um **piloto vencedor** nesta década de 90 é uma tábua de habilidades bem mais ampla. O que o tricampeonato de Senna mostra é que um piloto vencedor atualmente tem que ser ao mesmo tempo um **negociador** (para chegar e permanecer numa equipe de ponta), um **diplomata** (para estabelecer uma tática comum com o colega de equipe), um **técnico** (para orientar os engenheiros), um **publicitário** (para lapidar e vender a própria imagem) e, principalmente, um **empresário** (para harmonizar todas as complexas engrenagens humanas, tecnológicas, mercadológicas e esportivas em torno de si próprio e de seu objetivo de ser campeão). O paulista Ayrton Senna da Silva, 31 anos, **piloto número 1** da McLaren e do mundo **é tudo isso**.
(Reportagem da Revista Veja, 30 de outubro de 1991, p. 57)

Neste tempo de análise, as relações de adjetivações e de adverbializações também produzem o efeito de valorização sobre as habilidades desportivas atribuídas a Senna. Aqui, as qualificações – já funcionando como nomeações, conforme assinalamos, em negrito, na sequência discursiva(10) – constroem uma imagem de *brasileiro versátil* que consegue associar habilidades automobilísticas “bem mais amplas” (termos da própria reportagem) das que, até então, haviam sido produzidas antes da década de 90. Aí entendemos que a construção da relação de adverbialização, qual seja: “bem mais” + “amplas”, parece denotar certa intensificação sobre as habilidades de Senna; ele seria um profissional que agrega as características de: “negociador”, “diplomata”, “técnico”, “publicitário”, “empresário”.

De posse dessas qualificações, é possível pensar que a “terceira categoria” de piloto inaugurada por Senna, conforme mencionamos no Tempo 1, a partir da sequência discursiva (1), recebeu agora outras atribuições. Assim, por meio de certo paralelismo linguístico, percebemos que as atribuições, supostamente relativas a Senna, são apresentadas e justificadas, na reportagem, pela via das possíveis implicações que elas oferecem ao mundo automobilístico.

Após esse paralelismo linguístico, notamos a manifestação do seguinte aposto resumidor “tudo isso”, também assinalado, em negrito, na sequência discursiva (10); compreendemos que esse aposto constrói determinado jogo interno entre a *série de habilidade*

suposta sobre Senna e o *pronome* “tudo”, o qual também se atribui a Senna. Sendo assim, a partir desse jogo, é possível construir a seguinte relação: Senna é um profissional que consegue agregar/resumir variadas habilidades, as quais parecem marcar sua diferença na condição de “piloto vencedor”.

A nosso ver, na sequência (10), essa diferença se apresenta, discursivamente, a partir do jogo linguístico entre o advérbio de tempo “atualmente” e a expressão “ao mesmo tempo”. Observamos que esse jogo linguístico constrói certo efeito de sentido de que Senna inaugura um estilo Senna de pilotar. Outro indício linguístico passível de ser deflagrado dessa sequência discursiva é o jogo morfossintático entre os sintagmas nominais “da McLaren” e “do mundo”. Ao que parece, tal indício produz sobre Senna a atribuição, em absoluto, da qualidade de melhor piloto. Daí a menção a Senna de “piloto número 1”, conforme notamos por meio do aposto explicativo “piloto número 1 da McLaren e do mundo”.

Nessa sequência discursiva, dado o ponto de vista teórico assumido neste trabalho, podemos dizer que o Um imaginário sobre a sequencialidade discursiva é retomado por meio de uma oração adversativa (encabeçada pela conjunção *mas* – “mas o que define um piloto vencedor nesta década de 90 é uma tábua de habilidades bem mais ampla”) que introduz uma restrição quanto à classificação de um piloto como vencedor, tendo em vista a evolução tecnológica dos carros de Fórmula 1 na década de 90. Assim, conforme a sequência discursiva (10), um “piloto vencedor” (presentificação da relação de adjetivação) necessita não só de coragem, mas também de habilidades mais concretas e diversificadas – ver na sequência discursiva (10) o modo como as nomeações “predicam” Senna –, como as que supostamente são exclusivas a Senna. É suposta uma matriz moral, intelectual e profissional, em Senna, que nos remete ao ideal de homem (mais precisamente, de *brasileiro*), cujas descrições qualitativas se assentam na natureza do imaginário.

Assim, de acordo com a sequência discursiva (10), um “piloto vencedor” (presentificação da relação de adjetivação) necessita não só de coragem, mas também de ha-

bilidades mais concretas e diversificadas (ver na sequência discursiva acima o modo como as nomeações “predicam” Senna), como as que supostamente são exclusivas a Senna. É suposta uma matriz moral, intelectual e profissional, em Senna, que nos remete ao ideal de homem (mais precisamente, de brasileiro), cujas descrições qualitativas se assentam na natureza do Imaginário.

Ao longo da reportagem (de duas páginas), o que nos chama atenção é a recorrência de fotos, que representam a *performance* de Senna nas pistas molhadas e que mostram as partes do carro que ele pilota. Abaixo de cada foto, podemos notar os seguintes dizeres:

(11) Pneus – No GP da Hungria, Senna contrariou uma decisão técnica e escolheu outros pneus. **Venceu.**

(Reportagem da Revista Veja, 30 de outubro de 1991, p. 58)

(12) Motor – Sabe arrancar do motor toda a potência que ele pode dar **sem desgastes excessivos. Raramente estoura o motor.**

(Reportagem da Revista Veja, 30 de outubro de 1991, p. 58)

(13) Computador de Bordo – A McLaren confia **mais** na avaliação de Senna do que nas informações dos computadores.

(Reportagem da Revista Veja, 30 de outubro de 1991, p. 58)

Na sequência discursiva (11), notamos a ratificação da imagem de extraordinariedade sobre Senna, visto que, de acordo com a reportagem, o modo como ele pilota garante o seu sucesso nas pistas, independente das orientações técnicas. Em tal sequência, é possível observar uma relação sintática entre as seguintes orações: “No GP da Hungria, Senna contrariou uma decisão técnica e escolheu outros pneus.” e “Venceu.”. A ênfase de sentido sobre a segunda oração, a nosso ver, é marcada mediante o funcionamento da primeira oração, pois esta lista argumentos que direcionam o sentido para a ideia de que a vitória de Senna poderia ser prejudicada. Porém, numa relação de adversidade, a segunda oração rompe com ideia esperada, apresentando-nos a informação de que Senna venceu.

A construção da imagem de extraordinariedade sobre Senna, na sequência discursiva (12), continua a ser produzida. No caso, tal construção se dá por meio da *atenuação*

de que a prática constante dos pilotos em estourar o motor ao forçá-lo nas corridas poucas vezes acontece com Senna. Uma modalização estabelecida pela relação de adverbialização – advérbio “raramente”.

Na sequência discursiva (13), compreendemos que o funcionamento de uma relação de *comparação de superioridade*, materializada pela estrutura: *mais ... do que*, acirra a construção da imagem de extraordinariedade sobre Senna. Trata-se da confiabilidade da avaliação feita por Senna em proveito da avaliação elaborada por computadores.

Nessa medida, levando em conta as sequências discursivas (11), (12) e (13), o *estilo Senna de pilotar* concilia audácia e técnica, que, ao ser narrativizado, constrói uma figura de Senna como “piloto imbatível” e uma figura de “herói-- construção fantástica sobre Senna, no sentido de para além dos traços humanos. Portanto, alguém com poderes sobre-humanos, mas que tem traços de semelhança ao humano. Isso parece ficar claro, com base na palavra “andróide”, que aparece na sequência discursiva abaixo.

(14) (...) essa **incrível coleção de qualidades** faz de Senna uma espécie de andróide das corridas, um piloto que corre para **vencer em qualquer circunstância**.

(Reportagem da Revista Veja, 30 de outubro de 1991, p. 58)

Nessa sequência discursiva, em termos de funcionamento discursivo, o efeito de sentido de “fora do comum” sobre Senna decorre também da manifestação de uma relação de adjetivação (expressa a partir do adjetivo “incrível”, o qual estabelece o sentido de que as diversas qualidades de Senna são inacreditáveis). Inclusive, a partir dessa sequência discursiva, notamos que a palavra “coleção” parece denotar também a ideia de que Senna agrega/resume uma série de qualidades/virtudes, tanto no âmbito pessoal, quanto no âmbito profissional. São qualidades profissionais, no caso dessa reportagem, que provocam as garantias de sua vitória nas corridas automobilísticas.

Dessa forma, compreendemos que a expressão “em qualquer circunstância”, como parte integrante da oração subordinada adverbial final, qual seja: “para vencer”, acirra a faceta profissional de melhor piloto atribuída a Senna. Ao que parece, o atra-

vessamento dessa oração na materialidade linguística da sequência discursiva em questão deixa entrever o *efeito homogêneo* sobre a representação subjetiva de Senna. Até aqui, foi possível observar a recorrência de aspectos discursivos – (re)atualizados –, que apontam para a imagem modelar de Senna.

Em relação à imagem que o jornalista faz dele mesmo $-\mathbf{IA}(\mathbf{A})-$ e à imagem sobre o ato de escrever $-\mathbf{IA}(\mathbf{E})-$, notamos a manutenção das imagens que se manifestaram no tempo 1 e no tempo 2.

Quanto à imagem antecipada do leitor $-\mathbf{IA}(\mathbf{B})-$, observamos a suposição de uma imagem sobre um leitor familiarizado com aspectos técnicos da Fórmula 1, pois encontramos muitos termos, peculiares à área do automobilismo, que tentavam descrever e atribuir sentido ao que, segundo a reportagem, faz de Senna a diferença nas pistas de Fórmula 1. Enquanto, no tempo 2, houve a construção de uma imagem antecipada sobre um leitor interessado na vida pessoal de Senna, no tempo 3, a imagem era de um leitor interessado nas informações que justificavam e que davam sentido ao estilo Senna de pilotar.

Essa representação antecipada de leitor, por nós aqui vislumbrada pela via de certos indícios discursivos, nos possibilita pensar na discrepância de estruturação do próprio texto jornalístico. Daí ora notarmos uma narrativização mais próxima de assuntos pessoais da vida de Senna ora uma narrativização mais próxima de assuntos profissionais relativos a Senna. Daí a composição de mais uma cena na grande narrativa sobre Senna.

Por fim, observemos, a seguir, os fundamentos analíticos constantes do tempo 4.

4.5 Tempo 4: Discursivizações sobre a morte de Ayrton Senna

No material discursivo (intitulado *Ayrton Senna*), percebemos que a imagem de piloto invencível sobre Senna parece ser (re)construída (ou ratificada), pela jornalista Marleine Cohen –**IA (R)**–, com base em uma ilusão de que as qualidades que ela atribui a ele são capazes de designá-lo de modo inequívoco. Por isso, o atravessamento, ao longo do texto, de uma série de adjetivações e de dizeres que, discursivamente, nos remetem ao modo científico, astronômico e religioso da relação com os sentidos.

Eis, abaixo, uma sequência discursiva em que é possível notar a designação metafórica de Senna como um “corpo luminoso” (relação de adjetivação), isto é, um corpo que tem propriedades intrínsecas de brilho. Logo, compreendemos haver aí a construção e a exaltação do efeito de que Senna é um “corpo” a ser contemplado e admirado, com uma carreira reconhecida e registrada em um Catálogo Internacional de Astronomia (efeito de credibilidade sobre a imagem de Senna). Vejamos a sequência discursiva (15):

(15) Não se trata de metáfora: é a 52942 - 1502, **corpo luminoso** no céu do Hemisfério Norte – de São Paulo para cima – que a *International Star Registry* cunhou com o nome de Ayrton Senna para presentear a família e incluiu no Catálogo Internacional de Astronomia.

(Marleine Cohen, Material Discursivo – Biblioteca Época, 2006, p. 109)

Nessa sequência discursiva, observamos que, com base na partícula negativa “não”, a jornalista denega certo efeito metafórico sobre a imagem de Senna. Assim, haveria implicado aí a possibilidade da seguinte relação: Senna não tem uma relação de semelhança com um “corpo luminoso”; ele é um “corpo luminoso”, com existência própria, sem ser fruto de criação humana. Daí entendermos que, imaginariamente, a jornalista nega para melhor dizer o que é pretendido pelo material discursivo, qual seja: reiterar um lugar de sentido para a imagem póstuma de Ayrton Senna.

Inclusive, o atravessamento da expressão “*International Star Registry*”, na materialidade linguística, parece produzir o efeito de: não sou eu (Marleine Cohen), jornalista

brasileira, a dizê-lo, mas uma instituição inglesa. Portanto, a nosso ver, haveria implicado aí também uma ideia de construção de uma veracidade sobre a imagem de Senna. Inclusive, esse efeito de veracidade pode ser construído, ainda, a partir do jogo morfossintático entre os sintagmas nominais “do Hemisfério Norte” e “de São Paulo”. Dessa forma, a atribuição a Senna de “corpo luminoso” é, supostamente, dado esse jogo morfossintático, visível não só ao Brasil, mas também ao mundo.

Notamos que as imagens construídas sobre Senna nos tempos anteriores se manifestaram, também, neste tempo, porém, aqui, há a ênfase sobre a imagem de piloto invencível. Talvez a construção desta imagem, de modo tão acirrado, a nosso ver, seja uma discursivização que tenta atenuar o acontecimento do acidente que vitimou Senna, ou mesmo estabelecer um sentido para a morte dele. Isto é, pensando em termos de pluralidade de filiações históricas, conforme mencionado no *Capítulo 1* deste trabalho, entendemos que a relação de certos elementos (históricos, culturais, dentre outros) com os sentidos, deflagrados via as discursivizações aqui apreendidas, parecem estabelecer um lugar imaginário para a morte de Senna. São relações de sentido, conforme estamos analisando, que apontam para a construção de uma imagem positivada sobre Ayrton Senna.

Nessa medida, ao longo do texto do material de análise, observamos a constituição de dizeres que produziram um *efeito de atenuação* e um *efeito de retomada* do Um imaginário sobre a linha do dizer. É o caso, por exemplo, da seguinte expressão: “o que explica, em parte, o violento choque que tirou a vida de Ayrton Senna, naquele 1º de Maio de 1994”. Compreendemos que essa expressão provoca certo efeito de explicação para o acidente que vitimou Senna. Vejamos a sequência discursiva (16).

(16) (...) Primeiro desvio do circuito de Ímola depois da reta de chegada, tinha ângulo aberto e por isso permitia velocidade superior a 300 Km/h – **o que explica, em parte, o violento choque que tirou a vida de Ayrton Senna, naquele 1º de Maio de 1994.**
(Marleine Cohen, Material Discursivo – Biblioteca Época, 2006, p. 12–13)

Trata-se, a nosso ver, de uma suposta justificativa para o acidente, a qual foi produzida a partir da descrição das condições de estruturação das pistas automobilísticas

do circuito de Ímola, mais precisamente da pista do acidente. Com isso, entendemos que o foco sobre os fatores do acidente pareceu recair, com certa ênfase, sobre as próprias condições estruturais da pista e, não, sobre o modo de Senna pilotar. Daí observarmos a produção de certo efeito de atenuação sobre o acontecimento da morte de Senna.

Neste tempo (com mais recorrência) e nos anteriores, as imagens sobre Senna adquiriram consistência imaginária pelos atravessamentos, no intradiscurso, de dizeres que se referem (ou remetem) à historicidade de *sentidos outros* (já-constituídos historicamente). É o caso, por exemplo, da sequência discursiva (17), em que a irrupção da expressão “sob outro dilúvio” nos remete ao sentido religioso da palavra “dilúvio”. O efeito de sentido que se constitui, a partir da irrupção de tal expressão, enfatiza um cenário adverso (remetendo ao dilúvio bíblico) que poderia impedir a *performance* de Senna. Porém, conforme notamos na sequência discursiva, Senna possui a habilidade de pilotar sob fortes chuvas, estando apto a dar um espetáculo (“*show*”). Vejamos a sequência discursiva (17).

(17) Resultado: a aplicação nesse aprendizado solitário lhe garantiu coragem para dar seu primeiro *show* debaixo de chuva, no GP de Mônaco de 1984, e a desenvoltura necessária para levar sua Lotus à vitória no GP de Portugal, **sob outro dilúvio**, em 21 de abril de 1985.

(Marleine Cohen, Material Discursivo – Biblioteca Época, 2006, p. 54)

Nessa sequência discursiva, observamos que a expressão “a aplicação nesse aprendizado solitário” parece reiterar a imagem de Senna como homem modelo – implicado aí o suposto traço de “homem centrado naquilo que faz”. Assim, levando em conta as decorrências imaginárias dessa imagem, Senna é tomado, positivamente, como modelo de certas virtudes, de sucesso.

Notamos, na sequência discursiva (18), outro exemplo em que o próprio fato gerador das discursivizações inscritas (e diretamente observáveis) na materialidade linguística representa o pincelamento de uma encenação. Esse pincelamento tem como constituição e como formulação o atravessamento de um dizer (“um rei da chuva”) que nos permite fazer relação com o seguinte sentido histórico da cultura cristã (efeitos de aspectos

da memória discursiva), a saber: o rei das águas, significado pela figura de Jesus Cristo, conforme o conjunto de enunciações bíblicas. Vejamos a sequência discursiva:

(18) Para os portugueses, mais que “*um rei da chuva*”, nascia o melhor piloto da história da Fórmula 1 em pista molhada: “Ayrton deslizava, navegando seguro como um experiente timoneiro numa pista cheia de armadilhas, enquanto outros pilotos veteranos naufragaram no *acqua-planing*”, descreveu a publicação inglesa *Motoring News*.

(Marleine Cohen, Material Discursivo – Biblioteca Época, 2006, p. 41)

A partir da manifestação específica desse dizer (“um rei da chuva”), percebemos o efeito de sentido produzido pela palavra *rei*, envolvendo Ayrton Senna em uma grande narrativa heróica, que o faz significar, de maneira particular, como um indivíduo importante. Cumpre destacar que os pilotos de automobilismo Alain Prost e Nelson Piquet desempenharam, contemporaneamente a Senna, um importante papel no cenário da corrida de carros. Porém, no que respeita a Ayrton Senna, com base nessa segunda abordagem da representação de escrever, percebemos que tal piloto é representado como um “gênio”, como um “fenômeno”. Ele, no caso específico dessa sequência discursiva, é “mais que um rei da chuva” (intensificação da audácia das atitudes de Senna nas pistas, ainda que elas estejam molhadas, segundo cristaliza as marcas linguístico-discursivas “mais que” e “melhor” – relação de adverbialização). Mais: a manifestação do artigo definido “o” diante do adjetivo “melhor” nos possibilita pensar na atribuição, em absoluto, da qualidade de melhor piloto a Senna.

Notamos que a irrupção de uma modalidade marcada (“*Motoring News*”), no fio do dizer, produz a impressão de uma dinâmica interna (o deslizamento de um enunciado em outro), que, por sua vez, figura, imaginariamente, da parte do jornalista, como argumento sustentador do “mito” Senna. Assim, quem afirma a sua genialidade fala de uma instância que o habilita a falar, sob o ponto de vista técnico – atravessamento de um dizer que produz o efeito de sustentação do dizer como um todo. Isto é: da parte da jornalista, parece que o movimento de (re)dizer o outro melhor afirma seu ponto de vista; assim, o *olhar estrangeiro* – de uma publicação inglesa – valora a veracidade da qualidade de Senna

como o melhor piloto – aí reiterada, em absoluto, pela jornalista. Esse efeito, como pode ser observado neste capítulo, tem sido muito recorrente nesse processo de discursivização sobre Senna.

Outra imagem que a jornalista constrói sobre Senna –**IA(R)**– é a imagem de patriota modelo, que assume os desafios em nome de uma nação. Para tanto, compreendemos que a jornalista mobiliza determinados dizeres atribuídos ao próprio Senna para melhor afirmar “seu” dito. Vejamos a sequência discursiva (19):

(19) **“Brasileiro só aceita título se for de campeão. E eu ...”**

[fala de Senna]

(Marleine Cohen, Material Discursivo – Biblioteca Época, 2006, p. 48)

A partir dessa sequência discursiva, entendemos que a relação entre o advérbio “só” e a oração subordinada adverbial condicional, qual seja: “se for de campeão”, parece deflagrar a ideia de que Senna assumiu a responsabilidade de vencer sempre, isto é, ser insuperável nas corridas automobilísticas. Aí a relação de adverbialização (decorrente do advérbio “só”) nos possibilita pensar no ideal de conduta que qualquer brasileiro supostamente vislumbraria em situações de competições: “conquistar o título de campeão” ou “acirrar o traço brasileiro da invencibilidade”.

Ao que parece, esse sentimento de invencibilidade, dada a expressão “minha gente feliz”, recortada por nós da sequência discursiva (20), parece ter se constituído como um traço identificatório de certo ideal de ego nacional brasileiro. Eis a sequência discursiva (20):

(20) Mais tarde, ele contaria: “Só voltei à realidade quando vi a bandeirada (2s999 milésimos à frente de Patrese). **Aí senti um imenso prazer em viver, em estar em Interlagos, na minha terra, e ver a minha gente feliz.** Não foi a maior vitória da minha vida. Mas a mais sacrificada.”

(Marleine Cohen, Material Discursivo – Biblioteca Época, 2006, p. 43)

Nessa sequência discursiva, observamos que as ocorrências linguísticas dos pronomes possessivos “minha”, constantes do próprio dizer de Senna, nos possibilitam

pensar em uma declaração que parece apontar para a questão de certo *pertencimento à nação brasileira*. E esse dizer, ao ser mobilizado pela jornalista, deflagra certa ênfase sobre a imagem de patriota modelo.

No que diz respeito à imagem que a jornalista antecipa sobre o leitor –**IA(E)**– observamos a construção da representação de um suposto leitor que está interessado em traços biográficos da vida de Senna (presumivelmente um fã de Senna). Para isso, notamos que ela desenvolve seu texto, elencando os “fatos relevantes” (ilusão de domínio do fluxo dos acontecimentos), apresentando-os por meio de dizeres dos familiares, das antigas namoradas e dos amigos de Senna.

Ao longo do texto que consta do material em questão, percebemos a tentativa da jornalista de construir uma interface entre a trajetória de vida de Senna (sobretudo a trajetória profissional) e a imagem da nação brasileira; em nossos termos, uma imagem da nação como uma narrativa contínua (Cf. BHABHA, 1990). O que nos chama a atenção, aí, é o modo como ela discursivizou o acidente em que Senna morreu. Ela descreveu, minuciosamente, os momentos que antecederam o acidente, ressaltando que se tratava de uma falha técnica do carro de Senna. Inclusive, retomando a consideração sobre a sequência discursiva (16), observamos que a jornalista justificou o acontecimento do acidente de Ayrton Senna, de um lado, pelas questões de estrutura da pista de Ímola e, por outro lado, pelas falhas técnicas apresentadas pelo carro. Sendo assim, compreendemos que essas explicações acentuam a produção de certo efeito de atenuação sobre a morte de Senna. São explicações que se inscrevem na tendência do Imaginário em atribuir sentido aos acontecimentos.

No que se refere à suposta imagem que a jornalista faz dela mesma –**IA(A)**– e à imagem sobre o ato de escrever –**IA(E)**–, notamos a manutenção das imagens que se manifestaram no tempo 1, no tempo 2 e no tempo 3. . E que, aqui, foram especificadas, de modo diluído, neste tempo de análise.

Em suma, compreendemos, a partir do material em análise, que a construção

metafórica (e, sobretudo, a consolidação) do *mito Senna*, como “piloto invencível”, foi influenciada, neste tempo 4 de análise, por atravessamento de dizeres que insinuaram certo efeito de validação dos êxitos diferenciados de Senna; daí a relação discursiva dos sentidos com a questão do *efeito de registro* dos feitos de Senna seja nos anais seja no Catálogo Internacional de Astronomia. A nosso ver, trata-se de uma tentativa de sustentar simbolicamente a imagem de “piloto invencível”, apesar do acontecimento da morte. Mais: de tornar certos sentidos sobre Senna, portanto, como indelévels, como registrados “nos anais da F-1”. Vejamos a sequência discursiva (21) que se segue, e com a qual finalizamos a análise que propusemos neste trabalho:

(21) (...) enquanto, **nos anais da F-1**, Senna cravava 65 *pole positions*, 41 vitórias e 38 voltas olímpicas com a bandeira do Brasil tremulando ao vento.

(Marleine Cohen, Material Discursivo – Biblioteca Época, 2006, p. 23)

E esse *efeito de registro*, muito tempo depois, pareceu ter ganhado certa narrativização a partir da criação do *Instituto Ayrton Senna*, em março de 1995; a partir da atribuição de nome de avenida – Avenida Ayrton Senna –, dentre outras produções simbólicas, fortemente afetadas por esse Imaginário (re)construído sobre Senna.

Na próxima seção, teceremos algumas considerações que procuram mostrar, de nossa parte, possíveis *efeitos de finalização* deste trabalho.

Considerações Finais

No decorrer deste trabalho, ancorados em uma perspectiva discursiva, procuramos (re)ler as *(re)formulações jornalísticas* relacionadas a Ayrton Senna como construções discursivas fortemente afetadas pela natureza e pelo funcionamento do registro do Imaginário. Isso porque, conforme especificamos em nosso percurso teórico-analítico, certos dizeres midiáticos produzidos sobre Ayrton Senna deixaram entrever uma imagem idealizada de brasileiro. Inclusive, foi possível notar que essa imagem modelar está vinculada às *questões de brasilidade* – traços discursivos que supostamente projetam aparentemente uma “representação consensual de brasilidade”.

Assim, propusemo-nos a mostrar que a *natureza do Imaginário* encontra especificação, dados os textos aqui analisados, a partir do investimento recorrente dos jornalistas nas atribuições de predicativos e de qualificações sobre Senna. É o caso, por exemplo, das implicações discursivas apreendidas por nós pela análise das palavras: “superdotado”, “protótipo”, “herói”, “integridade de homem”, dentre outras. Aí, as construções das *relações de adjetivação* e de *adverbialização* nos possibilitaram descrever materialmente como a natureza do Imaginário engendra mecanismos de língua deflagradores da seguinte perspectiva: “predicamos alguém”.

Por outro lado, propusemo-nos a mostrar também que o *funcionamento do Imaginário* se especifica, aqui, pela tendência de que as atribuições de predicativos e de qualificações se vinculam a uma representação consensual de traços de brasilidade. Em outros termos, os supostos traços de brasilidade atribuídos a Senna se aplicaria ao Todo

– àqueles pertencentes à *nação brasileira*. Aí, os traços de “virilidade”, de “hostilidade”, de “discrição” receberam um tom discursivo que acentua certas virtudes concebidas como “boas” em nossa sociedade brasileira. Mais: são traços que apontam para a “unidade nacional” imaginária, de modo a permitir supostamente que os brasileiros se identifiquem como grupo (em nossos termos, como *nação*).

Procuramos, portanto, explicitar, orientados pela hipótese de pesquisa, que a representação subjetiva sobre Ayrton Senna, segundo os textos particularizados para este trabalho, produziu um *efeito de homogeneização* acerca da representação subjetiva dele. Foi possível compreender, a partir de nossas análises, que esse efeito acentua certo *ideal de ego nacional* construído pela imagem de “piloto invencível”. Para isso, mobilizamos sequências discursivas com a finalidade de analisar possíveis efeitos de sentido entrevidos por meio desse *efeito de homogeneização*.

Cabe ressaltar que o modo como construímos nosso *corpus* de pesquisa se orientou pela radicalidade de Pêcheux (1983) ao propor a questão da *discursividade* como resultante da tensão contraditória entre as *proposições lógicas* e as *interrogações disjuntivas*. Sendo assim, entendemos que essa orientação abriu vias – naquilo que o material de pesquisa reclamou de nós, em termos teórico-analíticos –, para trabalharmos as implicações do *acontecimento de linguagem* no processo de *narrativização*, aqui, deflagrado.

Ao vislumbrarmos os efeitos de tais implicações, consequentemente, nossa atenção metodológica recaiu sobre a *instância de discursivização*, a qual nos permitiu apreender certos aspectos discursivos (de memória e de atualidade) fundantes do acontecimento de linguagem. Por isso, foi nos possível traçar, no trabalho de análise, determinadas relações históricas com os sentidos, a fim de compreender a implicação discursiva que a atualização de dadas memórias produz para a representação subjetiva de Senna. No caso de Senna, observamos que a inscrição material de certos dizeres ora como uma *memória* ora como uma *atualidade* construiu sobre ele uma *imagem fantástica* – no sentido de para além do humano –, de certa extraordinariedade.

A partir desta pesquisa, apresentamos algumas reflexões teórico-analíticas em torno da *construção metafórica* de Ayrton Senna, como mito da *invencibilidade brasileira*. De nossa parte, compreendemos a relevância do registro do Imaginário aí, pois, afetados por esse registro, nos engajamos no processo metafórico de (re)invenção de “nosso” sentimento de brasilidade. Assim, a nossa leitura aqui sobre o registro do Imaginário não tende a entendê-lo como da ordem da tapeação. Ao contrário, compreendemos que tal registro nos possibilita forjar sentidos.

Em suma, cumpre ressaltar que, com base nas discursivizações produzidas sobre Senna, a questão da *identidade nacional* brasileira parece ganhar aí certa consistência de sentido (positivada) e certa estabilização de sentido (também positivada).

Referências bibliográficas

Livros e artigos

AGUSTINI, Cármem. (N)As dobraduras do dizer e (n)o não-um do sentido e do sujeito: um efeito da presença do interdiscurso no intradiscurso. In: INDURSKY, F, & FERREIRA, M. C. *Análise do Discurso no Brasil* – mapeando conceitos, confrontando idéias. São Carlos, Claraluz: 2007. p. 303-312.

ANDRÈS, M. O outro. In: KAUFMANN, Pierre. *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996, p. 562.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Algumas considerações sobre modalização autonímica e discurso outro. Trad. Francisco Franke Settineri. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre. v. 34. n. 2. junho. p. 7-30. 1999.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: *Entre a transparência e a opacidade* – um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDUPUCRS, 2004.

BACKES, Carmen. *O que é ser brasileiro?* São Paulo: Escuta, 2000.

BENVENISTE, E. Saussure após meio Século. In: *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas: Pontes, 1995. p. 34-49.

BHABHA, Homi K. Introduction – *Narration and nation*. In: *Narration and nation*. New York: Lodon, 1990.

CHAUI, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. 4. ed.

CHEMAMA, Roland. *Dicionário de Psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

DIAS, Luiz Francisco. Ser brasileiro hoje. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). *Discurso fundador – A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2ª edição, 2001. p.81-88.

DOR, J. Inconsciente. In: KAUFMANN, Pierre. *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996, p. 267.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. A antiética da vantagem e do jeitinho na terra em que Deus é brasileiro (o funcionamento discursivo do clichê no processo de constituição da brasilidade). In: ORLANDI, Eni P. (Org.). *Discurso fundador – A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2ª edição, 2001. p.69-79.

FOLHA DE SÃO PAULO [1992]. *Manual para redação e estilo*. Organizado e editado por Eduardo Martins. São Paulo, O Estado de São Paulo.

FLORES, Valdir do Nascimento, TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à Lingüística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

FRANÇA, Júnia Lessa. *Manual para normatização de publicações técnico-científicas*. 8. ed. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2007.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 18. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1977.

GUIMARÃES, Eduardo. Independência e morte. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). *Discurso fundador – A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2ª edição, 2001. p.27-30.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HENRY, Paul. A história não existe? In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 29-53.

HENRY, Paul. Sentido, sujeito, origem. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). *Discurso fundador – A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2ª edição, 2001. p.151-162.

INDURSKY, Freda. *A construção metafórica do povo brasileiro*. In: Organon. Porto Alegre. v.9. n.23. 1990. p.143-152.

KAHLMAYER-MERTENS, Roberto S. *Sobre a identidade e a diferença em Heidegger*. Disponível em <http://www.consciencia.org/heidegger;identidaderoberto.shtml>. Acessado no dia 13 de agosto de 2008.

LACAN, Jacques [1949]. O estágio do espelho como formador da função do eu. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, Jacques [1957]. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, Jacques [1954-1955]. *O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

MILNER, Jean-Claude. *O amor da Língua*. Tradução: Angela Cristina Jesuino. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

MILNER, Jean-Claude [1983]. R, S, I. In: *Os nomes indistintos*. Tradução: Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006.

ORLANDI, Eni P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni P. Vão surgindo sentidos. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). *Discurso fundador – A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2ª edição, 2001. p.11-25.

PAYER, Maria Onice. Retrospecção e estereotipia. Imagens urbanas sobre o campo. In: *Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP – NUDECRI*, Campinas, São Paulo, vol. I, n. 2, março de 1996.

PÊCHEUX, Michel [1969]. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, Françoise, HAK, Tony, (Ogrs.). *Por uma análise Automática do Discurso – Uma Introdução à*

Obra de Michel Pêcheux. Tradução Bethania S. Mariani [et al]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 311-318.

PÊCHEUX, Michel [1982]. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 55-66.

PÊCHEUX, Michel [1983]. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. *Papel da memória*. In: ACHARD, Pierre et all. Campinas: Pontes, 1999, p.49-56.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro — A Formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Editora de Bolso, 2002.

RIOLFI, Cláudia. A Transferência. In: *O discurso que sustenta a prática pedagógica: formação de professor de Língua Materna* (Tese de Doutorado). UNICAMP, 1999.

RIOLFI, Cláudia Rosa, INGREJA, Suelen Gregatti da. *Cena e protagonista: representações de escrever em periódicos*. Disponível em [http : //www.eca.usp.br/caligrama/n9/pdf/09_riolfi_ingreja.pdf](http://www.eca.usp.br/caligrama/n9/pdf/09_riolfi_ingreja.pdf). Acessado no dia 28 de novembro de 2007.

RODRIGUES, Suzana Maria. *O Engano do Espelho – A constituição do sujeito*. Disponível em [www.traco – freudiano.org](http://www.traco-freudiano.org). Acessado no dia 03 de janeiro de 2008.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. São Paulo: Cultrix, 2006.

SOUZA, Octavio. *Fantasia de Brasil*. As identificações em busca da identidade nacional. São Paulo: Editora Escuta, 1994.

SOUZA, Pedro de. A boa nova da memória anunciada: o discurso fundador da afirmação do negro no Brasil. In: ORLANDI, Eni P. (Org). *Discurso fundador – A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2ª edição, 2001. p.59-68.

TEIXEIRA, Marlene . *Análise de Discurso e Psicanálise – Elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. 2. ed. Porto Alegre: EDUPUCRS, 2005.

2 - Fontes impressas

COHEN, Marleine. *Ayrton Senna*. São Paulo: Editora Globo, 2006.

Reportagem da Revista Veja, 9 de novembro de 1988.

Reportagem da Revista Veja, 21 de fevereiro de 1990.

Reportagem da Revista Veja, 30 de outubro de 1991.